

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	12
5.3 - Descrição - Controles Internos	15
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	105
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	111
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	114
10.5 - Políticas contábeis críticas	116
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	118
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	119
10.8 - Plano de Negócios	120
10.9 - Outros fatores com influência relevante	126

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- **Política de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos indicados no item 4.1**

(i) **Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política.**

A Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2018 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia no processo de gerenciamento de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos aos administradores, permitindo redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade dos negócios da companhia. Além disso, visa a promover a gestão integrada de todos os riscos aos quais a Eneva está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

A Política de Gerenciamento de Riscos aplica-se à Eneva e a suas controladas, bem como aos seus colaboradores, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Cabe à Diretoria Executiva definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos e propor ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Companhia. A Diretoria Executiva deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Gerenciamento de Riscos e submetendo adequações e melhorias à aprovação do Conselho de Administração.

(ii) **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, se houver**

- **Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, dentre os quais se destacam:

(i) riscos que possam impactar as operações da Companhia, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes de processos ordinários da Companhia e suas controladas, que possam impactar seu processo produtivo e utilização da capacidade instalada;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (ii) riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para fins de atingimento dos seus objetivos e/ou decorrentes da habilidade da Companhia se proteger ou se adaptar a mudanças nos setores de energia e de exploração e produção de gás natural;
- (iii) riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia e suas controladas, cuja perda ou aplicação de penalidades possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro ou operacional ou causar danos à sua imagem;
- (iv) risco de aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado como também decorrente de alterações legais e regulatórias nas localidades e nos setores operados;
- (v) riscos de paralisação das atividades de projetos da Companhia e de suas controladas em virtude da não obtenção ou não renovação das licenças regulatórias, incluindo, mas não se limitando a, licenças ambientais;
- (vi) riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações e projetos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia.

• Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota um modelo de gestão integrada dos riscos aos quais está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente, buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução dos planos de ação definidos para a redução do risco residual. Para fins de proteção aos riscos expostos, a Companhia:

- desenvolve soluções tecnológicas para a otimização de seus processos;
- realiza o monitoramento constante dos seus níveis de endividamento por meio de indicadores, bem como realiza a gestão da captação de recursos de forma a obter perfil de amortizações adequado;
- realiza operações de hedge da exposição do fluxo de caixa da empresa a fatores de risco de mercado, quando relevante e alinhado à estratégia da empresa;
- promove a capacitação e treinamento de seus colaboradores, inclusive nas políticas e normativos internos;
- realiza procedimentos internos de auditoria para analisar dados e prevenir desvios com relação às atividades desenvolvidas pela Companhia e a consequente aderência de tais atividades às suas políticas e às determinações de seus órgãos de administração;
- suporta a tomada de decisão da Administração com relação ao planejamento estratégico da Companhia através da quantificação dos riscos financeiros associados ao seu fluxo de caixa;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- utiliza metodologias específicas para acompanhamento dos riscos de mercado e crédito envolvidos nas operações realizadas pela comercializadora de energia, com acompanhamento e reporte independentes;
- adota ações para aprimorar a eficiência, transparência e efetividade nos processos de licenciamento regulatório, inclusive licenciamento ambiental;
- aperfeiçoa continuamente os sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como a disseminação de informação e campanha de prevenção na Companhia para melhoria nos padrões de saúde e segurança dos colaboradores;
- aperfeiçoa continuamente o seu Programa de *Compliance*, incluindo o monitoramento do canal de denúncias da Companhia, realização de treinamentos periódicos para toda Companhia e revisão dos procedimentos de *Compliance*.

Especificamente em relação a eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia e suas controladas com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia dispõe de uma área de Governança, *Compliance* e Controles Internos, subordinada hierarquicamente à Diretoria Jurídica, responsável pela gestão de um programa de integridade e estabelecimento de medidas, políticas e normas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

Disponibilização de documentos de integridade para todos os colaboradores e executivos (Código de Conduta, Política Anticorrupção e Normativos de Integridade).

- a. Código de Conduta: O Código de Conduta é um guia de atuação e padrão de conduta aplicável a todos os profissionais da Companhia e suas controladas. O documento é baseado em valores e princípios que devem estar presentes nas relações com os diferentes públicos, e o cumprimento de suas diretrizes tem por objetivo preservar a integridade e a reputação dos profissionais e das empresas do grupo da Companhia. Periodicamente, os colaboradores precisam formalizar o seu conhecimento ao Código de Conduta, Política Anticorrupção e Normativos de Integridade. O Código de Conduta da Eneva foi revisado em 2020 e aprovado pelo Conselho de Administração. Um total de 1.232 colaboradores registraram o seu conhecimento on-line nos documentos de *Compliance*;
- b. Código de Conduta para Terceiros: O Código de Conduta para Terceiros descreve as expectativas da Companhia e de suas controladas em relação aos seus fornecedores. Todos os fornecedores cadastrados na Companhia obrigatoriamente precisam formalizar sua ciência. Ao aceitar os termos contidos no documento, os fornecedores reconhecem que todos os acordos, contratos e relações comerciais com a Companhia e suas controladas, existentes e futuros, estão sujeitos às suas disposições, regras e compromissos relacionados a diversos temas, tais como ética e integridade, transparência, responsabilidade e respeito, brindes e presentes, combate a corrupção, conflito de interesses, entre outros. Ainda com relação aos terceiros a Companhia disponibiliza para os colaboradores e executivos a Diretriz de Relação de Terceiros e Política de Defesa da Concorrência com objetivo de orientar sobre o comportamento esperado no relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros de negócios;
- c. Política Anticorrupção: Esta Política tem como objetivo estabelecer padrões mínimos de comportamento para seus

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Colaboradores, bem como para seus Terceiros frente a situações que possam envolver ou caracterizar Corrupção ou Lavagem de Dinheiro, deixando clara a postura da Companhia em rejeitar toda e qualquer situação ou circunstância relacionada a estas práticas, observando os requisitos das Legislações Anticorrupção, disposto na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), de forma a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência;

- d. Política de Direitos Humanos: Esta Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes fundamentais da Eneva para respeitar os direitos humanos e promover práticas não discriminatórias e de diversidade no ambiente de trabalho;
- e. Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades: Esta diretriz tem por objetivo orientar a conduta dos profissionais da Companhia com relação ao recebimento e oferecimento de brindes, presentes, vantagens e cortesias, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção pública ou privada;
- f. Diretriz de Conflitos de Interesses: Esta diretriz estabelece diretrizes que devem ser observadas pelos profissionais da Companhia e suas controladas quanto a situações que envolvam conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos, bem como situações que possam caracterizar concessões de vantagens indevidas, suborno, corrupção ou favorecimento indevido;
- g. Diretriz de Doações e Patrocínios: Esta diretriz objetiva orientar e auxiliar a conduta de profissionais da Companhia, suas controladas quanto aos patrocínios e doações a serem concedidos em relações comerciais;
- h. Canal de Consulta: Implementado em 2020, é uma ferramenta disponível para todos os colaboradores na intranet da Companhia com objetivo de esclarecer dúvidas relacionadas à aplicação do Código de Conduta e demais normativos de integridade;
- i. Canal de Denúncia anônimo e independente: A Companhia possui um canal de denúncias gerido externamente por empresa especializada (atualmente a Contato Seguro), que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo e pelo público externo e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Conduta, às políticas de integridade e à lei;
- j. Procedimento de investigação: A área de *Compliance* possui um processo estruturado para apurar os fatos registrados no canal de denúncia e para recomendar a aplicação de eventuais medidas disciplinares cabíveis;
- k. Declaração de Conflito de Interesses: Foi implementado em 2020 um sistema de controle aplicado a todos os colaboradores com objetivo de monitorar, evitar e avaliar ações de potenciais conflitos em desacordo com o Código de Conduta, normativos internos e as Leis;
- l. Treinamento e comunicação: A Companhia oferece treinamentos periódicos e comunicação contínua relacionados a ética, integridade e prática anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, à distância (curso online) e módulo presencial na ambientação de novos colaboradores. Em 2020 foi aplicado treinamento para colaboradores, terceiros e executivos sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção com objetivo de assegurar a cultura de integridade e de tolerância zero a prática de corrupção e atos ilícitos; Em 2021, no Dia Internacional Contra a Corrupção, foi

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

realizado treinamento on line ao vivo sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção, que, posteriormente, foi inserido na plataforma de treinamento da Companhia, denominada academia do conhecimento, para acesso perene do conteúdo pelos colaboradores. E ainda, foi realizado treinamento sobre Assédio Moral, em 4 dias de palestras online, com o objetivo de alcançar amplamente o público e, posterior inserção no portal academia do conhecimento, de treinamento composto por 13 mini vídeos gravados com a especialista no tema, para facilitar a consulta temática e melhor aprendizagem.

- m. Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: A Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de *due diligence* de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio do preenchimento de questionário de integridade, pesquisas em fontes públicas e avaliação de risco de fornecedores, visando mitigar riscos no processo de contratação com potenciais parceiros de negócios;
- n. Diretriz de Delegação de Autoridade: Esta diretriz visa a estabelecer e comunicar os limites de alçadas para aprovação e responsabilização, ao longo da linha hierárquica, das transações e operações da Eneva relativas a seus planos de negócio, programa de investimentos, plano financeiro e à execução do orçamento anual, bem como estabelecer os princípios e diretrizes para assegurar o correto enquadramento das transações e operações; e
- o. Diretriz de Gestão de Consequências: Essa diretriz objetiva dar conhecimento aos profissionais da Companhia quanto aos critérios e procedimentos que serão adotados para a aplicação de medidas disciplinares quando do descumprimento do contrato de trabalho, do Código de Conduta, da legislação em vigor, das políticas e outros procedimentos internos ou quando realizarem qualquer outro tipo de falta disciplinar.

Com objetivo de monitorar as interações com órgãos governamentais e agentes públicos foi implementado em 2020 um aplicativo para registrar essas interações em atendimento as orientações dispostas Diretriz de Interação com Poder Público.

Ressaltamos que o canal de Denúncia da Companhia recebeu em 2020 46 relatos e em 2021 39 relatos. Nenhum dos relatos recebidos apontou condutas que violassem a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, a Lei nº 9.613/1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro ou a Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

• Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Eneva adota, em sua Política de Gerenciamento de Riscos, o conceito das três linhas de defesa a seguir ("Linhas de Defesa") para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

1ª Linha de Defesa: É representada por todos os gestores das áreas de negócio e de suporte, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

2ª Linha de Defesa: É responsável pelo apoio à 1ª Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada, dentre outras, pela Gerência de Risco- e pela Gerência de Governança *Compliance e Controles Internos*, com atuação consultiva junto às áreas executivas, porém com avaliação e reporte independentes sobre

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle da Eneva.

3º Linha de Defesa: É representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

Os órgãos e áreas que atuam na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são os descritos abaixo:

a. Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração aprovar as alterações da Política de Gerenciamento de Riscos e autorizar, se necessário, quaisquer exceções a essa Política, definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da Companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de riscos estabelecidas.

O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na Companhia e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

b. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Gerenciamento de Riscos e submetendo adequações e melhorias à aprovação do Conselho de Administração.

c. Governança, Compliance e Controles Internos e Gestão de Riscos

A área de Governança, *Compliance* e Controles Internos têm, dentre outras atribuições, o objetivo de incorporar os valores da Companhia e estabelecer um conjunto de práticas e relacionamentos entre Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário, com a finalidade de aperfeiçoar o desempenho da empresa e facilitar o acesso alinhado com o interesse dos acionistas.

A área de Gestão de Riscos tem, dentre outras, as seguintes atribuições: contribuir para a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia; desenvolver e disponibilizar metodologias, ferramentas, sistemas, infraestrutura e governança de gestão de riscos; apoiar a 1ª linha de defesa no mapeamento de riscos e na implementação de práticas eficazes de gestão de riscos; monitorar e reportar os principais riscos a que a Companhia está exposta.

Ambas as gerências têm atuação consultiva e de coordenação junto às áreas executivas da Companhia, porém com avaliação e reporte independentes, sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle. Adicionalmente, conta com as demais áreas da estrutura interna da Eneva, conforme citadas no item 5.1(b) acima, para implementar, verificar a adequação e monitorar continuamente a efetividade das políticas e medidas relacionadas a gerenciamento de riscos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

d. Comitês

a. Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE")

O Comitê de Auditoria Estatutário passou a ser previsto com a alteração do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2018 e foi instalado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de junho de 2019. Com sua instalação, o Comitê de Auditoria (não estatutário) criado na reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2016 e alterado em 10 de maio de 2017 deixou de existir. Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, o Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão colegiado de assessoramento do Conselho de Administração, composto por, no mínimo três membros, devendo um ser conselheiro independente e ao menos um deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

O Comitê de Auditoria Estatutário possui regras de funcionamento que dispõem sobre seus objetivos, composição, responsabilidades e periodicidade de reuniões, aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 31 de outubro de 2018, e tem as seguintes responsabilidades:

- a. avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, conforme Política de Gerenciamento de Riscos;
- b. opinar sobre a parametrização do modelo de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a Política de Gerenciamento de Riscos, seus recursos e tolerância máxima a riscos, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com:
 - i. a remuneração da administração;
 - ii. a utilização de ativos da Companhia; e
 - iii. as despesas incorridas em nome da Companhia;
- c. avaliar, em conjunto com a área jurídica da Companhia, todas as questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;
- d. avaliar periodicamente a adequação dos relatórios gerenciais da administração, referentes a aspectos contábeis, de resultados financeiros e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, forma, conteúdo e distribuição (acesso às informações);
- e. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia;
- f. opinar sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, levando em consideração a adequada cobertura de riscos;
- g. opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente externa para a Companhia, bem como a substituição de tais auditores, e opinar sobre a sua contratação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

para qualquer outro serviço;

- h. analisar o escopo e o enfoque propostos pelos auditores externos e avaliar seus honorários e resultados dos serviços prestados, supervisionando suas atividades, a fim de avaliar:
 - i. a sua independência;
 - ii. a qualidade de serviços prestados; e
 - iii. a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- i. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- j. monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- k. reunir-se com os auditores externos para tratar de mudança e/ou manutenção de princípios e critérios contábeis; uso de reservas e provisões; estimativas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras; métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; mudanças do escopo da auditoria; áreas de alto risco; deficiências relevantes e falhas significativas nos controles internos; conhecimento de atos ilegais; e efeitos de fatores externos (econômicos, normativos e setoriais) sobre os relatórios financeiros e sobre o processo de auditoria;
- l. monitorar a implementação das recomendações feitas pela área de Auditoria Interna e pelos auditores externos, bem como a qualidade e integridade dos processos;
- m. acompanhar as manifestações encaminhadas através do canal de denúncias da Companhia, zelando pelo cumprimento do Código de Conduta, e alertar ao Conselho de Administração sobre fraudes e/ou crimes e sugerir providências;
- n. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- o. avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações, em conjunto com a administração, a área de governança, compliance e controles internos a área de controladoria e a área jurídica da Companhia;
- p. reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho da Companhia para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- q. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

- r. elaborar um relatório anual a ser apresentado pela Companhia juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - i. as atividades exercidas no período, as reuniões realizadas com os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados;
 - ii. a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
 - iii. a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação;
 - iv. a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;
 - v. a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e
 - vi. quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- s. opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração;
- t. proceder, anualmente, à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação; e
- u. manter postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades e, sobretudo, em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário se reunirá ao menos uma vez a cada trimestre, devendo coincidir com as datas de fechamento de resultados trimestrais da Companhia, e sempre que necessário.

b. Comitê Financeiro

Criado na reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2017, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, o Comitê Financeiro da Companhia é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração. Para tanto, compete ao Comitê Financeiro aconselhar e fazer recomendações ao Conselho de Administração em suas decisões relativas (i) à integridade das demonstrações financeiras e dos processos de controle interno; (ii) a políticas financeiras; e (iii) a metas e orçamentos para promover os objetivos estratégicos da Companhia.

O Comitê Financeiro deve ser formado por três a cinco membros, sendo ao menos um conselheiro e, a critério do Conselho de Administração, membros especialistas externos, sendo um dos membros eleito como "Coordenador".

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compete ao Comitê Financeiro, dentre outras matérias:

- a. recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração;
- b. assessorar o Conselho de Administração na análise e eventual revisão do orçamento da Companhia, bem como monitorar a sua implementação e execução;
- c. analisar e revisar os índices econômico-financeiros e de fluxo de caixa da Companhia, de modo a sugerir modificações e ajustes sempre que considerar necessário;
- d. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento e/ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, questões tributárias e operações financeiras estruturadas de mercado;
- e. analisar os potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial nos negócios da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos, e na definição de estratégias financeiras apropriadas;
- f. monitorar os riscos de mercado, liquidez e crédito da Companhia, por meio do acompanhamento de indicadores definidos pelo Comitê Financeiro;
- g. analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação;
- h. acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessárias, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; e
- i. proceder à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

As reuniões do Comitê Financeiro ocorrerão ordinariamente a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões serão realizadas nas dependências da Companhia, sendo que, em casos especiais, poderão ser realizadas por meio de conferência telefônica ou de outro modo que possibilite a participação de todos os membros do Comitê Financeiro e garanta a troca de ideias e impressões a respeito das matérias em discussão.

e. Auditoria Interna

A Companhia conta, ainda, com uma área específica de Auditoria Interna, criada em 2013. A área de Auditoria Interna monitora continuamente os riscos aos quais a Companhia está exposta, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, e assegura a efetiva divulgação dos riscos identificados, a fim de adequar a estrutura de controle internos para minimizar eventual materialização de tais riscos. A estrutura e dimensão da área foi atualizada, em 2017, para se adequar às atuais necessidades do negócio e garantir maior efetividade e agilidade aos processos por eles conduzidos, quando passou a reportar-se ao Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria Estatutário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Importante destacar que a área de Auditoria Interna não possui qualquer vínculo hierárquico ou funcional com as unidades auditadas, mantendo, assim, um relacionamento de total independência funcional e técnica para o pleno exercício de suas funções.

À área de Auditoria Interna cabe avaliar de forma objetiva e independente a adequação e eficácia dos procedimentos e controles mantidos pela companhia, a fim de identificar oportunidades de melhoria e reduzir a exposição a riscos indesejáveis.

Além fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos, compete a ela monitorar a implementação de ações corretivas e /ou de melhoria recomendadas em seus relatórios, bem como avaliar/validar a eficácia das mesmas para reduzir e/ou eliminar os riscos identificados. Compete a ela:

- a. Auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos;
- b. Após a implementação dos planos de ação, auditar as ações para verificar se todas foram implementadas como planejado;
- c. Identificar novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução; e
- d. Adequar o porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partir da identificação de novos riscos ou agravamento de riscos já identificados.

(iii) **Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

A efetividade das medidas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia é verificada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, descrito no subitem (b) acima, o qual reporta as suas constatações e recomendações para o Conselho de Administração da Companhia para que sejam adotados os planos de ação aplicáveis para aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia conta com a Gerência de Governança, *Compliance* e Controles Internos e com a Gerência de Riscos, mencionados no item 5.1.iii acima.

A Companhia conta, ainda, com uma área de Auditoria Interna, que tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política

A Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2018 ("Política de Gerenciamento de Riscos"), que contempla os princípios, diretrizes e responsabilidades aplicáveis à gestão de todos os riscos a que a Companhia está exposta, incluindo os riscos de mercado. Para mais informações, vide item 5.1.(a) deste Formulário de Referência.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver

a. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta à volatilidade de diversos fatores de risco de mercado – principalmente taxas de juros, taxas de câmbio, taxas de inflação e preços de mercado – que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Atualmente, a Companhia realiza transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visando à proteção contra o risco de variação cambial do fluxo de caixa previsto para gastos com aquisição de imobilizados ("Capex"), tendo em vista que suas receitas e geração de fluxo de caixa são em reais e uma parcela da sua despesa de Capex é atrelada ao dólar norte americano.

Quando necessária a adoção de proteção patrimonial via derivativos, o Comitê Financeiro e a Diretoria da Companhia deverão ser consultados

c. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Atualmente, a Companhia realiza transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos - contratos a termo – visando a proteção ao risco de variação cambial do fluxo de caixa previsto para as despesas com Capex, uma vez que suas receitas e geração de fluxo de caixa são em reais e uma parcelada sua despesa de Capex é atrelada ao dólar norte-americano

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Com relação a derivativos, é estabelecido na Política de Finanças que somente será permitida a sua contratação para fins de proteção (hedge), devendo estes neste caso serem previamente aprovados pela Diretoria e consultado o Comitê Financeiro.

A referida política também veda investimentos de caixa e aplicações financeiras em instrumentos financeiros que apresentem risco de mercado, conforme avaliação da Diretoria Financeira.

Além disso, a Companhia elabora anualmente um Plano de Captação, que integra o plano de negócios da Companhia, bem como o orçamento anual, os quais são submetidos ao Conselho de Administração. As contratações de empréstimos e financiamentos que não estejam pré-aprovadas no Plano de Captação deverão ser autorizadas previamente pelo Diretoria ou pelo Conselho de Administração, neste último caso quando envolverem valores superiores a R\$50,0 milhões.

e. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não utiliza atualmente instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia, por meio de sua Diretoria Financeira e área de Gestão de Riscos, mediante acompanhamento e supervisão do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração da Companhia, identifica, avalia e monitora os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

A Eneva adota em sua Política de Gerenciamento de Riscos o conceito das três Linhas de Defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, conforme definido no item 5.1(b)(iii), subitem IV deste Formulário de Referência.

Os órgãos e áreas que atuam na Estrutura de Gerenciamento de Riscos da Companhia são os seguintes, descritos no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência:

- a. Conselho de Administração;
- b. Diretoria Executiva;
- c. Gerência de Governança, *Compliance* e Controles Internos e Gerência de Risco;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

d. Comitês:

i. Comitê de Auditoria Estatutário (CAE);

ii. Comitê Financeiro; e

e. Auditoria Interna.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos de mercado

A efetividade das medidas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia é verificada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, descrito no subitem 5.1(b)(iii) acima, o qual reporta as suas constatações e recomendações para o Conselho de Administração da Companhia, para que sejam adotados os planos de ação aplicáveis para aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia conta com a área de Governança, Compliance e Controles Internos e com a área de Gestão de Riscos, ambas com atuação consultiva junto às áreas executivas, porém com avaliação e reporte independentes, sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle da Eneva. Adicionalmente conta com demais áreas de sua estrutura interna, conforme citadas no item 5.1(b) acima, para implementar, verificar a adequação e monitorar continuamente a efetividade das políticas e medidas relacionadas a gerenciamento de riscos da Companhia (1ª Linha de Defesa).

A Auditoria Interna tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos, assim como as atividades descritas abaixo:

O sistema de Controles Internos e a área de Governança, *Compliance* e Controles Internos devem apoiar os donos de cada processo na gestão de seus riscos, de forma priorizada e buscando processos robustos e controles adequados. A área tem como principais atribuições:

- a. Gerenciar o sistema de Controles Internos da ENEVA, contribuindo como especialista consultivo independente para seu desenho e implantação;
- b. Avaliar o propósito, eficiência e eficácia dos Controles Internos estabelecidos nos processos, a partir do mapeamento dos mesmos pela área de Gestão e Performance, observando sua execução e alertando os Donos de Processo se necessário;
- c. Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na identificação e avaliação dos riscos e na definição dos controles para sua mitigação;
- d. Reavaliar periodicamente a adequação dos Controles Internos em relação ao apetite ao risco, aos resultados dos testes sobre os mesmos e às oportunidades para simplificação e racionalização, sugerindo melhorias e corrigindo deficiências; e
- e. Acompanhar a implantação de Controles Internos.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com gerências específicas submetidas à Diretoria de Finanças, Diretoria Jurídica e Conselho, quais sejam: Governança, Compliance e Controles Internos, Riscos, Controladoria, Tesouraria e Auditoria Interna.

Além do mencionado acima, no subitem 5.1(b) "iii" também são detalhadas informações adicionais.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles estão descritos no item 5.3(a). Já a indicação das pessoas responsáveis indicando o cargo pode ser conferida no item 5.1(b).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os auditores independentes da Companhia emitiram, o Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia, que reporta uma deficiência significativa relacionada ao processo de preparação e revisão na elaboração das informações trimestrais, e demonstrações financeiras anuais da Companhia.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Considerando que o item destacado anteriormente, não constitui distorção relevante (conforme conceito estabelecido pela NBC TA 315) e, portanto, não afetou a emissão do parecer dos auditores independentes sem qualificação, em 21 de março de 2022.

Considerando que este item não impactou indicadores financeiros críticos (ebtida, dívida líquida e dívida líquida/ebtida) tampouco constituiu erro nos saldos apresentados nas peças da demonstração financeira (balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de fluxo e etc.), e, portanto, não possui magnitude e abrangência para impactar a leitura das demonstrações financeiras da Companhia por seus respectivos stakeholders.

A Companhia não concorda com a classificação de “deficiência significativa de controle” e entende que o ponto mencionado se refere apenas a melhoria a ser implantada no processo de elaboração das demonstrações financeiras, o qual deveria ter sido apresentado no item II “Outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis”.

Adicionalmente, cabe destacar que para a divulgação das Informações Trimestrais do 1º trimestre findo em 31 de março de 2022, a Companhia implementou as melhorias recomendadas pelos auditores, que julgou pertinentes para uma divulgação trimestral.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

a. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia desenvolveu um Código de Conduta, um Código de Conduta de Terceiros e Normativos de Integridade determinando e esclarecendo a visão, valores e diretrizes da Companhia sobre a conduta esperada de seus colaboradores, administradores e terceiros e, como forma de disseminar e consolidar o Código de Conduta e políticas de integridade, a Companhia promove treinamentos presenciais e on-line seguidos de avaliações que devem ser respondidas por todos os colaboradores e administradores.

A fim de mitigar riscos relativos à contratação de terceiros fornecedores e prestadores de serviço, a Companhia realiza análises reputacionais utilizando o sistema UpMiner, o qual permite acesso a uma maior base de dados e obtém informações mais detalhadas sobre as pessoas jurídicas e físicas analisadas.

Por fim, a Companhia possui um canal de denúncias disponível 24 horas por dia, confidencial e aberto a todos, o qual permite que colaboradores e terceiros apresentem relatos, os quais são recebidos, analisados e investigados pela área de *Compliance* da Companhia, que os reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário, e este, por sua vez, ao Conselho de Administração da Companhia. De acordo com a gravidade da denúncia e da violação ao Código de Conduta e políticas de integridade, a sanção ao denunciado pode ser determinada pela Comissão de *Compliance* ou pelo Conselho de Administração.

A Companhia promove a avaliação de suas políticas e procedimentos periodicamente e sempre que julgar necessário, como forma de mantê-las sempre atualizadas e adequadas à estrutura de governança, à atuação da Companhia e às leis e regulamentos aplicáveis.

b. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Comissão de *Compliance* é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, tendo como atribuição principal o acompanhamento da implementação das iniciativas de *Compliance*. A Comissão de *Compliance* é um órgão criado sem deliberação formal o qual se

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário e, quando necessário, ao Conselho de Administração.

c. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

a. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta da Companhia foi revisado e aprovado em reunião do Conselho de Administração em setembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros fiscais, quando aplicável, conselheiros de administração e terceiros. No que se refere a fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, a Companhia desenvolveu um Código de Conduta de Terceiros, detalhando as regras e recomendações específicas para aqueles que tenham relações comerciais com a Companhia ou suas subsidiárias.

Em setembro de 2020, foi elaborado e aprovado em reunião do Conselho de Administração a Política Anticorrupção, que é aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros de administração e terceiros.

b. se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Após a aprovação do Código de Conduta no início de 2017, foram conduzidos treinamentos presenciais, um treinamento *online* no primeiro semestre e outro treinamento *online* no segundo semestre daquele ano. Os treinamentos foram oferecidos a todos os colaboradores, diretores e conselheiros de administração da Companhia e todos contaram com mais de 95% de participação.

Durante o ano de 2018, foram conduzidos, pela área de Governança, Riscos e *Compliance*, treinamentos presenciais direcionados aos colaboradores da Companhia sobre assédio moral e suas particularidades. A fim de atender aos colaboradores que não puderam comparecer aos treinamentos presencialmente, a Companhia conduziu treinamentos *online*. Adicionalmente, a Companhia incluiu uma apresentação sobre o Código de Conduta no processo de ambientação de novos colaboradores.

A Companhia oferece treinamentos periódicos e realiza ações de comunicação contínuas relacionados a ética, integridade e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais na ambientação de novos colaboradores e *online*.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi conduzido treinamento presencial para 26 gerentes e 6 diretores sobre avaliação de riscos de integridade com escopo focado nas diretrizes do Código de Conduta da ENEVA. Foram lançados também 2 treinamentos *on-line* sobre temas de *Compliance*. Já em outubro de 2019 foi aplicado o curso de Relacionamento com Poder Público, que contou com 89% de adesão, considerando colaboradores próprios e terceiros, e, em dezembro de 2019, iniciou-se a aplicação do curso de Ética e Integridade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Após a aprovação do Código de Conduta e Política Anticorrupção em setembro de 2020, foi conduzido treinamento online sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção. O treinamento foi disponibilizado a todos os colaboradores, terceiros e executivos da Companhia e todos somaram 95% de participação.

Em 2021, no Dia Internacional Contra a Corrupção, foi realizado treinamento sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção, e, posteriormente, foi inserido na plataforma de treinamento da Companhia, denominada Academia do Conhecimento, para acesso permanente do conteúdo pelos colaboradores. Ademais, a referida plataforma de treinamento possui treinamento com verificação de aprendizagem sobre (i) Código de Conduta e Política Anticorrupção; (ii) Relacionamento com o Poder Público; (iii) Ética e Integridade, desde 2019. E ainda, foi realizado treinamento sobre Assédio Moral, em 4 dias de palestras online, com o objetivo de alcançar amplamente o público, e posterior inserção, no portal Academia do Conhecimento, de treinamento composto por 13 mini vídeos gravados com a especialista no tema, para facilitar a consulta temática e melhor aprendizagem.

c. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Conduta determina que o descumprimento das condutas nele definidas ou estabelecidas nas políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis poderão resultar na aplicação de medidas disciplinares, as quais serão proporcionais à natureza e à gravidade da violação, podendo variar desde advertência até demissão por justa causa de acordo com diretriz de gestão de consequência, sem prejuízo de sanções administrativas, civis e penais, quando aplicáveis. Aos terceiros que violarem o Código de Conduta, políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis, a sanção imposta será aquela prevista no respectivo contrato, incluindo o término da relação comercial existente entre o terceiro e a Companhia.

d. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de setembro de 2020. O código pode ser encontrado no website da Companhia em <https://ri.eneva.com.br/> e na central de sistemas da CVM em <http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivoComCabecalho.asp?motivo=&protocolo=598916&funcao=visualizar&Site=C>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

a. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncia é externo e gerido por empresa terceira especializada (atualmente, a Contato Seguro).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

b. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncia está aberto para o recebimento de relatos de todos os colaboradores próprios e terceiros da Companhia, bem como do público externo.

c. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Os relatos podem ser realizados anonimamente pelos canais de denúncia disponibilizados pela Contato Seguro, tanto através de ligação gratuita como através do *website*.

d. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias são apuradas e tratadas pela área de Governança, *Compliance* e Controles Internos e reportadas periodicamente para a Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em todas as operações societárias como fusão, aquisição e reestruturações societárias fora do grupo econômico da Companhia é realizado um detalhado processo de auditoria (*due diligence*) que busca identificar, dentre outros aspectos, a aderência e cumprimento às leis, regulamentos e normas de integridade e anticorrupção.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que, conforme descrito acima, a Companhia possui um programa de integridade em vigor para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, contra as regras e políticas da Companhia e/ou contra a lei e regulamentos aplicáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

A respeito do fator de risco *"As estimativas de reservas e de recursos contingentes de gás natural e óleo da Companhia envolvem um grau significativo de incerteza e estão baseadas em premissas que podem não ser precisas"*, existem certas particularidades dos ativos da Companhia, bem como ações tomadas pela Companhia, que levam a uma mitigação dos riscos associados à realização de suas reservas:

- A similaridade das características de seus reservatórios e do gás produzido reduzem os riscos dos projetos a serem desenvolvidos para atendimento dos contratos de gás.
- O histórico da produção dos campos em produção vem reduzindo consistentemente as incertezas das reservas relacionadas à performance dos reservatórios e a seus planos de desenvolvimento;
- A incerteza do preço do produto da Companhia é mitigada pelos contratos de longo prazo com preços definidos e sujeito a reduzidas variações; e
- A incerteza da receita dos contratos é mitigada pela cláusula de uma receita fixa significativa e independente do despacho.

Estas e outras particularidades fazem com que os valores de reservas atualmente certificados pela GCA estejam muito próximos dos estimados pela Companhia, apresentando uma variação de cerca de 8% nas estimativas de reserva provável (2P). Isto demonstra que o nível de informações existentes para suportar estas estimativas é bastante satisfatório e consistente, o que reduz em muito os riscos relacionados às reservas de gás da Companhia.

Ressalte-se que os fatores de risco descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência foram atualizados para refletir os potenciais impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia. A Eneva instituiu a Comissão de Crise em março de 2020, de forma a auxiliar a diretoria na tomada de decisões, com a agilidade e a responsabilidade que o tema exigia, para diminuir os possíveis impactos na continuidade das operações da companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos Diretores

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Eneva S.A. (“Companhia” ou “Eneva”) relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC’s) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e informações contábeis consolidadas revisadas relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021, elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) e as Informações Financeiras Trimestrais consolidadas da Companhia estão de acordo com o CPC 21(R1) e com a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, da mesma forma que a apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras Trimestrais - ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e informações contábeis consolidadas relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021 da Companhia, disponíveis no seu *website* (www.eneva.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Nesta seção são apresentadas, pela Administração da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes nas colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de uma mesma rubrica enquanto a Análise Vertical representa o percentual da rubrica em relação à receita de venda de bens e/ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia:

No período de três meses findo em 31 de março de 2022, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços I de R\$759,0 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC"), Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II"), Pecém II Geração de Energia ("Pecém II") e Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"). A Companhia apurou lucro líquido de R\$185,4 milhões para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$696,9 milhões. Em 31 de março de 2022, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$9.622,1 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços de R\$5.124,4 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas PGC, Parnaíba II, Pecém II e Itaqui. A Companhia apurou lucro líquido de R\$1.173,3 milhões para o referido exercício, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$992,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$7.747,4 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços líquida de R\$3.243,3 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas PGC, que, em 1º de janeiro de 2020, incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I") em suas operações, Parnaíba II, Pecém II e Itaqui. A Companhia apurou lucro líquido de R\$1.006,5 milhões para o referido exercício social, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$1.384,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$7.042,7 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços líquida de R\$3.137,4 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba I (posteriormente incorporada por PGC), Parnaíba II, Pecém II e Itaqui. A Companhia apurou lucro líquido de R\$599,1 milhões para o referido exercício social, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$1.517,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$5.556,5 milhões.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes ativos não circulantes dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante era de 0,37 em 31 de março de 2022, 0,45 em 31 de dezembro de 2021, 0,47 em 31 de dezembro de 2020 e 0,53 em 31 de dezembro de 2019.

No período de três meses findo em 31 de março de 2022, o lucro líquido foi de R\$185,4 milhões, comparados com um lucro líquido de R\$202,9 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021

Desta forma, os diretores acreditam que a Companhia apresenta planos de crescimento consistentes, conforme evolução dos resultados obtidos nos últimos três exercícios sociais, onde a Companhia obteve lucro líquido de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$1.173,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$1.006,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Alterações no Capital Social

31 de março de 2022

Em 11 de março de 2022, ocorreu aumento de capital social decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus"), realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, de forma todas as empresas controladas pela Focus passaram a ficar sob o controle da Eneva, em que o capital social da Companhia foi aumentado no montante de R\$110,1 milhões, mediante a emissão de 17.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, sendo o preço de emissão de R\$11,98 por ação.

2021

Em 03 de fevereiro de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$25,1 milhões, mediante a emissão de 437.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$57,30 por ação.

Em 14 de abril de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$2,8 milhões, mediante a emissão de 160.088 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$17,3896 por ação.

Em 20 de maio de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$12,7 milhões, mediante a emissão de 784.115 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$16,2150 por ação.

Em 30 de novembro de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$5,1 milhões, mediante a emissão de 300.964 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$16,9688 por ação.

2020

Em 26 de maio de 2020, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$10,3 milhões, mediante a emissão de 284.502 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$36,25 por ação.

Em 09 de outubro de 2020, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$3,2 milhões, mediante a emissão de 68.277 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$46,70 por ação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2019

Em 28 de maio de 2019, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$6,0 milhões, mediante emissão de 285.538 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$21,00 por ação.

Em 14 de agosto de 2019, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$1,2 milhões, mediante emissão de 47.386 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$26,23 por ação.

Adicionalmente, em novembro de 2019, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$5,6 milhões, mediante emissão de 159.178 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$35,12 por ação.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio e capital de terceiros.

Em 31 de março de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 43,7% de capital próprio e 56,3% de capital de terceiros. ⁶⁵Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$9.388,6 milhões, enquanto as obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$12.105,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta de 49,3% de capital próprio e 50,7% de capital de terceiros. Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$8.996,6 milhões, enquanto as obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$9.247,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta de 48,9% de capital próprio e 51,1% de capital de terceiros. Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$7.930,7 milhões, enquanto as obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$8.287,4 milhões.

⁶⁵ O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido dividido pelo passivo total (passivo circulante + passivo não circulante + patrimônio líquido) e o capital de terceiros corresponde ao passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo passivo total (passivo circulante + passivo não circulante + patrimônio líquido).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta de 49,8% de capital próprio e 50,2% de capital de terceiros. Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$6.900,1 milhões, enquanto as obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$6.963,1 milhões.

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que, desde a conclusão do processo de recuperação judicial, mencionados no item 6.5 deste formulário de referência, os projetos da Companhia apresentam capacidade de pagamento suficiente para arcar com todos os seus compromissos financeiros, visto que a Companhia possui contratos de geração de energia de longo prazo com parcelas fixas e variáveis, além de reservas de gás natural suficientes para suprir todo o período da concessão.

Parte substancial da energia elétrica gerada pelos referidos projetos é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), o que permite a geração de receita fixa para as controladas da Companhia, por até 15 ou 20 anos (desde que as partes cumpram com as respectivas obrigações contratuais), além de parcela variável vinculada à quantidade de energia produzida que, para o Complexo do Parnaíba, é destinada à monetização da produção de gás.

Em 31 de março de 2022, 31 de dezembro de 2021, de 2020 e 2019 a parcela circulante dos empréstimos e financiamentos e debêntures consolidados pode ser resumida como segue:

Em R\$ milhões	31	de 31 de dezembro		
Mês de vencimento	2022	2021	2020	2019
Em até 3 meses	211,2	25,1	15,0	41,8
Entre 3 e 6 meses:	21,1	135,0	72,9	109,6
Entre 6 e 9 meses:	224,4	17,0	-0,4	37,1
Entre 9 e 12 meses:	24,2	185,6	50,2	95,0
	480,9	362,6	137,7	283,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As parcelas dos empréstimos e financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de março de 2022, 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 apresentavam, respectivamente, o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Em R\$ milhões	31 de dezembro de		
	de	31 de março de 2022	2021	2020
vencimento				2019
2021	-	-	-	298,1
2022	-	-	269,8	433,1
2023	1.882,3	367,5	350,8	491,5
2024 até o último vencimento	7.258,9	7.017,3	6.284,4	4.273,0
		9.141,2	7.384,8	6.905,0
				5.273,0

Em junho de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo remanescente da dívida proveniente do seu Plano de Recuperação Judicial, no montante total de R\$1.575,0 milhões, com recursos provenientes da 1ª e 2ª séries da sua 2ª emissão de debêntures.

Ao longo do ano de 2020, a Companhia realizou novas emissões de debêntures para reforço de caixa e obtenção de recursos para execução do Capex dos projetos em curso. A 3ª emissão teve como destinação de recursos reembolso de parcela do investimento realizado na área de Infraestrutura de Gás Natural denominado Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba. A 4ª emissão, ocorrida em Abril, buscou reforço de caixa frente às incertezas instauradas pelo cenário de pandemia do Covid-19. A 5ª emissão destinou-se a parcela do Capex para área de Infraestrutura de Gás Natural no Parque dos Gaviões. Por fim, a 6ª emissão e última no ano de 2020 teve os seus recursos destinados aos projetos de Parnaíba VI, à UTE Jaguatirica II e parcela remanescente do Capex para área de Infraestrutura de Gás Natural no Parque dos Gaviões.

Diante da manutenção das condições financeiras favoráveis da Companhia, e a possibilidade de acesso ao mercado e bancos de fomento para financiar os Projetos em execução, a Eneva concluiu em 18 de dezembro de 2020 o resgate antecipado da 4ª Emissão de debêntures em valor equivalente a R\$416,4 milhões. O resgate antecipado teve como objetivo redução dos custos da dívida que foi constituída para uma eventual restrição de crédito, o que foi superado por meio da 6ª emissão de debêntures por meio da instrução CVM 400.

Em fevereiro de 2022, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debentures, cuja destinação foi o reforço de capital de giro.

A Parnaíba II refinanciou, por meio de recursos oriundos da sua 3ª emissão de debêntures e de capital próprio, as dívidas referentes à sua 1ª emissão de debêntures, à 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Energia S.A. (sucendida por Parnaíba II) e à sua Cédula de Crédito Bancário emitida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., que totalizaram R\$1.188,8 milhões.

Em dezembro de 2021, Parnaíba II celebrou o Contrato de Financiamento junto ao Banco do Brasil, por meio de repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, no valor de R\$274 milhões, para financiamento da implantação do Projeto Parnaíba VI.

Em agosto e novembro de 2020, as controladas Pecém II e Itaqui, respectivamente, liquidaram integralmente suas dívidas com o BNDES e Banco do Nordeste, totalizando R\$1.237,3 milhões.

A controlada Azulão Geração de Energia S.A. (“Azulão”) contratou, em janeiro de 2020, uma linha de crédito de R\$1 bilhão junto ao Banco de Desenvolvimento da Amazônia, recursos estes destinados a implantação do Projeto Integrado Azulão-Jaguarica nas localidades de Silves (AM) e Boa Vista (RR) para fornecimento de energia ao sistema isolado de Roraima. Mediante a comprovação de gastos e cumprimento de condições precedentes ao desembolso, Azulão alcançou totalidade da liberação dos recursos, que foi concluída em setembro de 2021.

Em dezembro de 2021, Azulão celebrou o Contrato de Financiamento junto ao Banco do Brasil, por meio de repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, no valor de R\$286 milhões, para financiamento da implantação do Projeto Integrado Azulão-Jaguarica. Mediante a comprovação de gastos e cumprimento de condições precedentes ao desembolso, Azulão alcançou até março de 2022 a liberação de R\$199 milhões.

A controlada PGC possui uma linha de crédito de R\$842,5 milhões contratados com o Banco do Nordeste referente a implantação do projeto de fechamento de ciclo da usina de Parnaíba I (projeto Parnaíba V). O projeto desembolsou R\$754,0 milhões, mediante a comprovação financeira e cumprimento de condições precedentes ao desembolso.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes de recursos utilizadas pela Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2022 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram as receitas obtidas dos contratos de energia de ativos, empréstimos e financiamentos, emissão de valores mobiliários não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Dentre as operações mais relevantes ocorridas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2022 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os Diretores da Companhia destacam:

- Em fevereiro de 2022, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em série única, em montante total de R\$1.500,0 milhões. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados para reforço de capital de giro da Companhia. Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 1.512,9 milhões.
- Em dezembro de 2021 a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco do Brasil S.A, com utilização

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, destinados a implantação do Projeto Integrado Azulão nas localidades de Silves (AM) e Boa Vista (RR), no montante de R\$286,1 milhões ao custo de IPCA + 2,335% a.a., prazo de vigência de 170 (cento e setenta) meses, incluídos 12 (doze) meses de carência, vencendo em 1º de fevereiro de 2036. Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essa linha de crédito era de R\$ 201,3 milhões.

- Em dezembro de 2021 a Parnaíba II contratou linha de crédito junto ao Banco do Brasil S.A, com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, destinados a implantação do Projeto Parnaíba VI na localidade de Santo Antônio dos Lopes (MA), no montante de R\$274,2 milhões ao custo de IPCA + 3,383%a.a., prazo de vigência de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, incluídos 12 (doze) meses de carência, vencendo em 1º de julho de 2041. Em 31 de março de 2022 não havia saldo em aberto referente a esta linha de crédito.

- Em 29 de setembro de 2020, a Companhia realizou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$947,9 milhões, em duas séries. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da Primeira Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Primeira Série para investimentos e pagamentos futuros relativos à execução do Projeto Parque dos Gaviões. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da Segunda Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Segunda Série para (i) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta, e (ii) investimentos e pagamentos futuros, sendo ambos os itens (i) e (ii) relativos à execução do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II. Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$1.067,1 milhões.

- Em 29 de junho de 2020, a Companhia realizou a sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em montante total de R\$650 milhões. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados para o reembolso dos gastos e despesas futuras relacionadas à execução do projeto Parque dos Gaviões enquadrados como prioritários através da portaria nº 327, expedida pelo MME, de 21 de agosto de 2019. Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$756,0 milhões.

- Em 24 de abril de 2020, a Companhia celebrou o contrato de financiamento com o China Construction Bank, no montante total de R\$90 milhões, com prazo de um ano. Os recursos líquidos obtidos por meio do referido financiamento foram destinados ao reforço da liquidez de caixa para combater os impactos da pandemia de COVID19. A Companhia efetuou a liquidação antecipada deste financiamento em 30 de setembro de 2020.

- Em 13 de abril de 2020, a Companhia realizou a sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em montante total de R\$410 milhões, com prazo de um ano. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados ao reforço da liquidez de caixa em decorrência do momento de incerteza derivada da pandemia de COVID19. A Companhia concluiu em 18 de dezembro de 2020, o resgate antecipado da 4ª Emissão de debêntures em valor equivalente a R\$416,4 milhões. A Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das debêntures de sua 4ª emissão em dezembro de 2020.

- Em janeiro de 2020 a Azulão contratou linha de crédito junto ao Banco de desenvolvimento da Amazônia destinados a implantação do Projeto Integrado Azulão nas localidades de Silves (AM) e Boa Vista (RR) para fornecimento de energia ao sistema isolado de Roraima no montante de R\$1 bilhão ao custo de IPCA + 1,5013%a.a.,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

prazo de vigência de 196 (cento e noventa e seis) meses, incluídos 24 (vinte e quatro) meses de carência, vencendo em 15 de junho de 2036. Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essa linha de crédito era de R\$986,5 milhões.

- Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$650 milhões. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados para o reembolso dos gastos e despesas futuras relacionados aos projetos de exploração & produção de gás enquadrados como prioritários através da portaria nº 327 expedida pelo MME, de 21 de agosto de 2019.

- Em 21 de outubro de 2019 a Parnaíba II concluiu a sua 3ª emissão de debêntures no valor de R\$750 milhões em três séries, sendo a 1ª série no valor de R\$100 milhões, a 2ª no valor de R\$290 milhões e a 3ª no valor de R\$360 milhões. Os recursos obtidos foram destinados exclusivamente para liquidação antecipada do saldo remanescente das dívidas relativas à: 1ª emissão de debêntures simples de Parnaíba II, no montante de R\$717 milhões, com custo de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 2025, 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucrida por Parnaíba II, conforme Fato Relevante divulgado em 1º de outubro de 2018), no montante de R\$246 milhões, com custo de CDI + 2,95% a.a. e vencimento em 2024 e a Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social), no montante total de R\$223 milhões, com custo de TJLP + 5,15% a.a. e vencimento em 2027.

A 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II possui prazo de vencimento total de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se a primeira série, portanto, em 02 de outubro de 2022, com a remuneração de CDI + 0,60% a.a., CDI + 1,01% a.a. para a 2ª Série, com vencimento em 02 de outubro de 2024, e CDI + 1,40% a.a. para a 3ª série, com vencimento em 02 outubro de 2026. A 1ª série tem pagamento de juros semestral e principal integral na data de vencimento, a 2ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 48 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas e a 3ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 72 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas.

- Em 28 de junho de 2019, a PGC celebrou contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$842,6 milhões com prazo para 17 anos, carência de juros e principal por 5 anos e custo de IPCA + 1,938% a.a., considerando bônus de adimplência contratual. O contrato de financiamento tem como objetivo o desenvolvimento, a construção e a operação da UTE Parnaíba V.

- Em 15 de maio de 2019, a Companhia realizou 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no montante total de R\$2.000 milhões. Os recursos obtidos por meio das debêntures de primeira e segunda série foram utilizados para refinanciamento das dívidas da Companhia e os recursos obtidos por meio das debêntures de terceira série estão sendo destinados ao pagamento ou reembolso, conforme o caso, de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação da UTE Parnaíba V.

- Em novembro de 2018, a Parnaíba I realizou a emissão de R\$866 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, com série incentivada e série não-incentivada. A série incentivada totalizou R\$315 milhões, com remuneração de 100% do IPCA acrescido de 7,2227% ao ano e vencimento em 2025. A série não-incentivada totalizou R\$551 milhões, com remuneração de 100% do DI acrescido de 2,5% ao ano e vencimento em 2025. Ambas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

as séries têm pagamento de juros semestral, carência de principal de 12 meses e serão amortizadas em 13 parcelas semestrais consecutivas. Os recursos captados foram parcialmente utilizados para a liquidação antecipada do saldo remanescente da dívida de Parnaíba I junto ao BNDES. Em função da incorporação da Parnaíba I pela PGC em 1º de janeiro de 2020, a PGC sucedeu todas as obrigações estabelecidas na 1ª Emissão de Parnaíba I.

Em relação às fontes de financiamentos para investimentos em ativos não circulantes, vide comentários ao item “f” abaixo.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia considerando serem, essencialmente, estruturados na modalidade project finance, contando com a participação de financiamento de bancos de fomento a juros subsidiados e prazos de amortização longos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes, a participação de financiamento de bancos de fomento a juros subsidiados e prazos de amortização longos e sua própria geração de caixa operacional,

Adicionalmente, a Companhia monitora constantemente o mercado, podendo avaliar alternativas complementares de captação de recursos de terceiros, provenientes de empréstimos bancários junto às instituições financeiras de primeira linha, financiamentos junto a agências de fomento e/ou por meio de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Empréstimos e Financiamentos****Em 31 de março de 2022****Em R\$ milhões**

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação apropriar	Principal	Juros	Total
Térmicas a Gás									
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	8,08%	17/03/2025	-	34,6	0,1	34,8
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	6,08%	15/12/2028	(0,2)	26,4	0,1	26,2
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	12,56%	15/07/2036	(7,1)	753,5	123,5	869,9
Azulão	FDA	R\$	IPCA + 2,335%	13,06%	01/02/2038	(2,8)	199,0	5,1	201,3
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	12,24%	16/06/2036	(8,2)	596,5	3,7	592,0
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	11,94%	16/06/2036	(5,5)	397,7	2,4	394,6
Focus	Itaú	R\$	CDI + 3,60%	10,10%	12/12/2024	-	4,3	-	4,3
Focus	Caixa	R\$	CDI + 4,41%	10,91%	19/11/2023	-	6,7	-	6,7
Focus	Daycoval	R\$	CDI + 6,67%	13,17%	25/11/2024	-	3,8	-	3,8
Focus	Unicred	R\$	CDI + 6,55%	10,10%	30/07/2030	-	9,2	-	9,2
Camanducaia	Bradesco I	R\$	9,51%	9,51%	27/10/2025	-	3,5	-	3,5
Camanducaia	Bradesco II	R\$	8,60%	8,60%	05/11/2025	-	5,4	-	5,4
						(23,8)	2.040,5	134,9	2.151,7
Depósitos Vinculados						-	(136,7)	-	(136,7)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos						(23,8)	1.903,8	134,9	2.015,0
Circulante						(2,0)	95,8	11,4	105,2
Não circulante						(21,8)	1.808,0	123,5	1.909,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures					Em 31 de março de 2022						
Em R\$ milhões											
Empresa	Credor	Moeda	Taxas juros	de	Taxas efetivas	Vencimento	Custo captação apropriar	de a	Principal	Juros	Total
Térmicas a Gás											
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 7,2227%	+	17,72%	15/11/2025	(3,3)		307,9	8,2	312,8
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%		6,38%	15/11/2025	(5,0)		370,8	16,6	382,5
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%		4,50%	02/10/2022	(0,1)		100,0	4,6	104,5
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%		4,91%	02/10/2024	(0,7)		290,0	13,9	303,2
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%		5,30%	02/10/2026	(1,2)		360,0	17,9	376,8
Upstream											
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%		4,85%	15/05/2024	(3,5)		750,0	29,1	775,6
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%		5,35%	15/05/2027	(5,0)		750,0	30,5	775,6
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA 5,05%	+	15,54%	15/05/2029	(3,8)		600,4	11,3	607,9
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 4,2259%	+	14,72%	15/12/2027	(11,3)		771,4	9,4	769,6
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 5,50%	+	15,99%	15/06/2030	(20,8)		764,7	12,1	756,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 4,127%	+	13,61%	15/09/2030	(14,9)	435,4	0,8	421,4
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA 4,5034%	+	14,99%	15/09/2035	(23,9)	668,3	1,4	645,8
Eneva	7ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 1,35%		7,45%	18/05/2023	(3,4)	1.500,0	16,3	1.512,9
							(96,6)	7.669,0	172,1	7.744,5
Depósitos Vinculados							-	(137,3)	-	(137,3)
Saldo líquido de							(96,6)	7.531,7	172,1	7.607,2
debêntures							(17,7)	237,7	155,8	375,7
Circulante							(78,9)	7.294,1	16,3	7.231,5
Não circulante										

Empréstimos e Financiamentos**Em 31 de dezembro de 2021****Em R\$ milhões**

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação apropriar	Principal	Juros	Total
Térmicas a Gás									
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	7,74%	15/03/2025	-	37,5	0,1	37,7
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	5,74%	15/12/2028	(0,2)	27,3	0,1	27,2
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	12,43%	15/07/2036	(7,3)	753,5	98,6	844,8
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	12,11%	16/06/2036	(8,3)	600,0	3,5	595,2
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	11,82%	16/06/2036	(5,5)	400,0	2,3	396,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	(21,3)	1.818,3	104,6	1.901,6
Depósitos Vinculados	-	(114,5)	-	(114,5)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos	(21,3)	1.703,8	104,6	1.787,1
Circulante	(1,8)	73,6	6,0	77,8
Não circulante	(19,5)	1.630,2	98,6	1.709,3

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures					Em 31 de dezembro de 2021				
Em R\$ milhões									
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação apropriado	Principal	Juros	Total
Térmicas a Gás									
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 7,2227%	+ 17,72%	15/11/2025	(3,7)	300,9	2,8	300,0
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	6,38%	15/11/2025	(5,6)	370,8	5,1	370,4
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	4,50%	02/10/2022	(0,1)	100,0	1,9	101,8
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	4,91%	02/10/2024	(0,8)	290,0	5,9	295,2
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	5,30%	02/10/2026	(1,2)	360,0	7,7	366,5
Upstream									
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	4,85%	15/05/2024	(3,9)	750,0	8,9	755,0
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	5,35%	15/05/2027	(5,2)	750,0	9,4	754,2
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA 5,05%	+ 15,54%	15/05/2029	(3,9)	584,9	3,8	584,8
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 4,2259%	+ 14,72%	15/12/2027	(11,9)	751,5	1,5	741,1
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 5,50%	+ 15,99%	15/06/2030	(21,4)	745,0	1,9	725,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 4,127%	+	13,61%	15/09/2030	(15,2)	424,2	5,1	414,1
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA 4,5034%	+	14,99%	15/09/2035	(24,2)	651,0	8,5	635,3
							(97,1)	6.078,4	62,4	6.043,8
Depósitos Vinculados							-	(83,5)	-	(83,4)
Saldo líquido de debêntures							(97,1)	5.995,0	62,4	5.960,3
Circulante							(15,2)	237,7	62,4	284,8
Não circulante							(81,9)	5.757,4	-	5.675,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e Financiamentos						Em 31 de dezembro de 2020				
Em R\$ milhões										
Empresa	Credor	Moeda	Taxas juros	de	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Térmicas a Gás										
PGC	BNB	R\$	IPCA 1,9388%	+	6,46%	15/07/2036	(7,9)	422,6	13,6	428,3
AZULÃO	BASA	R\$	IPCA 1,6190%	+	6,14%	16/06/2036	(8,5)	490,6	2,7	484,8
AZULÃO	BASA	R\$	IPCA 1,3247%	+	5,84%	16/06/2036	(5,7)	359,3	1,9	355,6
Upstream										
ENEVA S/A	FINEP	R\$	TJLP+3,00%		7,87%	15/03/2025	-	49,1	0,2	49,3
ENEVA S/A	FINEP	R\$	TJLP+1,00%		5,87%	15/12/2028	(0,3)	31,2	0,1	31,0
							(22,4)	1.352,8	18,4	1.348,8
Depósitos Vinculados							-	(18,5)	-	(18,5)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos							(22,4)	1.334,3	18,4	1.330,3
Circulante							(1,1)	15,4	4,8	19,2
Não circulante							(21,3)	1.318,8	13,6	1.311,1

Debêntures						Em 31 de dezembro de 2020					
Em R\$ milhões											
Empresa	Credor	Moeda	Taxas juros	de	Taxas efetivas	Vencimento	Custo captação apropriar	de a	Principal	Juros	Total
Térmicas a Gás											
PGC	1ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 7,2227%	+	11,74%	15/11/2025	(5,3)		305,7	2,7	303,2
PGC	1ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%		5,27%	15/11/2025	(8,4)		435,3	2,4	429,3

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Parnaíba II	3ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	3,37%	02/10/2022	(0,3)	100,0	0,6	100,3
Parnaíba II	3ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	3,78%	02/10/2024	(1,1)	290,0	2,0	290,9
Parnaíba II	3ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	4,17%	02/10/2026	(1,5)	360,0	2,9	361,4
Upstream									
Eneva	2ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	3,72%	15/05/2024	(5,5)	750,0	2,7	747,2
Eneva	2ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	4,22%	15/05/2027	(6,3)	750,0	3,2	746,9
Eneva	2ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA 5,05%	+ 9,57%	15/05/2029	(4,5)	529,8	3,3	528,6
Eneva	3ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 4,2259%	+ 8,75%	15/12/2027	(14,2)	680,8	1,2	667,8
Eneva	5ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 5,50%	+ 10,02%	15/06/2030	(24,4)	674,9	1,6	652,0
Eneva	6ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA 4,127%	+ 8,65%	15/09/2030	(16,5)	384,3	4,0	371,8
Eneva	6ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA 4,5034%	+ 9,02%	15/09/2035	(25,4)	589,7	6,6	570,9
						(113,3)	5.850,4	33,2	5.770,3
Depósitos Vinculados						0,0	(57,9)	0,0	(57,9)
Saldo líquido de debêntures						(113,3)	5.792,5	33,2	5.712,4
Circulante						(16,0)	101,2	33,2	118,5
Não circulante						(97,4)	5.691,2	0,0	5.593,9

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ milhões						Em 31 de dezembro de 2019			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Upstream									
ENEVA S/A	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	7,70%	15/03/2025	-	60,6	0,2	60,8
ENEVA S/A	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	5,66%	15/12/2028	(0,4)	31,6	0,0	31,2
Térmicas a Carvão									
Itaqui	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+2,78%	8,52%	15/06/2026	(4,3)	605,4	2,0	603,1
Itaqui	BNB	R\$	10,00%	8,61%	15/12/2026	(1,4)	148,1	0,6	147,4
Pecém II	BNDES (Direto) (a)	R\$	TJLP+3,14%	8,89%	15/06/2027	(2,8)	333,7	1,1	332,1
Pecém II	BNDES (Direto) (a)	R\$	IPCA+10,59%	13,95%	15/06/2027	(0,4)	120,0	0,5	120,2
Pecém II	BNB	R\$	10,00%	8,67%	31/01/2028	(2,6)	193,7	-	191,1
						(11,9)	1.493,1	4,6	1.485,9
						Depósitos Vinculados	-	(86,4)	-
						Saldo líquido de empréstimos e financiamentos	(11,9)	1.406,7	4,6
						Circulante	(2,6)	176,2	4,6
						Não circulante	(9,3)	1.230,5	-
									1.221,2
Debêntures									
Em R\$ milhões						Em 31 de dezembro de 2019			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas	Vencimento	Custo a	Principal	Juros	Total

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

						efetiva	apropriar			
Térmicas a Gás										
PGC	1ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	10,67%	15/11/2025	(7,5)	319,0	2,7	314,1	
PGC	1ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	7,78%	15/11/2025	(12,2)	493,1	4,1	485,0	
Parnaíba II	3ª Emissão – 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	5,50%	03/10/2022	(0,5)	100,0	1,1	100,7	
Parnaíba II	3ª Emissão – 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	5,92%	02/10/2024	(1,4)	290,0	3,6	292,2	
Parnaíba II	3ª Emissão – 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	6,33%	05/10/2026	(1,8)	360,0	4,7	362,9	
Upstream										
Eneva	2ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	2,86%	15/05/2024	(7,3)	750,0	5,0	747,8	
Eneva	2ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	3,37%	05/12/2024	(7,6)	750,0	5,4	747,7	
Eneva	2ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	17,20%	15/05/2029	(5,2)	507,4	3,0	505,2	
Eneva	3ª Emissão – 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	16,27%	15/12/2027	(16,0)	652,0	0,6	636,6	
						(59,5)	4.221,5	30,2	4.192,3	
Depósitos Vinculados						-	(35,1)	-	(35,1)	
Saldo líquido de debêntures						(59,5)	4.186,4	30,2	4.157,1	
Circulante						(10,2)	85,2	30,2	105,3	
Não circulante						(49,3)	4.101,2	-	4.051,8	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ressalta-se que a Companhia, na qualidade de garantidora dos respectivos financiamentos e empréstimos de suas controladas, obriga-se a: (i) submeter à aprovação do respectivo credor quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da respectiva controlada, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da controlada ou em transferência do controle acionário da controlada, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da controlada, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; (ii) não reduzir o capital social da respectiva controlada, bem como não fazer amortização, resgate ou conversão de ações de emissão da controlada, sem a prévia e expressa anuência do respectivo credor.

As controladas da Companhia, na qualidade de devedoras dos financiamentos e empréstimos e emissoras de debêntures, obrigaram-se a: (i) não assumir novas dívidas, exceção feita a empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da controlada ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material ou que ultrapassem os limites dos índices de alavancagem contratuais; (ii) não celebrar mútuos com a Companhia ou seus acionistas; (iii) não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao respectivo credor; (iv) não distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido do exercício; e (v) guardar e conservar os bens dados em garantia, de acordo com o disposto nos incisos I e II do artigo 1.363 do Código Civil, responsabilizando-se civilmente pelo eventual descumprimento dessas obrigações.

Por fim, seguem abaixo informações adicionais sobre os principais financiamentos e empréstimos da Companhia e de suas controladas em aberto em 31 de março de 2022:

1. Parnaíba I

Esclarece-se que a Parnaíba I foi incorporada em 1º de janeiro de 2020, e dessa forma a Parnaíba sucedeu a Parnaíba I nos direitos e obrigações das operações abaixo. Para mais informações vide os itens 9.2 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Debêntures – 1ª emissão

Em 15 de novembro de 2018 a Parnaíba I realizou a 1ª emissão de debêntures no valor de R\$866 milhões em duas séries. Os recursos oriundos da 1ª série foram destinados exclusivamente para investimentos na Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão IV, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito e da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão V, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Com relação aos recursos captados pela PGC, por meio da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, estes foram utilizados para liquidação antecipada do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1284.1 contraído com o BNDES. Os recursos remanescentes foram distribuídos à Fiadora para realização de pagamentos, conforme detalhado nos contratos de garantias da emissão.

A 1ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025, com a remuneração de IPCA + 7,2227% para a 1ª Série e CDI + 2,5% para a 2ª Série. No que tange aos juros remuneratórios, estes são pagos semestralmente, a partir da data da emissão, sendo que (i) no caso da 1ª Série, o primeiro pagamento de juros ocorreu em 15 de novembro de 2019, e os demais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro; e (ii) no caso da 2ª Série, o primeiro pagamento foi devido em 15 de maio de 2019, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a respectiva data de vencimento das debêntures.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba I se obriga a:

- i) Manutenção da relação endividamento líquido/EBITDA inferior aos limites escalonados anualmente, conforme abaixo:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
3,5x	3,0x	3,0x	2,5x	2,5x	2,0x

* Essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

Após a incorporação de Parnaíba I pela PGC o Covenant Endividamento Líquido/Ebitda foi ajustado através do 4º aditamento à Escritura para a manutenção escalonada dos seguintes limites anuais:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
6,0x	6,0x	5,0x	2,5x	2,5x	2,0x

* Essa medição não é calculada com base no Endividamento Líquido conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

- ii) Manutenção do nível de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior ou equivalente a 1,20x

Além de aval prestado pela Eneva as debêntures contam ainda com garantias reais, incluindo:

- (i) Alienação Fiduciária de Ações da Emissora;
- (ii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos do Projeto;
- (iii) Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos de titularidade da Parnaíba I;
- (iv) Hipoteca em primeiro grau do terreno da Parnaíba I, descrito na matrícula nº 2.952;
- (v) Cessão Fiduciária da Conta Reserva do Serviço da Dívida;
- (vi) Cessão Fiduciária da Conta Reserva Especial;
- (vii) 50% da Alienação Fiduciária dos Equipamentos da Parnaíba Gás Natural ("PGN");
- (viii) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos emergentes das concessões para exploração de gás; e
- (ix) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Arrendamento e Fornecimento de Gás.

Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$695,2 milhões.

2. Parnaíba II

Debêntures – 3ª emissão

Em 21 de outubro de 2019 concluiu-se a 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II no valor de R\$750 milhões em três séries, sendo a 1ª série no valor de R\$100 milhões, a 2ª no valor de R\$290 milhões e a 3ª no valor de R\$360 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os recursos obtidos foram destinados exclusivamente para liquidação antecipada do saldo remanescente das dívidas relativas à: 1ª emissão de debêntures simples de Parnaíba II, no montante de R\$717 milhões, com custo de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 2025, 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucetida por Parnaíba II, conforme Fato Relevante divulgado em 1º de outubro de 2018), no montante de R\$246 milhões, com custo de CDI + 2,95% a.a. e vencimento em 2024 e a Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social) no montante total de R\$223 milhões, com custo de TJLP + 5,15% a.a. e vencimento em 2027.

A 3ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de outubro de 2022, com a remuneração de CDI + 0,60% a.a. para a 1ª Série, CDI + 1,01% a.a. para a 2ª Série e CDI + 1,40% a.a. para a 3ª série. A 1ª série tem pagamento de juros semestral e principal integral na data de vencimento, a 2ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 48 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas e a 3ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 72 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba II se obriga a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,0 (durante toda a vigência das debêntures, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras anuais e adicionalmente a Eneva, fiadora da emissão, compromete-se a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,5 durante toda a vigência das debêntures a ser acompanhado trimestralmente. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$784,4 milhões.

Financiamento – FDNE

Em 22 de dezembro de 2021, Parnaíba II formalizou a contratação, junto ao Banco do Brasil, da linha de crédito no valor de R\$274,2 milhões, com recursos do Fundo de desenvolvimento do Nordeste ("FDNE"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto Parnaíba VI na localidade de Santo Antonio dos Lopes - MA. A linha de crédito tem prazo total de 234 meses, incluídos 12 meses de carência, vencendo em 1º de julho de 2041. A amortização será no sistema SAC em 31 prestações semestrais consecutivas, sendo remunerado a IPCA + 3,383% ao ano.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) Alienação Fiduciária de Ações; (ii) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos do Projeto; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e (iv) Escritura de Hipoteca.

Até 31 de março de 2022 não há saldo em aberto referente a esta linha de crédito, tendo em vista que a Companhia ainda não a utilizou.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

3. Eneva S.A.

Debêntures – 2ª emissão

Em 15 de maio de 2019 a Eneva realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$2.000,0 milhões, em três séries, *clean*, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 29 de abril de 2019. Os recursos oriundos da 1ª e 2ª séries, no montante de R\$750,0 milhões cada, foram destinados à quitação integral do saldo remanescente dos credores quirografários do Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Os recursos da 3ª série, no montante de R\$500,0 milhões, foram destinados ao pagamento ou reembolso de gastos e despesas relacionados ao projeto de implantação da Central Geradora Termelétrica 5A e 5B (UTE Parnaíba V) com capacidade instalada de 386 MW. O projeto de Parnaíba V foi enquadrado como prioritário pelo MME, conforme a Lei 12.431 e o Decreto 8.874 e as debêntures da 3ª série representam o percentual estimado na data de emissão de 38,46% dos investimentos para a construção da UTE Parnaíba V.

As 3 séries da 2ª emissão de debêntures possuem as seguintes características: (i) a 1ª série possui prazo de 60 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2024, com remuneração de CDI + 0,95% ao ano, amortização integral na data de vencimento e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da respectiva data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; (ii) a 2ª série possui prazo de 96 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2027, com remuneração de CDI + 1,45% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; e (iii) a 3ª série possui prazo de 120 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2029, com remuneração de IPCA + 5,05% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2027 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Emissora se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x.

Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$2.159,1 milhões.

Debêntures – 3ª emissão

Em 15 de dezembro de 2019 a Eneva realizou a sua 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$650,0 milhões, em série única, *clean*, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 21 de janeiro de 2020. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinaram-se para investimentos, pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A emissão possui a seguinte característica: prazo de 8 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027, com remuneração de IPCA + 4,2259% ao ano, amortização anual a partir de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na respectiva escritura, a Eneva se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

Em 31 de março de 2022 o saldo referente a essas debêntures era de R\$769,6 milhões.

Debêntures – 5ª emissão

Em 15 de junho de 2020, a Eneva realizou a sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$650,0 milhões, em série única, sem garantias reais, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 25 de junho de 2020. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinam-se para investimentos, pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

A emissão possui a seguinte característica: prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2030, com remuneração de IPCA + 5,50% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Emissora se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$756,0 milhões.

Debêntures – 6ª emissão

Em 29 de setembro de 2020, a Eneva realizou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$947,9 milhões, em duas séries, sem garantias reais, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 24 de agosto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2020. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Primeira Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Primeira Série (conforme termo abaixo definido) para investimentos e pagamentos futuros relativos à execução do Projeto Parque dos Gaviões, o qual foi enquadrado pelo MME como prioritário, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME do Projeto Parque dos Gaviões. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Segunda Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Segunda Série (conforme termo abaixo definido) para (i) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta, e (ii) investimentos e pagamentos futuros, sendo ambos os itens (i) e (ii) relativos à execução do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II, os quais foram enquadrados pelo MME como prioritários, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME Parnaíba VI e da Portaria do MME UTE Jaguatirica II.

A primeira série possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2030, com remuneração de IPCA + 4,127% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

A segunda série possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2035, com remuneração de IPCA + 4,5034% ao ano, amortização anual a partir de 2033 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$1.067,2 milhões.

Debêntures – 7ª emissão

Em 25 de fevereiro de 2022, a Eneva realizou a sua 7ª emissão de debêntures, no valor de R\$1.500,0 milhões, em série única, sem garantias reais. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinaram-se ao reforço de capital de giro.

A Emissão possui as seguintes características: prazo de 15 meses contado da data de emissão, a vencer, portanto, em 18 de maio de 2023, com a remuneração a remuneração semestral de CDI + 1,35% ao ano e amortização de principal *bullet*, ou seja, em seu vencimento.

Em 31 de março de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$1.512,9 milhões.

4. Parnaíba Gás Natural S.A ("PGN")

FINEP

Em 21 de agosto de 2017, a PGN contratou um financiamento de longo prazo com a FINEP no valor de R\$79,3 milhões, com o objetivo de financiar, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do seu Plano Estratégico de Inovação. O recurso proveniente deste financiamento foi recebido em duas tranches, sendo a primeira em 27 de setembro de 2017, no valor de R\$39,6 milhões e a segunda em 25 de julho de 2018, no valor de R\$29,9 milhões. O financiamento possui prazo de carência de 18 meses contados da data da sua assinatura, com amortização em 73 parcelas mensais e sucessivas, desde 15 de março de 2019, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2025. Sobre

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o montante desembolsado incidirão juros ao custo de TJLP acrescido de 3% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato, a PGN deu como garantia a este financiamento fianças bancárias, que, por sua vez, estavam garantidas pela Companhia através de nota promissória e cessão fiduciária de aplicação financeira. Em março de 2018, a Companhia obteve autorização para o cancelamento da cessão fiduciária da aplicação financeira constituída como garantia destas fianças bancárias.

Em 10 dezembro de 2018, foi firmado com a FINEP um novo contrato no montante de R\$36,5 milhões pela Parnaíba Gás Natural S.A., também destinados ao financiamento do seu Plano Estratégico de Inovação. Em 31 de dezembro de 2019, a PGN havia recebido o montante de R\$31,5 milhões provenientes desse financiamento, restando, ainda, um crédito no valor de R\$5,0 milhões a serem utilizados até junho de 2020. O contrato será amortizado em 97 parcelas mensais e sucessivas a partir de dezembro de 2020, e possui juros incidindo sobre o principal da dívida ao custo de TJLP acrescido de 1% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Em garantia a este financiamento foi apresentada fiança bancária.

Em 31 de março de 2022, o saldo mantido pela PGN junto à FINEP era de R\$60,9 milhões.

5. Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC")

Financiamento – BNB

Em 28 de junho de 2019, PGC contratou junto ao BNB um empréstimo no valor de R\$843 milhões, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), para fins de financiamento da implantação da Central Geradora Termelétrica Parnaíba 5ª e 5B. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com 12 anos de amortização, sendo remunerado a IPCA + 2,281% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para 1,938% ao ano.

A Companhia é garantidora deste financiamento, que também conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização concedida pelo MME relativa ao projeto; (iii) contrato de penhor de ações; (iv) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (v) conta reserva de serviço da dívida; (vi) conta reserva de operação e manutenção (O&M) e (vi) fiança bancária até o *completion* técnico e financeiro.

Em 15 de maio de 2020, 29 de junho de 2020, 16 de outubro de 2020, 19 de Janeiro de 2021, 26 de maio de 2021 e 17 de agosto de 2021 a PGC desembolsou respectivamente R\$138,9 milhões, R\$81,8 milhões, R\$202,5 milhões, R\$111,8 milhões, R\$76,5 milhões e R\$142,5 milhões.

Em 31 de março de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$869,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

6. Azulão

Financiamento – Basa

Em 31 de janeiro de 2020, Azulão formalizou a contratação junto ao Banco da Amazônia o empréstimo no valor de R\$1 bilhão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguarica nos estados de Amazonas e Roraima. O empréstimo tem prazo total de 196 meses, incluídos 24 meses de carência contados a partir de 15 de fevereiro de 2020. A amortização será no sistema SAC em 172 prestações mensais e sucessivas, sendo remunerado a IPCA + 1,9048% ao ano para subcréditos com investimentos em Boa Vista (Roraima) e IPCA + 1,5584% para investimentos em Silves (Amazonas). O financiamento prevê um bônus de adimplência, com a redução dos juros para IPCA + 1,6190% a.a. e 1,3247% ao ano, respectivamente.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) Penhor de ações da Azulão, (ii) Cessão fiduciária de Recebíveis; (iii) Cessão fiduciária de direitos emergentes; (iv) Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da CCC; (v) Cessão fiduciária do contrato de fornecimento de gás para a Usina Termelétrica; (vi) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos do Projeto e (vii) Hipoteca do terreno de Azulão.

Em setembro de 2020, dezembro de 2020, janeiro de 2021 e setembro de 2021, a Azulão desembolsou respectivamente R\$273,0 milhões, R\$576,9 milhões, R\$48,4 milhões e R\$101,6 milhões

Em 31 de março de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$986,6 milhões.

Financiamento – FDA

Em 15 de dezembro de 2021, Azulão formalizou a contratação junto ao Banco do Brasil da linha de crédito no valor de R\$286,1 milhões, com recursos do Fundo de desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguarica nos estados de Amazonas e Roraima. A linha de crédito tem prazo total de 170 meses, incluídos 12 meses de carência, vencendo em 1º de fevereiro de 2036. A amortização será no sistema SAC em 26 prestações semestrais consecutivas, sendo remunerado a IPCA + 2,335% ao ano.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (ii) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos do Projeto.

Em janeiro de 2022, fevereiro de 2022 e março de 2022, a Azulão desembolsou respectivamente R\$72,1 milhões, R\$6,9 milhões e R\$120,0 milhões.

Em 31 de março de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$201,3 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas com instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais e o período de três meses encerrado em 31

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de março de 2022, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) acima.

Em 31 de março de 2022, 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia não possuía posição detida por quaisquer dos seus acionistas no saldo consolidado do seu endividamento.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de financiamento de longo prazo celebrados pelas controladas da Companhia descritos acima são, em sua maioria, financiamentos na modalidade de *Project Finance*, e possuem garantia real, tais como: (i) alienação fiduciária de ações, (ii) cessão fiduciária e condicional de contratos de fornecimento de gás, (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, (iv) cessão fiduciária dos CCEARs e contratos de arrendamento, (v) alienação fiduciária de imóvel, (vi) cessão fiduciária de contas reserva e (vii) hipoteca. Os empreendimentos que possuem financiamento têm obrigações usualmente praticadas no mercado de não constituir, salvo autorização prévia e expressa dos respectivos financiadores, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas aos financiadores, com exceção de determinados ônus permitidos previstos nos respectivos contratos.

Ademais, os contratos de financiamento de uma empresa não apresentam qualquer subordinação com as dívidas contraídas em relação aos demais contratos de financiamento da Companhia e de suas controladas.

Em eventual concurso universal de credores, após a realização dos ativos da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, flutuante e quirografários.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas/sociedades controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de *covenants*, as quais se encontram descritas no item 10.1.f(i) acima.

Em 31 de março de 2022, 31 de dezembro de 2021, de 2020 e 2019 todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos de empréstimo e financiamentos se encontravam atendidos.

Além disso, certos contratos de empréstimos e financiamentos apresentam restrições e obrigações não financeiras adicionais, como, por exemplo, os abaixo destacados, as quais em 31 de março de 2022, 31 de dezembro de 2021, de 2020 e 2019 se encontravam atendidas:

- (i) obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (iii) obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) obrigação de realização de aportes de recursos pela Companhia em suas subsidiárias;
- (vii) constituição de contas reserva (para pagamento de serviço da dívida e/ou de *overhaul*) e manutenção de montantes mínimos em tais contas;
- (viii) restrições quanto ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, seja pelas subsidiárias da Companhia, seja pela própria Companhia a seus acionistas. Nesse sentido, ressalta-se que alguns contratos possuem vedação de distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, exceto para os casos de anuência prévia ou atingimento de *covenants* financeiros pré-estabelecidos;
- (ix) restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (x) restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (xi) limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos conduzidos por PGC bem como as emissões de debêntures da Companhia, da PGC e Parnaíba II, contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Periodicidade de apuração	Posição em 31/03/2022
Azulão	Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,30	anual	Atendido
Eneva	Dívida Líquida de no máximo 5,0 vezes o EBITDA	Trimestral	Atendido
PGC	Dívida Líquida de no máximo 6,0 vezes o EBITDA	Anual	Atendido
PGC	Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,20	Anual	Atendido
PGC	Comprometimento da Capacidade de Pagamento < 70%	Anual	Atendido
Parnaíba II	Dívida Líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA	Anual	Atendido

Adicionalmente, ressalta-se que em virtude dos contratos financeiros celebrados pela Companhia, as ações/quotas de determinadas controladas da Companhia (como por exemplo, Azulão e PGC, por exemplo) são objeto de penhor ou alienação fiduciária aos credores das dívidas por estas contraídas. Para mais informações, vide o item 10.1(f) acima e os itens 10.1 (h) e (i) abaixo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia e/ou suas controladas possuíam os seguintes financiamentos contratados e ainda não utilizados até 31 de março de 2022:

Em R\$ milhões

Empresa	Credor	Valor contratado	Valor utilizado	Saldo utilizado (%)
ENEVA S/A	FINEP	36,5	31,5	86,3%
AZULÃO GERAÇÃO DE DENERGIA S.A.	BANCO DO BRASIL	286,1	199,0	69,6%
PARNAÍBA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	842,6	754,0	89,5%
PARNAÍBA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	II DE BANCO DO BRASIL	274,2	0,0	0,0%
SPE FUTURA 3 GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA SOLAR S.A.	3 E BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	200,0	0,0	0,0%
SPE FUTURA 5 GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA SOLAR S.A.	5 E BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	150,0	0,0	0,0%
SPE FUTURA 6 GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA SOLAR S.A.	6 E BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	100,0	0,0	0,0%

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia a respeito das alterações significativas e relevantes em cada um dos itens das demonstrações financeiras.

O resumo das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 apresenta as informações extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), preparados sob a responsabilidade da administração da Companhia.

O resumo das informações financeiras para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2022 e 2021 apresenta as informações extraídas das informações contábeis consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos encerramentos dos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis adotadas por essas sociedades são uniformes.

Para informações adicionais sobre as operações societárias, vide o item 10.3(b) deste Formulário de Referência.

Comparação dos resultados consolidados da Companhia nos períodos de três meses findo em 31 de março de 2022 e 2021

<i>em R\$ milhões, exceto percentuais</i>	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2022	Análise Vertical 1T22	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2021	AV	AH
Receita de venda de bens e/ou serviços	759,0	100,0%	951,4	100,0%	-20,2%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(390,7)	-51,5%	(580,3)	-61,0%	-32,7%
Resultado bruto	368,3	48,5%	371,1	39,0%	-0,8%
Despesas/Receitas operacionais	(19,0)	-2,5%	(77,0)	-8,1%	-75,3%
Gerais e administrativas	(139,8)	-18,4%	(99,2)	-10,4%	40,9%
Outras receitas e despesas operacionais	120,2	15,8%	22,1	2,3%	443,7%
Resultado de equivalência patrimonial	0,6	0,1%	0,0	0,0%	1.185,1%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	349,3	46,0%	294,1	30,9%	18,8%
Resultado financeiro	(99,4)	-13,1%	(41,0)	-4,3%	142,4%
Receitas financeiras	46,1	6,1%	44,3	4,7%	4,1%
Despesas financeiras	(145,5)	-19,2%	(85,3)	-9,0%	70,6%
Resultado antes dos	249,9	32,9%	253,1	26,6%	-1,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**tributos sobre o lucro**

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro						
	Social	(64,5)	-8,5%	(50,1)	-5,3%	28,7%
Corrente		(9,5)	-1,3%	(7,9)	-0,8%	21,2%
Diferido		(55,0)	-7,2%	(42,3)	-4,4%	30,1%
Lucro líquido do exercício		185,4	24,4%	202,9	21,3%	-8,6%

Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita bruta compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita de venda de bens e/ou serviços é líquida dos impostos sobre vendas, P&D, penalidades por indisponibilidade e outras deduções.

A conciliação entre a receita bruta e a receita de venda de bens e/ou serviços para o período de três meses findo em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021, assim se apresenta:

	31/03/2022	31/03/2021
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR)	638,7	552,8
Venda de energia (ACR)	0,2	321,7
Venda de energia (ACL)	180,2	176,3
Valor justo contratos de energia	21,2	-
Venda de gás e condensado	11,5	1,5
	851,8	1052,4
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(79,2)	(91,9)
P&D	(6,2)	(8,7)
Penalidades por indisponibilidade	(6,1)	(0,4)
Outras deduções	(1,3)	-
	(92,8)	(101,0)
Total da receita de venda de bens e/ou serviços	759,0	951,4

A receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia passou de R\$951,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 para R\$759,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2022, representando uma redução de 20,2% e teve como principais fatores:

- a. Redução no montante de R\$321,5 milhões na venda de energia no ambiente de comercialização regulado (ACR), motivado pela redução do percentual médio de despacho, devido ao alto volume dos reservatórios hídricos principalmente para as usinas térmicas. Vale ressaltar que em 2021 o aumento foi atípico devido ao agravamento da crise hídrica no país.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- b. Parcialmente compensado pelo aumento da receita por disponibilidade (ACR) no montante de R\$85,9 milhões devido à atualização do preço anual previsto contratualmente referente à receita vinculada à remuneração do empreendimento de geração (receita fixa).

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$580,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 para R\$390,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2022, representando uma redução de 32,7%. Essa redução deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- a. Redução no montante de R\$124,6 milhões no consumo dos insumos de geração devido ao menor despacho de energia no ambiente contratual regulado (ACR), principalmente das térmicas geradas a carvão, Pecém II e Itaqui, em 100,0%, comparando-se ao mesmo período do exercício anterior.
- b. Redução da depreciação e amortização no montante de R\$22,6 milhões, devido ao menor volume de gás explorado e vendido pela Companhia para as térmicas a gás, decorrente da diminuição na curva do despacho, cuja depreciação é calculada de acordo com o método de unidades produzidas.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$99,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 para R\$139,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2022, representando um aumento de despesas de 40,9%. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- a. Incremento nos gastos de pessoal, no montante de R\$5,1 milhões que está, substancialmente, ligado ao aumento da quantidade de funcionários na Companhia
- b. Aumento dos gastos com exploração e poços secos na Companhia em R\$18,6 milhões quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.
- c. Incremento dos gastos com serviços de terceiros, no montante de R\$12,3 milhões, decorrente principalmente, de prestação de serviços de consultoria para due diligence, pareceres técnicos, e assessoria jurídica e financeira para os projetos de combinação de negócios.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais passaram de receitas de R\$22,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 para receitas de R\$120,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2022. Esse aumento de 443,7%, deve-se principalmente ao ganho na compra vantajosa no âmbito da combinação de negócios entre a Companhia e Focus, sendo a Eneva S.A. considerada a entidade adquirente nos termos do CPC 15, realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia no montante de R\$121,8 milhões, de forma que todas as empresas controladas pela Focus passaram a ficar sob o controle da Eneva.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro

Despesa Financeira

As despesas financeiras passaram de R\$85,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 para R\$145,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2022, representando um aumento de 70,6%, principalmente em decorrência do aumento dos juros incorridos sobre os encargos da dívida e juros de debêntures, em decorrência, principalmente, da entrada em operação do Projeto Azulão-Jaguatirica II e, consequentemente, menor capitalização dos encargos atrelados a esse projeto no período de três meses findo em 31 de março de 2022 e a captação da 7ª emissão de debêntures na Companhia no montante de R\$78,0 milhões em fevereiro de 2022.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Corrente

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social corrente passaram de R\$7,9 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 para R\$9,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2022, representando um aumento de 21,2%, em decorrência de maior efeito de adições permanentes no período de três meses findo em 31 de março de 2022.

Diferido

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos passaram de uma despesa de R\$42,3 milhões em 31 de março de 2021 para uma despesa de R\$55,0 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 30,1%, representado, principalmente, pela:

- a. a constituição de passivo diferido sobre o ajuste a valor justo dos contratos de compra de energia em aberto, no montante de R\$5,3 milhões
- b. ao registro da compra vantajosa no âmbito da combinação de negócios entre a Companhia e Focus, sendo a Eneva S.A. considerada a entidade adquirente nos termos do CPC 15, o que gerou despesa diferida de IRPJ e CSL em montante superior a receita diferida constituída sobre o prejuízo fiscal e a base negativa, no montante de R\$3,0 milhões
- c. ,a baixa de ativo diferido referente a reversão da provisão da Companhia água (Cagece), sem a constituição de uma nova provisão, no montante de R\$2,1 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação dos resultados consolidados da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

<i>em R\$ milhões, exceto percentuais</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Análise Vertical 4T21	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Análise Vertical 2020	Variação 2021x2020
Receita de venda de bens e/ou serviços	5.124,4	100,0%	3.243,3	100,0%	58,0%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(3.181,7)	-62,1%	(1.745,4)	-53,8%	82,3%
Resultado bruto	1.942,7	37,9%	1.497,9	46,2%	29,7%
Despesas/Receitas operacionais	(350,9)	-6,8%	(381,2)	-11,8%	7,9%
Gerais e administrativas	(544,8)	-10,6%	(448,5)	-13,8%	21,5%
Outras receitas e despesas operacionais	194,6	3,8%	76,1	2,3%	155,6%
Resultado de equivalência patrimonial	(0,7)	0,0%	(8,8)	-0,3%	-91,7%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.591,8	31,1%	1.116,8	34,4%	42,5%
Resultado financeiro	(186,5)	-3,6%	(299,7)	-9,2%	-37,8%
Receitas financeiras	151,9	3,0%	192,1	5,9%	-20,9%
Despesas financeiras	(338,4)	-6,6%	(491,7)	-15,2%	-31,2%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.405,3	27,4%	817,1	25,2%	72,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(232,0)	-4,5%	189,4	5,8%	-222,5%
Corrente	(105,9)	-2,1%	(33,9)	-1,0%	212,7%
Diferido	(126,1)	-2,5%	223,3	6,9%	-156,5%
Lucro líquido do exercício	1.173,3	22,9%	1.006,5	31,0%	16,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita de venda de bens e/ou serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita de venda de bens e/ou serviços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim se apresenta:

	2021	2020
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR)	2.240,6	2.120,2
Venda de energia (ACR)	2.450,4	667,9
Venda de energia (ACL)	917,9	763,0
Valor justo contratos de energia	30,9	-
Venda de gás e condensado	16,0	4,2
Arrendamento	-	-
	5.655,7	3.555,2
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(464,8)	(271,9)
P&D	(47,6)	(29,9)
Ressarcimento	(18,8)	(10,1)
	(531,3)	(311,9)
Total da receita líquida	5.124,4	3.243,3

A receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia passou de R\$3.243,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$5.124,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 58,0% e teve como principais fatores:

- a. Aumento de R\$120,4 milhões na receita por disponibilidade (ACR) em função do reajuste anual indexado ao IPCA.
- b. Aumento de R\$1.782,5 milhões na receita variável – venda de energia (ACR), no ambiente de comercialização regulado, motivado por aumento do nível médio de despacho (demanda de geração energia solicitada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico), no exercício de 31 de dezembro de 2021 se comparados com o exercício anterior.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$1.745,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$3.181,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 82,3%. Tal variação refere-se, basicamente:

- a. Ao aumento de R\$886,2 milhões no consumo dos insumos de geração devido ao aumento do nível médio de despacho de Pecém II, em 98,1%, e de Itaqui, em 64,0% comparando-se ao mesmo exercício de 2020, além do incremento observado no preço do carvão mineral e do câmbio no período.
- b. Ao aumento de R\$199,7 milhões nos montantes de energia adquirida para revenda para suprir a demanda, devido a crise hídrica no país.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c. Ao aumento de R\$128,3 milhões nos montantes de depreciação e amortização comparados com o exercício anterior.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$448,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$544,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de despesas de 21,5%. Esse aumento deve-se, principalmente, ao incremento nos gastos de pessoal, no montante de R\$100,4 milhões que está, substancialmente, ligado à atualização do valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidas pela Companhia aos seus administradores e que tiveram um impacto de R\$60,8 milhões no ano de 2021 quando comparado ao ano de 2020 e ao aumento da quantidade de funcionários na Eneva S.A. e na subsidiária Azulão, na ordem de 12,6% e 33,0%, respectivamente.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais passaram de um saldo de receitas de R\$76,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um saldo de receitas de R\$194,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento na ordem de 155,6%, deve-se principalmente:

- a. Reconhecimento de R\$38,2 milhões referente a créditos de PIS/Cofins decorrentes de revisão da sistemática de apropriação de créditos dos últimos 5 anos das empresas operacionais, a fim de mapear créditos eventualmente não aproveitados no âmbito do regime não-cumulativo, baseada nos critérios de essencialidade e relevância, referendada por decisão do STF, em maio de 2021, bem como o trânsito em julgado obtido pela Eneva S.A., para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins relativo ao período de janeiro de 2019 a abril de 2021;
- b. Reversão total do impairment da subsidiária Itaquí, devido a melhora operacional do ativo e as mudanças de estimativa para projeção dos resultados futuros do ativo no montante de R\$150,0 milhões.
- c. Reversão de contingências, principalmente trabalhistas na Eneva S.A e nas subsidiárias de geração a gás e a carvão, no montante de R\$2 milhões em 2021.

Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa financeira líquida de R\$299,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2020, para uma despesa financeira líquida de R\$186,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com redução de 37,8%, principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas Financeiras

As receitas financeiras passaram de R\$192,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$151,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 20,9%, principalmente em decorrência do recebimento, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, de R\$30,0 milhões de juros e correção monetária referente a decisão judicial favorável a Pecém II, relativa à receita fixa do período de julho a agosto de 2013.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$491,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$338,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 31,2%, principalmente em decorrência da redução dos juros incorridos, em decorrência, principalmente, da reestruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos, mais dívidas vinculadas à construção dos projetos de capital da Companhia, que substancialmente explica a variação de R\$132,7 milhões em encargos da dívida.

Imposto de renda e contribuição social

Corrente

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente passou de uma despesa de R\$33,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa de R\$105,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de despesa de 212,7%. Esse aumento de R\$72,0 milhões deve-se, principalmente, ao maior lucro fiscal apurado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao mesmo exercício de 2020.

Diferido

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de uma receita de R\$223,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa de R\$126,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, apresentando uma redução de 156,5%. Essa redução no resultado deveu-se principalmente à:

- a. Redução no montante de R\$259,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando comparado o exercício de 2020, decorrente da constituição do ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro na Eneva S/A e nas subsidiárias Itaquí e Eneva Comercializadora, efetuada em 2020.
- b. Redução no montante de R\$12,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, decorrente da constituição de passivo diferido sobre ganhos não realizados com derivativos na subsidiária Eneva Comercializadora.
- c. Redução no montante de R\$56,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decorrente da utilização do ativo diferido sobre a compensação do prejuízo fiscal e base negativa na Eneva S/A e nas subsidiárias Pecém II e Itaqui, devido ao maior lucro fiscal apurado, quando comparado ao exercício findo de 2020.

Comparação dos resultados consolidados da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

<i>em R\$ milhões, exceto percentuais</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Análise Vertical 2020	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Análise Vertical 2019	Variação 2020/2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	3.243,3	100,0%	3.137,4	100,0%	3,4%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.745,4)	-53,8%	(1.899,6)	-60,5%	-8,1%
Resultado bruto	1.497,9	46,2%	1.237,8	39,5%	21,0%
Despesas/Receitas operacionais	(381,2)	-11,8%	(271,1)	-8,6%	40,6%
Gerais e administrativas	(448,5)	-13,8%	(373,1)	-11,9%	20,2%
Outras receitas e despesas operacionais	76,1	2,3%	104,3	3,3%	-27,0%
Resultado de equivalência patrimonial	(8,8)	-0,3%	(2,3)	-0,1%	274,6%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.116,8	34,4%	966,6	30,8%	15,5%
Resultado financeiro	(299,7)	-9,2%	(410,2)	13,1%	-26,9%
Receitas financeiras	192,1	5,9%	178,6	5,7%	7,5%
Despesas financeiras	(491,7)	-15,2%	(588,8)	-18,8%	-16,5%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	817,1	25,2%	556,5	17,7%	46,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	189,4	5,8%	42,6	1,4%	344,4%
Corrente	(33,9)	-1,0%	(39,5)	-1,3%	-14,2%
Diferido	223,3	6,9%	82,1	2,6%	171,9%
Lucro líquido do exercício	1.006,	31,0%	599,1	19,1%	68,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

5				
---	--	--	--	--

Receita de venda de bens e/ou serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita de venda de bens e/ou serviços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim se apresenta:

	2020	2019
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR)	2.120,2	2.067,9
Venda de energia (ACR)	667,9	738,8
Venda de energia (ACL)	763,0	641,6
Venda de gás e condensado	4,2	4,4
	3.555,2	3.452,6
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(271,9)	(256,6)
P&D	(29,9)	(30,1)
Ressarcimento	(10,1)	(28,5)
	(311,9)	(315,2)
Total da receita líquida	3.243,3	3.137,4

A receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia passou de R\$3.137,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.243,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 3,4% e teve como principais fatores:

- a) Aumento de R\$52,3 milhões na receita por disponibilidade (ACR) em função do reajuste anual indexado ao IPCA.
- b) Aumento de R\$50,5 milhões na receita variável – venda de energia (ACR) motivado por:
- c) Aumento da garantia física da usina termelétrica de Parnaíba I para 129,9 MW médios e da usina termelétrica Parnaíba III para 30,4 MW médios, permitindo a comercialização do excedente de energia gerado no ambiente de contratação livre.
- d) Aumento de 44% do volume de energia negociado no Ambiente de Contratação Livre - ACL, que passou de 2.701 MW em 2019 para 3.901 MW em 2020.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$1.899,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.745,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma queda de 8,1%. Tal variação refere-se, basicamente, à redução de R\$152,5 milhões no consumo dos insumos de geração devido à queda no nível médio de despacho de Pecém II, em 52%, e de Itaquí,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 19%, comparando-se ao ano de 2019.

Despesas/Receitas operacionais

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$373,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$448,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de despesas de 20,2%. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- a) Incremento nos gastos de pessoal, no montante de R\$42,8 milhões que está, substancialmente, ligado à atualização ao valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidos pela Companhia aos seus administradores e que tiveram um impacto de R\$35,1 milhões no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019, e pelo aumento da quantidade de funcionários na Eneva de 11,8%.
- b) Aumento dos gastos com exploração e poços secos na Eneva em R\$36,5 milhões no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais passaram de um saldo de receitas de R\$104,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um saldo de receitas de R\$76,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de 27,0%, deve-se principalmente:

- a) Pela variação negativa de R\$74,3 milhões gerada pela reversão do *impairment* na subsidiária Itaqui na comparação dos exercícios de 2020 e 2019 nos montantes de, respectivamente, R\$52,8 milhões e R\$127,1 milhões;
- b) Pela não ocorrência, no ano de 2020, do ganho decorrente de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que acatou o pedido da Parnaíba Gás Natural S.A., incorporada pela Eneva, para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no montante de R\$33,7 milhões, auferido em março de 2019;
- c) Pela variação positiva de R\$55,4 milhões em contingências na comparação dos exercícios de 2020 e 2019, em função de reversões de provisões trabalhistas na Eneva e na subsidiária Itaqui, devido à mudança de prognóstico;
- d) Os efeitos destacados nos itens acima foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de ganho no montante de R\$18,1 milhões referente à alienação da participação societária na Seival Sul Mineração em abril de 2020.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R\$2,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R\$8,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2020, representando um aumento de 274,6%. Essa variação refere-se, basicamente, às perdas com a controlada em conjunto MABE, no montante de R\$7,5 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa financeira líquida de R\$410,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2019, para uma despesa financeira líquida de R\$299,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com redução de 26,9%, principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

Receitas Financeiras

As receitas financeiras passaram de R\$178,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$192, milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 7,6%, principalmente em decorrência de um aumento na variação cambial e monetária de R\$82,8 milhões parcialmente compensado por (ii) uma diminuição na renda de investimentos financeiros, no montante de R\$39,5 milhões, em 2020 em comparação com 2019.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$588,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$491,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 16,5%, principalmente em decorrência de:

- a) A não ocorrência de encargos financeiros das dívidas das subsidiárias Pecém II e Itaqui com o BNB e BNDES devido ao pré-pagamento realizado em 2020.
- b) Reestruturação das dívidas da companhia com as emissões da 3ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures e dos desembolsos dos projetos de Azulão com financiamento pelo BASA e Parnaíba V com financiado pelo BNB. As novas dívidas são dedicadas aos projetos de capital da companhia, portanto, tiveram seus encargos ativados.
- c) A redução do CDI médio de 5,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para 2,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que representa uma redução de 37% na linha de variação monetária.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Corrente

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente passou de uma despesa de R\$39,5 milhões no exercício de 2019 para uma despesa de R\$33,9 milhões no exercício de 2020, representando uma redução de despesa de 14,2%. Essa variação de R\$5,6 milhões deve-se, principalmente, ao menor lucro fiscal apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Diferido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de um ganho de R\$82,1 milhões no exercício findo em 2019 para ganho de R\$223,3 milhões no exercício findo em 2020, apresentando um aumento de 171,9%. Esse aumento deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- a) Aumento no montante de R\$120,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando comparado exercício de 2019, decorrente da constituição do ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro na Eneva e nas subsidiárias Itaqui e Eneva Comercializadora.
- b) Aumento no montante de R\$49,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da constituição de diferido sobre diferenças temporárias na Eneva e nas subsidiárias Pecém II, Itaqui, Eneva Comercializadora.
- c) Compensando parcialmente com a utilização do ativo diferido sobre a compensação do prejuízo fiscal e base negativa nas subsidiárias PGC, Itaqui e Eneva Comercializadora.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido passou de R\$599,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para um lucro líquido de R\$1.006,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 68,0%.

Comparação do Balanço Patrimonial em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

em R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de março de 2022	Análise Vertical 1T22	Em 31 de dezembro de 2021	Análise Vertical 2021	Variação 4T21/1T22
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	696,9	3,2%	992,3	5,4%	-29,8%
Títulos e valores mobiliários	433,2	2,0%	685,4	3,8%	-36,8%
Contas a receber	476,4	2,2%	718,8	3,9%	-33,7%
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	785,1	3,7%	9,3	0,1%	8.309,4%
Estoques	591,9	2,8%	520,0	2,9%	13,8%
Despesas antecipadas	52,0	0,2%	43,0	0,2%	21,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	52,9	0,2%	134,0	0,7%	-60,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros impostos a recuperar	25,4	0,1%	30,6	0,2%	-17,2%
Dividendos a receber	0,2	0,0%	0,0	0,0%	n.r.
Adiantamentos diversos	46,8	0,2%	48,2	0,3%	-3,0%
Outros créditos	91,5	0,4%	7,7	0,0%	1.087,2%
	3.252,3	15,1%	3.189,5	17,5%	2,0%

Não circulante**Realizável a longo prazo**

Valor justo dos contratos de comercialização de energia	444,7	2,1%	81,9	0,4%	443,0%
Operações comerciais com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,1	0,0%	-41,2%
Mútuos com partes relacionadas	0,9%	0,0%	0,0	0,0%	100%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10,0	0,0%	6,3	0,0%	59,9%
Outros impostos a recuperar	148,9	0,7%	144,0	0,8%	3,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	661,3	3,1%	767,6	4,2%	-13,9%
Outros créditos	5,3	0,0%	4,4	0,0%	19,8%
	1.271,1	5,9%	1.004,2	5,5%	26,6%

Investimentos	10,0	0,0%	9,5	0,1%	4,5%
Imobilizado	15.460,6	71,9%	12.727,2	69,8%	21,5%
Intangível	1.500,1	7,0%	1.314,1	7,2%	14,2%
	18.241,7	84,9%	15.055,1	82,5%	21,2%
	21.494,0	100,0%	18.244,6	100,0%	17,8%

em R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de março de 2022	Análise Vertical 1T22	Em 31 de dezembro de 2021	Análise Vertical 2021	Variação 4T21/1T22
---------------------------------------	------------------------------	-----------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-----------------------

Passivo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Circulante**

Fornecedores	647,1	3,0%	604,9	3,3%	7,0%
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	725,5	3,4%	7,7	0,0%	9.352,2%
Empréstimos e financiamentos	105,2	0,5%	77,8	0,4%	35,2%
Debêntures	375,7	1,7%	284,8	1,6%	31,9%
Arrendamento	44,5	0,2%	53,7	0,3%	-17,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	23,3	0,1%	98,7	0,5%	-76,4%
Outros impostos a recolher	37,1	0,2%	54,4	0,3%	-31,8%
Instrumentos financeiros derivativos	39,6	0,2%	3,2	0,0%	1.132,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	47,8	0,2%	39,7	0,2%	20,2%
Participações nos lucros	20,9	0,1%	88,8	0,5%	-76,5%
Contas a pagar – setor elétrico	18,5	0,1%	14,1	0,1%	30,9%
Pesquisa e desenvolvimento – setor elétrico	44,5	0,2%	50,0	0,3%	-11,0%
Provisão – custo de ressarcimento	56,2	0,3%	55,0	0,3%	2,2%
Outras obrigações	23,5	0,1%	3,7	0,0%	541,6%
	2.209,4	10,3%	1.436,5	7,9%	53,8%

Não circulante

Fornecedores	28,0	0,1%	29,8	0,2%	-6,1%
Adiantamento de clientes	80,0	0,4%	0,0	100,0%	100%
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	143,9	0,7%	46,1	0,3%	211,8%
Empréstimos e financiamentos	1.909,7	8,9%	1.709,3	9,4%	11,7%
Debêntures	7.231,5	33,6%	5.675,5	31,1%	27,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Arrendamento	110,5	0,5%	108,8	0,6%	1,5%
Operações comerciais com partes relacionadas	0,00	0,0%	0,2	0,0%	-100,0%
Provisão para contingências	90,2	0,4%	91,9	0,5%	-1,8%
Provisão de abandono	93,4	0,4%	83,1	0,5%	12,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	173,6	0,8%	61,4	0,3%	182,8%
Outras obrigações	35,1	0,2%	5,3	0,0%	566,7%
	9.896,0	46,0%	7.811,4	42,8%	26,7%
Total do passivo	12.105,4	56,3%	9.247,9	50,7%	30,9%
Patrimônio Líquido					
Capital social	9.004,2	41,9%	8.894,1	48,7%	1,2%
Ações em tesouraria	(78,6)	-0,4%	(84,6)	-0,5%	n.r.
Reserva de capital	125,2	0,6%	20,2	0,1%	520,7%
Reserva de Incentivos fiscais	610,6	2,8%	610,6	3,3%	0,0%
Outros resultados abrangentes	9,9	0,0%	18,4	0,1%	-47,4%
Prejuízos acumulados	(279,8)	-1,3%	(458,6)	-2,5%	-39,0%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	9.391,5	43,7%	9.000,1	49,3%	4,3%
Participações de acionistas não controladores	(2,9)	0,0%	(3,4)	0,0%	-16,7%
Total do patrimônio líquido	9.388,6	43,7%	8.996,6	49,3%	4,4%
	21.494,0	100,0%	18.244,6	100,0%	17,8%

Ativo**Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes ao caixa e equivalentes de caixa passaram R\$992,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$696,9 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 29,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos seguintes fatores:

- a. Pagamento de principal durante o período findo em 31 de março de 2022 no montante de R\$10,6 milhões, relativo aos empréstimos e financiamentos, tendo como principais credores BASA e FINEP;
- b. Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$51,5 milhões no período findo em 31 de março de 2022;
- c. Investimento em novos ativos no montante de R\$732,9 milhões no período findo em 31 de março de 2022;
- d. Desembolso de depósitos vinculados no montante de R\$76,0 milhões no período findo em 31 de março de 2022;
- e. Aquisição de debêntures da Focus no montante de R\$886,8 milhões no período em 31 de março de 2022;
- f. Combinação de negócios entre a Companhia e Focus, líquido do caixa obtido na aquisição, no montante de R\$340,1 milhões no período findo em 31 de março de 2022;
- g. Aquisição de títulos e valores mobiliários no montante de R\$76,6 milhões no período findo em 31 de março de 2021

Entradas:

- a. Geração líquida de caixa operacional no montante de R\$232,0 milhões no período findo em 31 de março de 2022;
- b. Captação de novos financiamentos e debêntures pela Companhia e suas subsidiárias, no montante total de R\$1.699,0 milhões no período findo em 31 de março 2022.

Títulos e valores mobiliários

Os valores referentes aos títulos e valores mobiliários passaram de R\$685,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$433,2 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 36,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela liquidação da debênture privada emitida pela Focus em dezembro de 2021 tendo a Companhia como sua credora, em razão da combinação de negócios entre Companhia e Focus no período findo em 31 de março de 2022.

Contas a receber

Os valores referentes a linha de contas a receber passaram de R\$718,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$476,4 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 33,7%, devido a retração da curva de despacho em 99,9% na comparação entre primeiro trimestre de 2022 com o quarto trimestre de 2021.

Valor justo dos contratos de energia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes a linha de valor justo dos contratos de energia passaram de R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$785,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 8.309,4%, devido, principalmente, a adição dos contratos de comercialização de energia da Focus adquirida no período findo em 31 de março de 2022.

Estoques

Os valores referentes ao estoque passaram de R\$520,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$591,9 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 13,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência de novas aquisições de carvão mineral para a subsidiária Pecém II no mês de janeiro de 2022 no montante R\$63,1 milhões.

Despesas antecipadas

Os valores referentes a despesas antecipadas passaram de R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$52,0 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 21,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função das adições no montante de R\$11,7 milhões em decorrência da combinação de negócios entre a Companhia e Focus, realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, no período findo em 31 de março de 2022.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recuperar passaram de R\$134,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$52,9 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 60,5%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela compensação do IRPJ/CSLL a pagar com as antecipações efetuadas no exercício de 2021 no montante de R\$72,2 milhões na controladora Eneva S.A.

Outros impostos a recuperar

Os valores referentes a outros impostos a recuperar passaram de R\$30,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$25,4 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 17,2%, devido, principalmente, à compensação no montante de R\$4,0 milhões de créditos de PIS e Cofins sobre os gastos com ativo imobilizado do segmento de E&P que ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização na controladora Eneva S.A.

Outros

Os valores referentes a outros ativos passaram de R\$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$91,5 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 1.087,2%. A variação, no montante de R\$83,8 milhões, ocorreu principalmente, pela combinação de negócios entre a Companhia e Focus, no período findo em 31 de março de 2022.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo não circulante

Valor justo dos contratos de energia

Os valores referentes a linha de valor justo dos contratos de energia, passaram de R\$81,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$444,7 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 443%, devido, principalmente, a adição dos contratos de comercialização de energia da Focus adquirida no período findo em 31 de março de 2022.

Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recolher passaram de R\$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$10 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 59,9%, devido, principalmente, ao Imposto de Renda retido da controladora Eneva S.A, referente ao contrato de mútuo firmado com a subsidiária Itaqui, no montante de R\$3,4 milhões.

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores referentes a impostos de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$767,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$661,3 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 13,9%.

A variação refere-se deve-se principalmente ao imposto de renda diferido constituído sobre o ganho na compra vantajosa da combinação de negócios entre Focus e Companhia no montante de R\$121,8 milhões.

Outros

Os valores, referentes a linha de outros créditos, passaram de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$6,2 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 40,9%, pela realização de adiantamentos para a importação de peças de reposição para a subsidiária Pecém II no montante de R\$0,6 milhão e pela adição de saldo na combinação de negócios entre Companhia e Focus no montante de R\$0,8 milhão.

Imobilizado

Os valores referentes ao imobilizado passaram de R\$12.727,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$15.460,6 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 21,5%, devido aos seguintes movimentos:

- a) Adições no montante de R\$2.235 milhões referentes a combinação de negócios entre a Companhia e Focus, realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, na qual se destaca o projeto das usinas solares que compõem o complexo Futura;
- b) Compensada pelo reconhecimento da depreciação dos demais ativos da companhia no montante de R\$103,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Intangível*

Os valores referentes ao intangível passaram de R\$1.314,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.500,1 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 14,2%, devido ao reconhecimento dos ativos intangíveis a valor justo no âmbito da combinação de negócios entre a Companhia e Focus, sendo a Eneva S.A. considerada a entidade adquirente nos termos do CPC 15, realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia no período findo em 31 de março de 2022.

Passivo**Passivo Circulante***Fornecedores*

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$604,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$647,1 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 7,0%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a. Combinação de negócios entre Companhia e Focus em março de 2022, resultando em uma adição de R\$332,4 milhões na base de fornecedores da Companhia e que foi atenuada por:
- b. Pagamento de fornecedores ligados ao fornecimento de carvão, pelas controladas Pecém II e Itaqui, que gerou uma redução no montante de \$150,0 milhões.
- c. Pagamento de fornecedores ligados à construção da usina de Jaguatirica II, pela controlada Azulão, que gerou uma redução no montante de R\$138,7 milhões.

Valor justo dos contratos de energia

Os valores a pagar referentes a linha de valor justo dos contratos de energia, que representam a marcação a mercado de contratos futuros de comercialização de energia, passaram de R\$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$725,5 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 9.352,2%, devido, basicamente, a combinação de negócios entre a Companhia e Focus, que agregou à operação da Companhia uma base robusta de comercialização de energia, adicionando nesta linha o valor de R\$679,2 milhões.

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes a empréstimos e financiamentos passaram de R\$77,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$105,2 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 35,2%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a. Reconhecimento de juros e variação monetária sobre os juros no montante de R\$32,1 milhões .

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- b. Transferência de dívida de longo prazo para curto prazo, devido ao prazo de vencimento, no montante de R\$17,1 milhões .
- c. Adição de R\$10,6 milhões pela combinação de negócios entre a Companhia e Focus.
- d. Parcialmente compensado pelo pagamento de principal e juros,, no montante de R\$32,4 milhões.

Debêntures

Os valores referentes às debêntures passaram de R\$284,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$375,7 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 31,9%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a. Reconhecimento de juros e variação monetária sobre os juros no montante de R\$116,6 milhões.
- b. Pagamento de juros no montante de R\$23,2 milhões.

Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de R\$53,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$44,5 milhões em 31 de março 2022, representando uma queda de 17,1%. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a. Pagamentos no montante de R\$22,3 milhões.
- b. Parcialmente compensado pelo reconhecimento de Juros no montante de R\$4,5 milhões;

Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recolher passaram de R\$98,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$23,3 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 76,4%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela provisão de imposto de renda e contribuição social na controladora Eneva S/A no montante de R\$72,2 milhões quando apurou lucro fiscal em 2021, o que não ocorreu no 1T22 quando apurou prejuízo fiscal.

Outros impostos a recolher

Os valores referentes a outros impostos a recolher passaram de R\$54,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$37,1 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 31,8%, em decorrência, principalmente da redução dos Royalties a pagar, no montante de R\$11,9 milhões e de redução do ICMS-ST a pagar no montante de R\$1,9 milhões, ambas movimentações foram ocasionadas pelo menor despacho de energia para térmicas no primeiro trimestre de 2022.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Instrumentos Financeiros Derivativos*

Os valores referentes aos instrumentos financeiros passaram de R\$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$39,6 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 1.132,6% devido aos seguintes fatores:

- a. Aumento da exposição do hedge referente ao projeto Parnaíba VI na Parnaíba II, que gerou um acréscimo de R\$11,3 milhões.
- b. Combinação de negócios entre a Companhia e Focus, que possui hedges contratados para proteção das importações ligadas ao projeto Futura e que gerou um acréscimo de R\$25,1 milhões.

Participação nos Lucros

Os valores referentes as participações nos lucros passaram de R\$88,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$20,9 milhões em 31 de março de 2022, representando uma queda de 76,5%. A variação decorre dos seguintes fatores:

- a. Estorno da provisão de PLR constituída em 2021 no montante de R\$88,8 milhões, devido ao pagamento ocorrido em fevereiro de 2022;
- b. Constituição da provisão para participação nos lucros referente ao exercício de 2022 no montante de R\$20,9 milhões;

Contas a pagar – Setor elétrico

Os valores referentes ao contas a pagar do setor elétrico, passaram de R\$14,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$18,5 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 30,9% devido ao início da cobrança do encargo do uso do sistema de transmissão da subsidiária Parnaíba V

Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores referentes as obrigações sociais e trabalhistas passaram de R\$39,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$47,8 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 20,2%, ocasionado pelos seguintes fatores:

- a. Aumento da provisão de férias no montante de R\$1,5 milhões;
- b. Redução no montante de R\$5,2 milhões das provisões e encargos de 13 salário decorrente do pagamento em dezembro de 2021;

Pesquisa e desenvolvimento – Setor elétrico

Os valores referentes a pesquisa & desenvolvimento do setor elétrico passaram de R\$50,0 milhões em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2021 para R\$44,5 milhões em 31 de março de 2022, representando uma redução de 11,0%, decorrente principalmente de redução da receita no primeiro trimestre de 2022 em 20,2%, devido ao não despacho no período, consequentemente gerando menos encargo a pagar;

Outras Obrigações

Os valores referentes a outras obrigações passaram de R\$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$23,5 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 541,6%. A variação decorre basicamente dos adiantamentos de clientes no montante de R\$18,9 milhões das subsidiárias de comercialização e energia solar da Focus.

Passivo não circulante

Adiantamento de clientes

Os valores referentes aos adiantamentos de clientes passaram de zero em 31 de dezembro de 2021 para R\$80,0 milhões em 31 de março de 2022, devido ao adiantamento de clientes da subsidiária Focus Energia Ltda.

Valor justo dos contratos de energia

Os valores referentes a linha de valor justo dos contratos de energia passaram de R\$46,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$143,9 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 211,8%, devido, principalmente, a aquisição da Focus Energia Ltda, que agregou à operação da Companhia uma base robusta de comercialização de energia, no montante de R\$97,2 milhões.

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$1.709,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.909,7 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 11,7%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a. Captação junto ao Banco da Amazônia S.A., no montante de R\$199,0 milhões, e a liberação do depósito vinculado, no montante de R\$12,2 milhões;

Debêntures

Os valores referentes as debêntures passaram de R\$5.675,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$7.231,5 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 27,4%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a. Captação realizada pela Companhia no montante de R\$1.500,0 milhões;
- b. Liberação de depósito vinculado no montante de R\$51,7 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Outras obrigações*

Os valores referentes a outras obrigações passaram de R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$35,1 milhões em 31 de março de 2022, devido, principalmente, a compra do projeto futura e terrenos do projeto no montante de R\$29,8 milhões.

Provisão de abandono

Os valores referentes a provisão de abandono, passaram de R\$83,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$93,4 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 12,5%, o aumento foi ocasionado, principalmente, pela revisão das estimativas de custo e prazos de abandono dos poços no montante de R\$10,4 milhões.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$61,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$173,6 milhões em 31 de março de 2022, representando um aumento de 182,8%. Cabe destacar que essa conta é apresentada pelo líquido entre ativo e passivo diferido por empresa e a variação se deve, principalmente, pela consolidação do grupo Focus, o que não ocorria em 2021. Desta forma a variação se dá, substancialmente, pelo passivo diferido constituído sobre as diferenças temporárias do valor justo na subsidiária Focus no montante de R\$101,8 milhões.

Comparação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

em R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de 2021	Análise Vertical 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Análise Vertical 2020	Variação 2021/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	992,3	5,4%	1.384,9	8,6%	-28,4%
Títulos e valores mobiliários	685,4	3,8%	511,3	3,2%	34,1%
Contas a receber	718,8	3,9%	701,0	4,3%	2,5%
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	9,3	0,1%	-	0,0%	0,0%
Estoques	520,0	2,9%	179,0	1,1%	190,5%
Despesas antecipadas	43,0	0,2%	29,4	0,2%	46,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	134,0	0,7%	73,0	0,5%	83,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros impostos a recuperar	30,6	0,2%	19,8	0,1%	54,3%
Adiantamentos a fornecedores	48,2	0,3%	23,1	0,1%	109,1%
Outros	7,7	0,0%	8,8	0,1%	-12,7%
	3.189,5	17,4%	2.930,4	18,1%	8,8%

Não circulante**Realizável a longo prazo**

Valor justo dos contratos de comercialização de energia	81,9	0,4%	-	0,0%	0,0%
Operações comerciais com partes relacionadas	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	6,3	0,0%	6,2	0,0%	0,3%
Outros impostos a recuperar	144,0	0,8%	110,2	0,7%	30,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	767,6	4,2%	865,1	5,3%	-11,3%
Outros	4,4	0,0%	11,3	0,1%	-60,7%
	1.004,2	5,5%	992,8	6,1%	1,1%

Investimentos**Imobilizado****Intangível**

	9,5	0,1%	9,6	0,1%	-1,0%
	12.727,2	69,8%	10.946,7	67,6%	16,3%
	1.314,1	7,2%	1.338,5	8,3%	-1,8%
	15.055,1	82,5%	13.287,7	81,9%	13,3%
	18.244,6	100,0%	16.218,1	100,0%	12,5%

em R\$ milhões, excet percentuais	Em 31 de dezembro de 2021	Análise Vertical 4T21	Em 31 de dezembro de 2020	Análise Vertical 2020	Variação 4T21/2020
--	----------------------------------	------------------------------	----------------------------------	------------------------------	---------------------------

Passivo Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores	604,9	3,3%	492,5	3,0%	22,8%
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	7,7	0,0%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	77,8	0,4%	19,2	0,1%	305,3%
Debêntures	284,8	1,6%	118,5	0,7%	140,3%
Arrendamento	53,7	0,3%	34,7	0,2%	54,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	98,7	0,5%	37,0	0,2%	166,6%
Outros impostos a recolher	54,4	0,3%	67,1	0,4%	-18,8%
Instrumentos financeiros derivativos	3,2	0,0%	2,4	0,0%	34,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	39,7	0,2%	49,1	0,3%	-19,0%
Participações nos lucros	88,8	0,5%	78,9	0,5%	12,5%
Contas a pagar – setor elétrico	14,1	0,1%	12,5	0,1%	13,3%
Pesquisa e desenvolvimento – setor elétrico	50,0	0,3%	82,6	0,5%	-39,5%
Provisão – custo de ressarcimento	55,0	0,3%	64,4	0,4%	-14,7%
Outras obrigações	3,7	0,0%	7,0	0,0%	-48,0%
	1.436,5	7,9%	1.065,9	6,6%	34,8%

Não circulante

Fornecedores	29,8	0,2%	44,4	0,3%	-32,8%
Valor justo dos contratos de energia	46,1	0,3%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	1.709,3	9,4%	1.311,1	8,1%	30,4%
Debêntures	5.675,5	31,1%	5.593,9	34,6%	1,5%
Arrendamento	108,8	0,6%	66,2	0,4%	64,3%
Operações comerciais com partes relacionadas	0,2	0,0%	0,2	0,0%	0,6%
Provisão para contingências	91,9	0,5%	92,6	0,6%	-0,8%
Provisão de abandono	83,1	0,5%	75,1	0,5%	10,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	61,4	0,3%	32,7	0,2%	87,8%
Outras obrigações	5,3	0,0%	5,3	0,0%	-0,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	7.811,4	42,8%	7.221,4	44,5%	8,2%
Total do passivo	9.247,9	50,7%	8.287,4	51,1%	11,6%
Patrimônio Líquido					
Capital social	8.894,1	48,7%	8.848,4	54,7%	0,5%
Ações em tesouraria	(84,6)	-0,5%	-	0,0%	0,0%
Reserva de capital	20,2	0,1%	25,4	0,2%	-20,5%
Reserva de Incentivos fiscais	610,6	3,3%	253,1	1,6%	141,3%
Outros resultados abrangentes	18,4	0,1%	10,8	0,1%	70,8%
Prejuízos acumulados	(458,6)	-2,5%	(1.203,5)	-7,4%	-61,9%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	9.000,1	49,3%	7.934,2	49,0%	13,4%
Participações de acionistas não controladores	(3,4)	0,0%	(3,4)	0,0%	0,1%
Total do patrimônio líquido	8.996,6	49,3%	7.930,7	49,0%	13,4%
	18.244,6	100,0%	16.218,1	100,0%	12,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Ativo****Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa*

Os valores referentes ao caixa e equivalentes de caixa passaram de R\$1.384,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$992,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 28,4%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos seguintes fatores:

- a. Pagamento de principal durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$116,1 milhões, relativo aos empréstimos e financiamentos com os credores BNB, BNDES e FINEP;
- b. Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$403,6 milhões no exercício encerrado e 31 de dezembro de 2021;
- c. Investimento em novos ativos no montante de R\$1.135,8 milhões em 31 de dezembro de 2021;
- d. Desembolso de depósitos vinculados no montante de R\$121,5 milhões em 31 de dezembro de 2021.
- e. Recompra de ações próprias da subsidiária Parnaíba II no montante de R\$154,3 milhões em 31 de dezembro de 2021.
- f. Pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$95,0 milhões.

Entradas:

- g. Geração líquida de caixa operacional no montante de R\$1.232,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- h. Captação de novos financiamentos e debêntures pela Eneva S.A. e subsidiárias, no montante de R\$480,9 milhões no exercício de 2021;

Títulos e valores mobiliários

Os valores referentes aos títulos e valores mobiliários passaram de R\$511,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$685,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 34,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento do fluxo de recursos disponíveis pela Companhia, em decorrência da realização de um volume maior de receitas, e pela captação de recursos oriundos de financiamentos e emissão de debêntures captados pelas subsidiárias PGC e Azulão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valor justo dos contratos de energia

Os valores referentes a linha de valor justo dos contratos de energia passaram de zero em 31 de dezembro de 2020 para R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 100%, devido a adoção a abertura das operações entre posição ativa e passiva.

Estoques

Os valores referentes ao estoque passaram de R\$179,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$520,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 190,5%. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência da revisão da curva de despacho, e ao aumento do custo unitário do carvão devido a cotação do commodity no mercado internacional, na qual o consumo do estoque foi intensificado e foi preciso realizar compras ao longo de 2021, principalmente nos meses de novembro e dezembro, no montante de R\$306,9 milhões. Outro fator relevante foi o aumento de R\$12,7 milhões no estoque de peças eletrônicas e mecânicas necessárias para garantir o suprimento das operações e manutenções nas usinas e UTG, que em consequência da pandemia do Covid-19, foi postergada em Itaqui contribuindo para o aumento observado e R\$18,3 milhões no estoque de materiais, suprimentos e outros, referente a materiais consumíveis necessários ao funcionamento das UTEs e UTG, tais como óleo diesel, condensado, cal e gás hidrogênio.

Despesas antecipadas

Os valores referentes a despesas antecipadas passaram de R\$29,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 46,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da renovação da apólice de seguro operacional, no montante de R\$54,3 milhões, realizada em agosto de 2021, com vigência de 18 meses e amortizações das apólices anteriores de R\$42,2 milhões.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recuperar passaram de R\$73,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$134,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 83,5%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela antecipação do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$73,0 milhões na controladora Eneva S.A no ano de 2021 em comparação ao montante de R\$5,0 milhões em 2020.

Outros impostos a recuperar

Os valores referentes a outros impostos a recuperar passaram de R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$30,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 54,3%, devido, principalmente, ao acréscimo de PIS e COFINS, oriundos de créditos na aquisição de insumo, no montante de R\$83 milhões, que serão compensados com os débitos futuros.

Adiantamentos a fornecedores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes a adiantamentos a fornecedores passaram de R\$23,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$48,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 109,1%. A variação ocorreu principalmente devido ao crédito de pesquisa e desenvolvimento a conta de desenvolvimento energético da PGC no montante de R\$17,8 milhões.

Outros

Os valores referentes a outros ativos passaram de R\$8,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 12,7%. A variação, no montante de R\$1,6 milhões, ocorreu principalmente, pela redução de valores a receber da subsidiária Itaqui, atrelados a venda de sucatas e cinzas.

Ativo não circulante

Outros impostos a recuperar

Os valores referentes a outros impostos a recuperar passaram de R\$110,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$144,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 30,6%, devido, principalmente, ao aumento de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$32,7 milhões, referente à créditos apurados nas seguintes operações:

- a. Gastos na controladora Eneva referentes a ativo imobilizado do segmento de E&P, cuja compensação ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização, no montante de R\$22,3 milhões.
- b. Aquisições de ativo imobilizado nas subsidiárias Pecém II, Itaqui, Parnaíba II e PGC, cuja compensação ocorre proporcionalmente ao encargos de depreciação, no montante total de R\$10,4 milhões.

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores referentes a impostos de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$865,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$767,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 11,3%. Cabe destacar que essa conta é apresentada pelo líquido entre ativo e passivo diferido por empresa. A variação refere-se principalmente à realização do ativo diferido sobre a compensação do prejuízo fiscal e base negativa na controladora Eneva S.A. e nas subsidiárias Pecém II, Itaqui, Comercializadora e Parnaíba II no montante de R\$75,1 milhões.

Valor justo dos contratos de energia

Os valores referentes a valor justo dos contratos de energia passaram de zero em 31 de dezembro de 2020 para R\$81,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 100%, devido a mudança na apresentação do valor justo dos contratos de energia da subsidiária Eneva Comercializadora S.A, realizando abertura entre posição ativa e passiva, e não mais pela posição líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Outros*

Os valores referentes a linha de outros créditos, passaram de R\$11,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 60,7%, principalmente pela realização de adiantamentos para a importação de peças de reposição para as usinas a carvão no montante de R\$5,6 milhões.

Imobilizado

Os valores referentes ao imobilizado passaram de R\$10.946,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$12.727,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 16,3%, devido aos seguintes movimentos:

- a. Adições no montante de R\$1.292,5 milhões, referentes principalmente ao início da segunda fase das obras do Projeto Azulão-Jaguarica II e avanço das obras de Parnaíba V.
- b. Parcialmente compensado pela movimentação da depreciação do exercício no montante de R\$529,9 milhões;

Passivo**Passivo Circulante***Fornecedores*

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$492,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$604,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 22,8%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a. Aumento do volume de compra de energia para revenda, pela subsidiária Eneva Comercializadora, no montante de R\$32,0 milhões;
- b. Aumento dos gastos com estudos geológicos na Controladora Eneva, no montante de R\$42,8 milhões;
- c. Aumento dos gastos com paradas programadas das usinas, que tem por objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil, no montante de R\$35,5 milhões;

Valor justo dos contratos de energia

Os valores referentes a linha de valor justo dos contratos de energia passaram de zero em 31 de dezembro de 2020 para R\$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 100%, devido a mudança na apresentação do valor justo dos contratos de energia da subsidiária Eneva Comercializadora S.A, realizando abertura entre posição ativa e passiva, e não mais pela posição líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes a empréstimos e financiamentos passaram de R\$19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$77,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 305,3%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a. Reconhecimento de juros de R\$111,6 milhões;
- b. Transferência Longo Prazo para Curto Prazo no montante de R\$72,5 milhões na Eneva S.A e a subsidiária Azulão;
- c. Compensando parcialmente os efeitos acima, pagamento de principal e juros no montante de R\$130,9 milhões;

Debêntures

Os valores referentes às debêntures passaram de R\$118,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$284,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 140,3%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a. Reclassificação das debêntures entre Longo Prazo e Curto Prazo na Eneva S.A e no montante de R\$190,2 milhões;
- b. Parcialmente compensado pelos pagamentos de principal e juros no montante de R\$388,8 milhões;

Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de R\$34,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$53,7 milhões em 31 de dezembro 2021, representando um aumento de 54,7%. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a. Adição de novos contratos no montante de R\$35 milhões;
- b. Reclassificação de arrendamentos entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$33,1 milhões;
- c. Reconhecimento de Juros no montante de R\$16,5 milhões;
- d. Parcialmente compensado pelos pagamentos contratuais no montante de R\$62,9 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recolher passaram de R\$37,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$98,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 166,6%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essa variação ocorreu, principalmente:

- a. Pelo aumento dos valores de IRPJ e CSLL a recolher no valor de R\$68,6 milhões na controladora Eneva S.A, devido ao maior lucro fiscal apurado; e
- b. Pela redução dos valores de IRPJ e CSLL nas subsidiárias Eneva Comercializadora no montante de R\$7,1 milhões, devido ao menor lucro fiscal apurado.

Outros impostos a recolher

Os valores referentes a outros impostos a recolher passaram de R\$67,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$54,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 18,8%, em decorrência, principalmente de:

- a. Redução do PIS e da Cofins a pagar no montante de R\$6,1 milhões nas subsidiárias Pecém II e Itaqui, devido, principalmente, ao crédito de PIS e Cofins sobre o insumo carvão, que teve seu custo aumentado devido às variações de preço no mercado internacional em 2021, quando comparado ao exercício de 2020; e
- b. Redução do PIS e da Cofins a pagar no montante de R\$3,4 milhões nas subsidiárias Parnaíba II e PGC, devido a diminuição do despacho das térmicas no mês de dezembro de 2021, quando comparado ao exercício de 2020.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os valores referentes aos instrumentos financeiros passaram de R\$2,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 34,3% devido ao rebalanceamento da exposição do hedge da PGC e ao registro dos contratos do projeto Parnaíba VI na Parnaíba II.

Participação nos Lucros

Os valores referentes as participações nos lucros passaram de R\$78,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$88,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 12,5%. A variação decorre dos seguintes fatores:

- a. Estorno da provisão de PLR constituída em 2020 no montante de R\$79,0 milhões, devido ao pagamento ocorrido em fevereiro de 2021; e
- b. Constituição da provisão para participação nos lucros referente ao exercício de 2021 no montante de R\$88,8 milhões.

Contas a pagar – Setor elétrico

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes ao contas a pagar do setor elétrico, passaram de R\$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$14,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 13,3% devido ao aumento da geração ocasionado pela crise hídrica no país demandando maior geração das térmicas e consequentemente mais encargo pelo uso da rede principalmente nas subsidiárias Pecém II, PGC e Parnaíba II.

Provisão custo de ressarcimento

Os valores referentes a provisão de custo de ressarcimento, passaram de R\$64,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 14,7%, decorrente do melhor atendimento ao despacho centralizado do Operador Nacional do Sistema (ONS), fruto dos investimentos em manutenção das plantas. A redução ocorreu nas subsidiárias Pecém, Itaqui e Parnaíba II e PGC.

Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores referentes as obrigações sociais e trabalhistas passaram de R\$49,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$39,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 19,0%, ocasionado pelos seguintes fatores:

- a. Estorno da provisão de IRRF e INSS referente a opção de compra de ações no montante de R\$16,4 milhões, devido ao pagamento ocorrido em 2021;
- b. Pagamento de ILP/Stock Option e pró-labore R\$1,4 milhões;
- c. Parcialmente compensado pelo incremento das provisões e encargos de férias em R\$3,6 milhões, devido ao aumento dos recursos humanos principalmente na Eneva S.A e subsidiária Azulão;
- d. Reconhecimento de IRRF sobre a compra de ações a pagar na Eneva S.A de R\$2,1 milhões;

Pesquisa e desenvolvimento – Setor elétrico

Os valores referentes a pesquisa & desenvolvimento do setor elétrico passaram de R\$82,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$50,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 39,5% principalmente devido ao novo despacho que passou a ter recolhimento de CDE (conta de desenvolvimento energético retroativo e atualizado com a Selic), ocasionando um pagamento de R\$56,0 milhões.

Outras Obrigações

Os valores referentes a outras obrigações passaram de R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 48,0%. A variação decorre basicamente do pagamento do Regime Especial de Apuração e Recolhimento de ICMS nas operações com gás natural extraído na bacia sedimentar do rio Amazonas com destino final a áreas de livre comércio entre Eneva x Azulão no montante de R\$4,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo não circulante

Fornecedores

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$29,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 32,8%, principalmente pela transferência para o curto prazo dos compromissos em relação as obras de construção da usina de Jaguatirica II, no montante de R\$22,6 milhões.

Valor justo dos contratos de energia

Os valores referentes a linha de valor justo dos contratos de energia passaram de zero em 31 de dezembro de 2020 para R\$46,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 100%, devido a adoção da nova metodologia de registro do valor justo dos contratos de energia da subsidiária Eneva Comercializadora S.A.

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$1.311,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.709,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 30,4%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores

- a. Captação junto ao BNDES e BNB, no montante de R\$330,8 milhões, e a liberação do depósito vinculado, no montante de R\$16,2 milhões;
- b. Captação junto ao Banco Amazônia S.A., no montante de R\$150,1 milhões, e a liberação do depósito vinculado, no montante de R\$78,0 milhões.

Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de R\$66,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$108,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 64,3%. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a. Remensuração dos contratos de arrendamento no montante de R\$11,3 milhões, conforme atualização prevista nos contratos vigentes;
- b. Adição de novos contratos no montante de R\$66,0 milhões;

Reclassificação de passivos de arrendamento entre não circulante e circulante no montante de R\$33,1 milhões.

Provisão de abandono

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes a provisão de abandono passaram de R\$75,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$83,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 10,6%, o aumento foi ocasionado principalmente pela alteração do método aplicado na taxa de desconto de cálculo impactando as atualizações pelo IPCA previsto no mês e recálculo do IPCA do mês anterior com o realizado, além disso tivemos atualização nos custos de abandono dos campos de exploração em função da inflação e a inclusão do campo Gavião Belo ocorrida em Ago/21.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$32,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$61,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 87,8%. Cabe destacar que essa conta é apresentada pelo líquido entre ativo e passivo diferido por empresa, representado, principalmente pela:

- a. Redução do ativo diferido sobre a compensação do prejuízo fiscal e base negativa na subsidiária PGC, no montante de R\$20,2 milhões;
- b. Constituição do passivo diferido sobre depreciação acelerada na subsidiária PGC, no montante de R\$5,8 milhões.

Comparação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

em R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de 2020	AV 2020	Em 31 de dezembro de 2019	AV 2019	Variação 2020/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.384,9	8,5%	1.517,6	10,9%	-8,7%
Títulos e valores mobiliários	511,3	3,2%	270,7	2,0%	88,9%
Contas a receber	701,0	4,3%	695,2	5,0%	0,8%
Estoques	179,0	1,1%	102,2	0,7%	75,1%
Despesas antecipadas	29,4	0,2%	9,1	0,1%	222,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	73,0	0,5%	92,5	0,7%	-21,1%
Outros impostos a recuperar	19,8	0,1%	25,4	0,2%	-21,8%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	6,7	0,0%	-100,0%
Dividendos e JCP a receber	-	0,0%	0,4	0,0%	-100,0%
Depósitos judiciais	2,4	0,0%	2,5	0,0%	-2,5%
Adiantamentos a fornecedores	23,1	0,1%	99,2	0,7%	-76,7%
Outros	6,4	0,0%	1,7	0,0%	286,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		18,1		20,4	
	2.930,4	%	2.823,1	%	3,8%
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	0,0%	2,7	0,0%	-100,0%
		18,1		20,4	
	2.930,4	%	2.825,9	%	3,7%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	3,8	0,0%	3,4	0,0%	12,4%
Operações comerciais com partes relacionadas	0,1	0,0%	4,8	0,0%	-98,9%
Mútuos com partes relacionadas	-	0,0%	11,9	0,1%	-100,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	6,2	0,0%	61,4	0,4%	-89,9%
Outros impostos a recuperar	110,2	0,7%	102,1	0,7%	8,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	865,1	5,3%	660,1	4,8%	31,1%
Outros	7,5	0,0%	0,9	0,0%	778,5%
	992,8	6,1%	844,5	6,1%	17,6%
Investimentos	9,6	0,1%	5,3	0,0%	80,7%
Imobilizado	10.946,7	67,5%	8.805,6	63,5%	24,3%
Intangível	1.338,5	8,3%	1.381,8	10,0%	-3,1%
		81,9		79,6	
	13.287,7	%	11.037,3	%	20,4%
		100,0		100,0	
	16.218,1	%	13.863,1	%	17,0%

em R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de 2020	Análise Vertical 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Análise Vertical 2019	Variação 2020/2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	492,5	3,0%	598,2	4,3%	-17,7%
Empréstimos e financiamentos	19,2	0,1%	178,2	1,3%	-89,2%
Debêntures	118,5	0,7%	105,3	0,8%	12,5%
Arrendamento	34,7	0,2%	31,5	0,2%	10,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	37,0	0,2%	94,1	0,7%	-60,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros impostos a recolher	67,1	0,4%	59,0	0,4%	13,8%
Instrumentos financeiros					
derivativos	2,4	0,0%	7,1	0,1%	-66,4%
Obrigações sociais e					
trabalhistas	49,1	0,3%	27,9	0,2%	76,2%
Participações nos lucros	78,9	0,5%	73,4	0,5%	7,5%
Contas a pagar – setor elétrico	12,5	0,1%	11,9	0,1%	4,5%
Provisão -custo de					
ressarcimento	64,4	0,4%	73,9	0,5%	-12,8%
Pesquisa e desenvolvimento –					
setor elétrico	82,6	0,5%	79,7	0,6%	3,6%
Outras obrigações	7,0	0,0%	5,4	0,0%	31,3%
	1.065,9	6,6%	1.345,5	9,7%	-20,8%
Passivos relacionados a ativos					
não circulantes mantidos para					
venda	-	0,0%	7,4	0,1%	-100,0%
	1.065,9	6,6%	1.352,9	9,8%	-21,2%
Não circulante					
Fornecedores	44,4	0,3%	31,7	0,2%	40,0%
Empréstimos e financiamentos	1.311,1	8,1%	1.221,2	8,8%	7,4%
Debêntures	5.593,9	34,5%	4.051,8	29,2%	38,1%
Arrendamento	66,2	0,4%	70,2	0,5%	-5,7%
Operações comerciais com partes					
relacionadas	0,2	0,0%	0,4	0,0%	-55,2%
Retenção contratual	4,3	0,0%	4,3	0,0%	0,0%
Provisão para passivo a					
descoberto	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Provisão para contingências	92,6	0,6%	92,8	0,7%	-0,3%
Provisão de abandono	75,1	0,5%	81,0	0,6%	-7,3%
Imposto de Renda e Contribuição					
Social diferidos	32,7	0,2%	51,0	0,4%	-35,9%
Outras obrigações	0,9	0,0%	5,6	0,0%	-83,2%
	7.221,4	44,5%	5.610,1	40,5%	28,7%
Total do passivo	8.287,4	51,1%	6.963,1	50,2%	19,0%
Patrimônio Líquido					
Capital social	8.848,4	54,6%	8.834,9	63,7%	0,2%
Reserva de capital	25,4	0,2%	15,6	0,1%	62,5%
Reserva de Incentivos fiscais	253,1	1,6%	110,7	0,8%	128,6%
Outros resultados abrangentes	10,8	0,1%	9,5	0,1%	12,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Prejuízos acumulados	(1.203,5)	-7,4%	(2.068,4)	-14,9%	-41,8%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	7.934,2	48,9%	6.902,4	49,8%	14,9%
Participações de acionistas não controladores	(3,4)	0,0%	(2,4)	0,0%	45,5%
Total do patrimônio líquido	7.930,7	48,9%	6.900,1	49,8%	14,9%
	16.218,1	100,0%	13.863,1	100,0%	17,0%

Ativo**Ativo Circulante**

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores referentes ao caixa e equivalentes de caixa passaram de R\$1.517,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.384,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 8,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos seguintes fatores:

captação de novos financiamentos e debêntures pela Eneva e subsidiárias, no montante de R\$3.371,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, compensando parcialmente a utilização de caixa por:

- pagamento de principal durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.024,3 milhões, relativo aos empréstimos e financiamentos com os credores BNB, BNDES e FINEP e liquidação antecipada da debênture de 4ª emissão;
- pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$354,3 milhões em 31 de dezembro de 2020;
 - investimento na aquisição de imobilizado e intangível no montante de R\$2.088,0 milhões em 31 de dezembro de 2020;
 - custo de captação da emissão de debêntures pela Eneva e pela captação de financiamento juntos aos credores BNB e BASA no montante de R\$92,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, tendo sido os custos efetivamente desembolsados pela Companhia.
 - aplicação em títulos e valores mobiliários no montante de R\$195,0 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Títulos e Valores mobiliários

Os valores referentes aos títulos e valores mobiliários passaram de R\$270,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$511,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 88,9%. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento do fluxo de recursos disponíveis pela Companhia, em decorrência da realização de um volume maior de receitas, devido ao aumento do despacho no último trimestre de 2020, e pela captação de recursos oriundos de debêntures emitidas pela Eneva e financiamentos captados pelas subsidiárias PGC e Azulão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques

Os valores referentes ao estoque passaram de R\$102,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$179,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 75,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento dos níveis de estoque devido à compra de carvão mineral no montante de R\$45,9 milhões ao longo do primeiro semestre de 2020 e no último trimestre de 2020 nas subsidiárias Itaqui e Pecém II, com o objetivo de suprir a geração de energia prevista para o exercício, além de assegurar um estoque mínimo de segurança.

Despesas antecipadas

Os valores referentes a despesas antecipadas passaram de R\$9,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$29,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 223,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da renovação da apólice de seguro operacional, no montante de R\$44 milhões, realizada em fevereiro de 2020, com vigência de 18 meses.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recuperar passaram de R\$92,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$73,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 21,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela compensação dos créditos tributários de IRPJ e CSLL com os tributos de PIS e COFINS das empresas do grupo Eneva no montante de R\$15,8 milhões.

Outros impostos a recuperar

Os valores referentes a outros impostos a recuperar passaram de R\$25,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 21,8%, devido principalmente, aos seguintes fatores:

- a) Conclusão das importações em andamento das subsidiárias Itaqui, Parnaíba II e Pecém II no montante de R\$12,8 milhões, com a ativação dos valores das taxas e tributos não recuperáveis (II, IPI, Taxa Siscomex), reclassificando o montante para a linha de ativo imobilizado.
- b) Reversão da provisão para perda de impostos e contribuições decorrente da nacionalização dos ativos da Parnaíba BV, no montante de R\$6,0 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos

Os valores referentes a instrumentos financeiros derivativos passaram de R\$6,7 milhões ativo em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 100,0%. Essa variação se dá pela liquidação de todos os contratos de *hedge* de proteção cambial na subsidiária Azulão e pela liquidação parcial dos contratos da subsidiária PGC, bem como pela desvalorização do valor justo de seus derivativos que permanecem abertos, o que gerou uma posição passiva.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adiantamentos a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores passaram de R\$99,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$23,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 76,7%. Os principais fatores responsáveis por essa variação foram:

- compensação dos adiantamentos realizados para a compra de carvão mineral, no montante de R\$38,6 milhões;
- compensação dos adiantamentos realizados para parada de manutenção (*overhaul*), no montante de R\$22,3 milhões.

Ativo não circulante

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os valores referentes aos ativos não circulantes mantidos para venda passaram de R\$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre da baixa dos valores referentes à venda do terreno da empresa Seival Geração de Energia, devido à alienação da participação societária ocorrida em 2020 na Seival Sul Mineração.

Operações comerciais com partes relacionadas

Os valores referentes às operações comerciais com partes relacionadas passaram de R\$4,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 98,0%. Essa variação decorre da redução dos valores a receber da coligada Seival Sul Mineração, em consequência da alienação da participação societária ocorrida em 2020.

Mútuos com partes relacionadas

Os valores referentes aos mútuos com partes relacionadas passaram de R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 100,0%. Essa variação decorre da liquidação dos valores em aberto com as coligadas Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica e MABE do Brasil, cujos valores foram convertidos em aumento de capital de, respectivamente, R\$2,8 milhões e R\$20,7 milhões. Adicionalmente, o passivo a descoberto com a MABE, no montante de R\$11,0 milhões, até 2019 era apresentado como redutor dos valores de mútuos a receber, foi baixado da conta de mútuo com a liquidação deste.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recuperar passaram de R\$61,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

redução de 89,9%, devido principalmente a alocação do imposto de renda sobre mútuo para a conta de juros sobre mútuo ativo.

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores referentes a impostos de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$660,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$865,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 31,1%. Cabe destacar que essa conta é apresentada pelo líquido entre ativo e passivo diferido por empresa. Os principais fatores responsáveis por essa variação referem-se à:

- a) Constituição do ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro na Eneva e nas subsidiárias Itaqui e Eneva Comercializadora reconhecido no exercício de 2020 no montante de R\$259,2 milhões;
- b) Parcialmente compensado pela baixa do ativo diferido na subsidiária Itaqui decorrente da amortização das despesas pré-operacionais no montante de R\$11,7 milhões;
- c) Constituição do passivo diferido sobre depreciação acelerada nas subsidiárias Parnaíba II, PGC, Pecém II e Itaqui no montante de R\$32,4 milhões.

Outros créditos

Os valores referentes a linha de outros créditos, passaram de R\$0,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 740,1%, principalmente pela realização de adiantamentos para a importação de peças de reposição para as usinas a carvão no montante de R\$5,0 milhões.

Investimentos

Os valores referentes aos investimentos passaram de R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$9,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 81,1%, devido à alocação do investimento na coligada MABE do Brasil, que em 2019 era passivo a descoberto, e que no exercício de 2020 passou a apresentar saldo positivo de patrimônio líquido e, portanto, ocasionando o aumento do investimento.

Imobilizado

Os valores referentes ao imobilizado passaram de R\$8.805,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$10.946,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 24,3%, devido aos seguintes movimentos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Pagamento de Adiantamentos a fornecedores de R\$641,1 milhões, destinados à subsidiária Azulão; R\$315,7 milhões serão destinados à subsidiária PGC e R\$44,4 milhões destinados à subsidiária Parnaíba II.

b) Adições no montante de R\$970,6 milhões para as subsidiárias Azulão e PGC.

Passivo**Passivo Circulante***Fornecedores*

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$598,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$492,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 17,7%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) Redução dos desembolsos com manutenção das usinas, no montante de R\$106,0 milhões;
- b) Redução das aquisições de energia, no montante de R\$32,7 milhões;
- c) Redução com os desembolsos com estudos geológicos na Eneva, no montante de R\$44,4 milhões;
- d) Aumento dos desembolsos com a construção de novas usinas, no montante de R\$66,5 milhões

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$178,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução 89,2%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) Pré-pagamento dos empréstimos da subsidiária Itaqui junto ao BNDES e BNB no montante de R\$90,9 milhões;
- b) Pré-pagamento dos empréstimos da subsidiária Pecém II junto ao BNDES no montante de R\$75,2 milhões;

Debêntures

Os valores referentes às debêntures passaram de R\$105,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$118,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 12,5%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- a) Captação através da 4ª emissão de debêntures da 1ª série, no montante de R\$410 milhões, em 13 de abril de 2020 e com prazo de vencimento de um ano, com a finalidade de preservação de caixa para garantir as obrigações de curto prazo diante do cenário de pandemia do Covid-19;
- b) Reclassificação das debêntures entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$67,4 milhões;
- c) Reconhecimento de Juros e Variação Monetária no montante de R\$270,1 milhões;
- d) Parcialmente compensados pelos pagamentos de debêntures no montante de R\$727,9 milhões.

Passivo de Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de R\$31,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$34,7 milhões em 31 de dezembro 2020, representando um aumento de 10,1%. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a) Adição de novos contratos no montante de R\$11,8 milhões;
- b) Reclassificação de arrendamentos entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$29,0 milhões;
- c) Reconhecimento de Juros no montante de R\$10,5 milhões;
- d) Parcialmente compensados pelos pagamentos contratuais no montante de R\$47,8 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher

Os valores referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher passaram de R\$94,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$37,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 60,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela alocação da conta de juros sobre mútuo a pagar nas subsidiárias Itaqui e Pecém II para a rubrica de imposto de renda retido sobre mútuo no montante de R\$55,8 milhões.

Outros impostos a recolher

Os valores referentes a outros impostos a recolher passaram de R\$59,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$67,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 13,8%, em decorrência, principalmente, do aumento dos royalties e tributos a recolher (PIS e COFINS) sobre o aumento da produção de gás natural no exercício, na Eneva.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os valores referentes aos instrumentos financeiros derivativos passaram de R\$7,1 milhões em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2019 para R\$2,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 66,4% de. Essa variação se dá pela liquidação do instrumento financeiro de proteção cambial na subsidiária Azulão.

Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores referentes as obrigações sociais e trabalhistas passaram de R\$27,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$49,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 76,2%. O incremento é justificado principalmente pelo provisionamento de tributos incidentes sobre a execução do plano de opção de compra de ações da companhia da Eneva, no montante de R\$16,4 milhões, e sobre a contratação de novos colaboradores para a subsidiária Azulão Energia S.A., no montante de R\$1,3 milhões.

Participação nos Lucros

Os valores referentes as participações nos lucros passaram de R\$73,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$78,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 7,5%. A variação decorre do reconhecimento da provisão referente às metas de 2020, sensibilizada pela adição dos colaboradores da subsidiária Azulão Energia S.A., no montante de R\$2,8 milhões, e melhoria do desempenho da subsidiária Itaqui que trouxe um incremento de R\$1,4 milhões no seu provisionamento.

Provisão de custo por indisponibilidade – circulante

Os valores referentes a provisão de custo por indisponibilidade - circulante passaram de R\$73,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$64,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 12,8% ou R\$9,5 milhões, decorrente da revisão da média móvel dos últimos 60 meses, que ocasionou uma redução de provisão nas subsidiárias Pecém, Itaqui e Parnaíba II e PGC.

Outras Obrigações

Os valores referentes a outras obrigações passaram de R\$5,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 31,3%. A variação decorre basicamente do provisionamento de comissões financeiras da subsidiária Azulão em consequência do financiamento adquirido junto ao Banco da Amazônia S.A., no montante de R\$1,8 milhão.

Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda

Os valores referentes aos passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda passaram de R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu da baixa do passivo relacionado à empresa Seival Sul Mineração, devido à alienação da participação societária.

Passivo não circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$31,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 40% ou R\$12,7 milhões, representado, principalmente, pelo incremento dos compromissos em relação as obras de construção da subsidiária Azulão.

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$1.221,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.311,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 7,4%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) Adição de novos contratos junto ao Banco da Amazônia S.A., que apresenta saldo de R\$836,1 milhões, e junto BNB, que apresenta saldo de R\$410,4 milhões, ambos líquidos dos respectivos custos de transação e depósito vinculado.
- b) Pré-pagamento dos empréstimos junto ao BNDES e BNB, no montante de R\$1.227,8 milhões, e a liberação do depósito vinculado, no montante de R\$86,4 milhões.
- c) Reclassificações de empréstimos e financiamentos entre ativo não circulante e ativo circulante no montante de R\$14,0 milhões;

Debêntures

Os valores referentes às debêntures passaram de R\$4.051,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$5.593,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 38,1%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) Emissão de debêntures na Eneva no montante total de R\$1.529,3 milhões, líquidos de custo de transação;
- b) Adição por variação monetária no montante de R\$102,0 milhões;
- c) Adição de depósitos vinculados no montante de R\$22,8 milhões, em cumprimento ao mecanismo de amortização da 1ª debênture da subsidiária PGC;
- d) Transferências do longo para o curto prazo no montante de R\$67,4 milhões.

Passivo de Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de R\$70,2 milhões em 31 de dezembro de 2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para R\$66,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 5,7%. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a) Encerramento antecipado de contratos ocasionando redução no montante de R\$11,8 milhões;
- b) Adição por atualização do valor de parcelas fixas dos contratos no montante de R\$9,2 milhões, compensando parcialmente a redução do saldo.;
- c) Reclassificação de passivos de arrendamento entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$29,0 milhões.
- d) Adição de novos contratos no montante de R\$27,6 milhões, compensando parcialmente a redução do saldo;

Operações comerciais com Partes Relacionadas

O valor referente às operações comerciais com partes relacionadas passou de R\$0,4 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 55,2%. A redução deve-se pela variação nos saldos em aberto com a controlada em conjunto Pecém Operação & Manutenção Geração Elétrica S.A.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social passivo diferido apresentou uma redução de 35,9%, passando de R\$51,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$32,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. A variação ocorre, principalmente por conta da baixa do ativo diferido sobre a compensação do prejuízo fiscal e base negativa em 2020, o montante de R\$16,4 milhões.

Outras Obrigações

Os valores referentes a outras obrigações passaram de R\$5,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 83,2%. A variação decorre do da baixa de provisão de R\$2,3 milhões referente a compromissos com a Termopantanal Participações e da baixa de montante provisionado para o fundo de promoção social e erradicação da pobreza no montante de R\$2,4 milhões.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Comparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de fluxo de caixa da Companhia nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(em R\$ milhões, exceto percentuais)

31/03/2022 31/03/2021 3M22 x 3M21

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido gerado pelas atividades Operacionais	232,0	622,5	(62,7)%
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.036,4)	(524,3)	288,4%
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	1.509,0	(18,9)	(8.068,5)%
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(295,4)	79,3	(472,5)%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: o caixa gerado pelas atividades operacionais passou de R\$622,5 milhões no período findo em 31 de março de 2021 para R\$232,0 milhões no período findo em 31 de março de 2022, registrando uma redução de 62,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao:

- a. Aumento dos desembolsos com fornecedores, em R\$272,7 milhões, decorrente principalmente da combinação de negócios entre a Companhia e Focus e da compra de carvão mineral .
- b. Variação decorrente de desembolsos de impostos, taxas e contribuições no montante de R\$52,0 milhões.

Caixa consumido nas atividades de investimento: o caixa líquido consumido nas atividades de investimento passou de R\$524,3 milhões no período findo em 31 de março de 2021 para R\$2.036,4 milhões no período findo em 31 de março de 2022, registrando um aumento de 288,4%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a:

- a. Aquisição das debêntures da Focus para aplicação no projeto Futura 1 no montante de R\$886,8 milhões.
- b. Aquisição de imobilizado e intangível nas subsidiárias no montante de R\$732,8 milhões.
- c. Combinação de negócios entre a Companhia e Focus, líquida do caixa adquirido na combinação de negócios no montante de R\$340,1 milhões.

Caixa gerado nas atividades de financiamento: o caixa líquido consumido nas atividades de financiamento passou de R\$18,9 milhões no período findo em 31 de março de 2021, para um caixa gerado de R\$1.509,0 milhões no período findo em 31 de março de 2022, registrando um aumento de 8.068,5%. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

Novas captações de financiamentos e emissão de debêntures nos montantes de R\$199,0 milhões e R\$1.500,0 milhões, respectivamente, totalizando R\$1.699,0 milhões no período de três meses findos em 31 de março de 2022.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das demonstrações financeiras consolidadas de fluxo de caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					31/12/2021	31/12/2020	12021 x 2020
Caixa	líquido	gerado	pelas	atividades	1.232,8	1.246,0	(1,1)%
		Operacionais					
Caixa	líquido	consumido	nas	atividades de	(1.245,7)	(2.266,3)	(45,0)%
		investimentos					
Caixa	líquido	gerado (consumido)	nas	atividades	(379,8)	887,7	(142,8)%
		de financiamentos					
Redução de caixa e equivalentes de caixa					(392,6)	(132,7)	196,0%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais passou de R\$1.246,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.232,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, registrando uma redução de 1,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a aquisição de estoques em decorrência do aumento das compras de carvão mineral nas subsidiárias Itaqui e Pecém II.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento: o caixa líquido consumido nas atividades de investimento passou de R\$2.266,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.245,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, registrando uma redução de 45,0%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à redução com aquisição de ativos imobilizados e intangíveis na comparação entre os anos de 2020 e 2021, devido as obras estarem na reta final de construção e próximas de iniciarem a operação comercial, no montante de R\$952,2 milhões, com destaque para os gastos com a construção das usinas de Parnaíba V e Jaguatirica II.

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento: o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento passou de R\$887,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para um caixa consumido de R\$379,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, registrando uma redução de 142,8%. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

- a. Redução das novas captações de financiamentos e emissão de debêntures que totalizou R\$3.371,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contra R\$480,8 milhões captados no exercício de 2021;
- b. Amortização de principal de empréstimos, como parte do processo de melhoria de estrutura de capital da Companhia, devido ao pré-pagamento das dívidas ocorrido em 2020, no montante de R\$116,1 milhões em 2021, comparados com R\$2.024,3 milhões em 2020, gerando um efeito negativo de R\$1.908,2 milhões.
- c. Recompra de ações próprias no montante de R\$154,3 milhões, em dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das demonstrações consolidadas de fluxo de caixa da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i>	31/12/2020	31/12/2019	2020 x 2019
Caixa líquido gerado pelas atividades Operacionais	1.246,0	1.366,2	(8,8)%
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.266,3)	(848,2)	167,2%
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	887,7	(152,7)	(681,3)%
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(132,7)	365,3	(136,3)%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais passou de R\$1.366,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.246,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, registrando uma redução de 8,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a variação negativa de R\$160,1 milhões na linha de Estoques, devido a compra de carvão mineral nos meses de abril, maio e dezembro/2020, para suprir demanda de geração de energia prevista para o segundo semestre de 2020 e para recompor o estoque devido ao consumo ocorrido no 4º trimestre de 2020, em função do despacho ocorrido no período.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento: o caixa líquido consumido nas atividades de investimento passou de R\$848,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.266,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, registrando um aumento de 167,2%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do montante de aquisição de ativos imobilizados e intangíveis na comparação entre os anos de 2019 e 2020, no montante de R\$1.258,1 milhões, com destaque para os gastos com a construção das usinas de Parnaíba V e Jaguatirica II.

Caixa líquido consumido ou gerado nas atividades de financiamento: o caixa líquido consumido nas atividades de financiamento passou de R\$152,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa gerado de R\$887,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

Amortização de principal de empréstimos como parte do processo de melhoria de estrutura de capital da Companhia, no montante de R\$3.038,1 milhões no ano de 2019 comparadas com R\$2.024,3 milhões no ano de 2020, o que gerou efeito positivo no fluxo de caixa de R\$1.058,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Fontes de Receita

Em vista da natureza das operações da Companhia, os Diretores da Companhia entendem que a sua principal fonte de receitas é a venda de energia provenientes dos segmentos operacionais de geração e comercialização de energia elétrica. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021, a Companhia registrou receita de venda de bens e/ou serviços de R\$759,0 milhões e R\$951,4 milhões, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou receita de venda de bens e/ou serviços de R\$5.124,4 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou receita de venda de bens e/ou serviços de R\$3.243,3 milhões e R\$3.137,4 milhões, respectivamente.

Demanda e uso de energia elétrica pelos consumidores

A quantidade efetiva de energia elétrica comercializada pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, é determinante no montante de receitas que a Companhia obtém na venda de energia elétrica. O volume de energia elétrica comercializado pela Companhia, no entanto, varia em função da demanda do mercado e o efetivo uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia e sua capacidade de controlar ou impactar tal demanda e uso é bastante limitada.

Mudanças na demanda por energia elétrica são impulsionadas, em grande parte, por fatores gerais fora do controle da Companhia, incluindo (i) alterações no nível de atividade econômica no Brasil, (ii) as mudanças no volume de uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia, (iii) a opção de alguns dos consumidores da Companhia de comprar energia elétrica da Companhia ou de concorrentes, e (iv) o efetivo custo de geração da energia elétrica comercializada. Desta forma, as receitas brutas da Companhia variam de período a período em resposta a variações em fatores gerais.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com os Diretores da Companhia, os fatores que afetaram materialmente seus resultados operacionais podem ser assim resumidos:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2022

No período de três meses findo em 31 de março de 2022, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços consolidada de R\$759,0 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC"), Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II"), Pecém II Geração de Energia ("Pecém II") e Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"). A Companhia apurou lucro líquido de R\$185,4 milhões para o período findo em 31 de março de 2022.

Os principais fatores que afetaram materialmente este resultado foram:

- Redução de R\$321,5 milhões na receita de venda de energia nos ambientes ACR e ACL, motivado pela redução do percentual médio de despacho das usinas de Pecém II, Itaqui e Parnaíba II em 100%, e PGC em 99,6%, devido ao alto volume dos reservatórios hídricos principalmente para as usinas térmicas. Vale ressaltar que em 2021 o aumento foi atípico devido ao agravamento da crise hídrica no país.
- Redução de R\$124,6 milhões no consumo dos insumos de geração devido a redução do nível médio de despacho de Pecém II e de Itaqui, em 100%, comparando-se ao mesmo período de 2021.
- Aumento das despesas financeiras em R\$60,2 milhões, devido ao aumento dos juros incorridos sobre os empréstimos e debêntures, decorrente principalmente da entrada em operação do projeto Azulão-Jaguatirica II e a captação da 7ª emissão das debêntures na Eneva S.A.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços de R\$5.124,4 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas PGC, Parnaíba II, Pecém II e Itaqui. A Companhia apurou lucro líquido de R\$1.173,3 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os principais fatores que afetaram materialmente este resultado foram:

- Aumento de R\$1.782,5 milhões na receita variável – venda de energia (ACR), no ambiente de comercialização regulado, motivado por aumento do percentual médio de despacho das usinas de Pecém, Itaqui, Parnaíba II e PGC em 98,1%, 64,0%, 86,9% e 93,5%, respectivamente, no exercício de 31 de dezembro de 2021 se comparados com o mesmo período do exercício anterior.
- Ao aumento de R\$886,2 milhões no consumo dos insumos de geração devido ao aumento do nível médio de despacho de Pecém II, em 98,1%, e de Itaqui, em 64,0% comparando-se ao exercício de 2020.
- Redução das despesas financeiras de R\$153,3 milhões, devido ao decréscimo dos juros incorridos sobre os empréstimos e debêntures, ocasionado pela reestruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos, mais dívidas vinculadas à construção dos projetos de capital da Companhia com a capitalização dos juros incorridos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços líquida de R\$3.243,3 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas PGC (que, em 1 de janeiro de 2020, incorporou a Parnaíba I em suas operações), Parnaíba II, Pecém e Itaqui. A Companhia apurou lucro líquido de R\$1.006,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$1.384,9 milhões.

Os principais fatores que afetaram materialmente este resultado foram:

- Aumento de 21% do resultado operacional, impactado pelo incremento de R\$105,9 milhões na receita de vendas e bens e/ou serviços líquidos e revisão da garantia física de Parnaíba III e menor custo operacional, com destaque para a redução do consumo com insumos de geração no montante de R\$152,5 milhões, devido ao menor despacho no exercício em virtude da pandemia do COVID 19;
- Melhoria do resultado financeiro, que passou de uma despesa financeira líquida de R\$410,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para uma despesa financeira líquida de R\$299,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços, líquida, de R\$3.137,4 milhões, esta receita foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba I, Parnaíba II, Pecém II e Itaqui. A Companhia apurou lucro líquido de R\$599,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$1.517,6 milhões.

Os principais fatores que afetaram materialmente este resultado foram:

- Receita operacional da subsidiária Pecém II durante o exercício de 2019, no montante de R\$89,7 milhões;
- Diminuição no nível médio de despacho das subsidiárias Parnaíba I, Parnaíba II e Itaqui no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocasionando um decréscimo das receitas de Disponibilidade (ACR) e de Venda de Energia (ACL), no montante de R\$93,5 milhões;
- Redução de R\$28,1 milhões decorrente de aumento na constituição de provisão trabalhista devido a mudança de prognósticos e entrada de novos processos na Eneva e na subsidiária Pecém II no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ao reconhecimento de R\$4,0 milhões em março de 2019 da última parcela do acordo realizado com a Petra sobre a utilização de créditos tributários, além do reconhecimento de baixa de estoques e ativos na Eneva e nas subsidiárias Itaqui, Pecém II, Parnaíba I e Parnaíba II, no montante de R\$17,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Constituição de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro nos próximos 10 anos da Eneva e das controladas Itaqui, Pecém II e PGC, no montante de R\$137,0 milhões.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Condições macroeconômicas

Uma vez que todas as atividades são conduzidas no Brasil e toda a receita da Companhia é auferida por vendas de energia no Brasil, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia são influenciados pelas condições econômicas do país. A economia brasileira tem registrado variações significativas nas taxas de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, com significativa deterioração dessas métricas a partir de 2014.

As tabelas abaixo mostram as taxas de inflação, juros e câmbio nos exercícios indicados:

	31 de março		31 de dezembro de	
	2022	2021	2020	2019
Crescimento (redução) do PIB ⁽¹⁾	-	4,6%	(1,1%)	1,1%
Inflação acumulada no período (IGP-M) ⁽²⁾	14,8%	17,8%	23,1%	7,3%
Inflação acumulada no período (IPCA) ⁽³⁾	3,2%	10,1%	4,5%	4,3%
CDI ao fim do período ⁽⁴⁾	11,6%	9,1%	1,90%	4,4%
TJLP ao fim do período ⁽⁵⁾	6,08%	5,3%	4,55%	5,6%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar no período ⁽⁶⁾	(6,1%)	7,4%	28,9%	4,0%
Taxa de câmbio ao fim do período — US\$1.00	4,750	5,580	5,196	4,031
Taxa de câmbio média no período — US\$1.00	5,237	5,395	5,158	3,947

Fonte: Banco Central, FGV, IBGE, Câmara de Custódia e Liquidação e CETIP.

- (1) Dados de PIB conforme divulgado pelo IBGE para o 1º Trimestre de 2022 não foi divulgado.
- (2) IGP-M é o índice geral de preços de mercado conforme calculado pela FGV. Para 2022 foi utilizado os últimos 12 meses até 1º Trimestre de 2022.
- (3) IPCA é o índice de preços do consumidor amplo conforme calculado pelo IBGE.
- (4) A taxa CDI é uma taxa de referência diária correspondente à média da taxa de juros utilizada nos depósitos interbancários de um dia útil conforme registrados e liquidados no sistema da CETIP.
- (5) A TJLP é a taxa de juros de longo prazo divulgada trimestralmente pelo Banco Central.
- (6) Comparando a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central no último dia do período com a taxa de câmbio do último dia do período imediatamente anterior.

Variação cambial e na taxa de juros

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia tem exposição cambial limitada, já que todas as suas receitas eram denominadas em moeda nacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2022 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, nos quais a Companhia não possuía empréstimos, financiamentos ou debêntures em moeda estrangeira, tendo em vista a quitação antecipada desses montantes.

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia era exposta a taxas de juros e índices de inflação sobre os empréstimos e financiamentos e debêntures, que são atrelados ao CDI, IPCA e TJLP. A volatilidade desses indexadores impacta as despesas financeiras da Companhia. Ao avaliar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Companhia considera em seu processo de análise o possível efeito de correlação entre a flutuação das taxas de juros e a inflação brasileira, medida pelo IPCA, uma vez que parcela representativa dos investimentos da Companhia tem a sua remuneração corrigida anualmente pela inflação.

Em 31 de março de 2022, 100,0% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$) dos quais 43,2% atrelados ao CDI, 0,6% a TJLP e 56,2% ao IPCA.

Em 31 de dezembro de 2021, 100,0% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$) dos quais 33,3% atrelados ao CDI, 0,8% a TJLP e 65,9% ao IPCA.

Em 31 de dezembro de 2020, 100,0% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$) dos quais 37,2% atrelados ao CDI, 1,1% a TJLP e 61,7% ao IPCA.

Em 31 de dezembro de 2019, 100,0% de nosso endividamento era denominado em reais (R\$) dos quais 48,2% atrelados ao CDI, 18,1% a TJLP, 27,8% ao IPCA e 6,0% a juros fixos.

Ajustes sobre as tarifas

A receita da Companhia está atrelada aos contratos de comercialização de energia celebrados pelas usinas nas quais tem participação. Aquelas que celebraram CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") recebem uma parcela fixa e outra variável, conforme segue:

- *Receitas Fixas:* remuneram o investimento do empreendedor e são indexadas à inflação pelo IPCA com reajuste anual.
- *Receitas Variáveis:* remuneram os custos variáveis incorridos na ocasião de despacho pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). A composição das receitas variáveis varia de acordo com o tipo de combustível utilizado pela usina. As térmicas movidas a carvão têm sua receita variável atrelada ao preço internacional do carvão (CIF ARA), moeda estrangeira (dólar americano) e inflação (IPCA), enquanto as térmicas movidas a gás natural podem ter sua receita variável atrelada ao preço internacional do gás (Henry Hub), moeda estrangeira (dólar americano) e inflação (IPCA).

Todas as usinas podem receber, além das parcelas de receita fixa e variável, receita oriunda da liquidação de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), a qual é remunerada pelo Preço de Liquidação de Diferenças

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

("PLD"), cuja fixação é realizada semanalmente em função de condições de mercado e respeitando níveis mínimos e máximos conforme definição da ANEEL anualmente.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O resultado operacional das usinas térmicas é impactado pela inflação (IPCA), que faz parte da fórmula de reajuste das receitas fixas e de parte das usinas, além de compor os custos operacionais das térmicas a gás através do reajuste da molécula de gás.

O preço internacional do carvão (CIF ARA) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis das térmicas a carvão. Já o custo do gás no mercado internacional (Henry Hub) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis de Parnaíba I. Por sua vez, Parnaíba II tem o seu custo do gás atrelado ao IPCA. As operações de liquidação de energia no mercado de curto prazo são impactadas pelo PLD.

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactado pela variação da TJLP, IPCA e CDI.

Em 31 de março de 2022, 100,0% da dívida era denominada em reais, assim como em 31 de dezembro de 2021, 100,0% da dívida era denominada em reais, assim como em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, 100,0% da dívida era denominada em reais, assim como em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2022, 100,0% da dívida estava atrelada à taxa de juros flutuante em comparação a 100% em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, 100% da dívida estava atrelada à taxa de juros flutuante em comparação a 94,0% em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que no período de três meses findo em 31 de março de 2022, houve introdução de segmento operacional denominado Usinas Solares.

A introdução deste novo segmento se deu através da combinação de negócios por meio da incorporação da Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus") na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, com o maior destaque para o Projeto Futura, que trata-se de um complexo de geração de energia solar que está sendo desenvolvido no estado da Bahia, com capacidade instalada de 671Mw, contemplando os projetos de Futura 1, 2 e 3. A primeira usina, a de Futura 1, está em estágio avançado de construção e tem entrada em operação prevista para novembro de 2022. O impacto nas operações do Grupo trazidos por tais usinas solares incorporadas, quer seja em sua etapa de construção ou quando de suas entradas em operação, é considerado relevante e, por este motivo, a Companhia entende que a introdução de um novo segmento é necessária para melhor apresentação destas informações.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2022

Combinação de negócios – Focus

Em 11 de março de 2022, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a combinação de negócios entre a Companhia e Focus, realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia. Como consequência todas as empresas controladas pela Focus, incluindo as controladoras das SPEs Futura, passaram a ficar sob o controle da Eneva.

A Focus atuava como uma plataforma integrada de negócios de energia renovável no Brasil, com foco nos segmentos de comercialização, geração de energia para comercialização no mercado livre, geração distribuída e prestação de serviços em energia para geradores e consumidores livres. Além das operações de comercialização de energia, a Focus também possuía como foco principal a construção e desenvolvimento do Projeto Futura, usinas de geração de energia renovável, de fonte solar.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 21 de março de 2022 no montante total de R\$936.487, compostos por R\$732.827 de pagamento em dinheiro feito aos antigos acionistas da adquirida (que se referem aos R\$715.000 do acordo original atualizados até a data de efetivação do negócio) e R\$203.660 equivalentes a emissão de 17 milhões de novas ações da Eneva S.A. ao preço unitário de R\$11,98 (valor justo das ações na data de aquisição), entregues aos vendedores.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A combinação de negócios com a Focus possui como principais motivadores econômicos e estratégicos (i) a aquisição do Projeto Futura que pretende ser o maior parque de energia solar do Brasil(1), acelerando desta forma a diversificação da matriz energética da Companhia, sendo este o maior atrativo para a operação; (ii) expansão de sua operação no segmento de comercialização de energia; e (iii) possibilidade de diversos ganhos de sinergias operacionais e financeiras.

Processo competitivo de Desinvestimento do Polo Urucu

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia informou que encerrou sem êxito as negociações para aquisição do Pólo Urucu junto à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), que haviam iniciado em fevereiro de 2021. Apesar dos esforços envidados pelas partes durante esse processo, ao longo da negociação, não foi possível convergir para um acordo. Com isso, as partes optaram por encerrar as negociações em curso, sem penalidades para nenhuma das partes.

2020

Reestruturação Societária de Subsidiária

Em 02 de janeiro de 2020, foi incorporada a Parnaíba I, titular das outorgas dos empreendimentos UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V, pela Parnaíba Geração e Comercialização S.A ("PGC"). A PGC é a sociedade de propósito específico titular da outorga do empreendimento UTE Parnaíba 5A e 5B, conhecido como Projeto Fechamento de Ciclo das UTEs Maranhão IV e Maranhão V ("Parnaíba V").

A reestruturação está em linha com o desenvolvimento estratégico da Companhia gerando uma melhor gestão dos contratos, controle de custos e despesas, simplificação da estrutura corporativa e aproveitamento de sinergias entre as empresas envolvidas, resultando na redução do número de empresas e custos relacionados a aspectos societários, tributários e regulatórios.

Alienação de Participação Societária

Em 15 de abril de 2020, foi concluída a alienação da totalidade da participação detida pela Companhia, equivalente a 30% do total de ações, na Seival Sul Mineração S.A. à Copelmi Participações Ltda.

O preço total pago pela Copelmi à Companhia pela venda das Ações é de R\$18 milhões, sendo dividido em 3 parcelas das quais, já foram recebidos todo o montante. A operação contempla também a venda de imóvel, localizado no município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, por um valor adicional de R\$3 milhões, totalizando R\$21 milhões sujeitos a ajuste monetário pelo IPCA desde a data de assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve constituição, aquisição, alienação de participação ou movimentação societária.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Para mais informações sobre os impactos contábeis das movimentações societárias, vide o item 10.1.

(c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve, nos últimos dois exercícios sociais e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as mudanças das práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

31 de março de 2022

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no período de três meses findos encerrado em 31 de março de 2022.

2021

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2020

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2019

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada na adoção em 1º de janeiro de 2019. Essa abordagem não exige reapresentação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção da IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

Reconhecimento

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;
- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;
- (d) Pagamentos de multas por rescisão de arrendamento se os termos contratuais contemplarem o exercício da opção por parte do arrendatário; e
- (e) Crédito de PIS e COFINS, nos contratos em que há o direito a esse creditamento.

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois, de acordo com a norma, são isentos de tratamento como arrendamento.

Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto).

Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária.

(b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, bem como no período de três meses encerrado em 31 de março de 2022, o relatório dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As principais estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras se encontram abaixo descritas:

Instrumentos financeiros - A Companhia possui instrumentos financeiros que possuem mensuração por valor justo. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento.

Intangível - Os ativos intangíveis da Companhia correspondentes às reservas de gás natural possuem mensuração de forma multidisciplinar, envolvendo premissas econômicas e dados técnicos (geológicos e de engenharia, por exemplo). A mensuração dos volumes de reservas é primordial para avaliar a vida útil, bem para fins de ajuste ao valor recuperável. Tal estimativa é considerada como significativa, de modo que a administração realiza revisões no mínimo anuais, tendo em vista o impacto direto nas estratégias operacionais da Companhia.

Avaliação de impairment - Os testes de impairment envolvem incertezas relacionadas principalmente às premissas-chave: preço de venda, prazo e CAPEX de manutenção e parada programada para manutenção (overhaul), cujas estimativas são relevantes para praticamente todos os segmentos de negócio da Companhia. Há ainda variáveis interdependentes para determinação do valor em uso, cuja aplicação nos testes de impairment envolve um alto grau de complexidade, deriva destas estimativas. Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica das mesmas. As Usinas possuem Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com prazos de 15 a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaqui) e 2036 (Parnaíba II). Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas. O modelo de previsão de preços da Companhia, para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR vigentes) é baseado nas condições contratuais atuais, indexados pela inflação (IPCA). A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término do Contrato de Comercialização de Energia Ambiente Regulado (CCEAR) atual da Companhia, e o prazo da autorização para geração de energia concedida pela ANEEL, teve como base o resultado do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021.

Cabe destacar que mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização em certos ativos ou UGCs. Mudanças no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de impairment. Reduções nos preços futuros de gás natural, que sejam consideradas tendência de longo prazo, bem como efeitos negativos decorrentes de mudanças significativas no volume de reservas ou nas taxas de desconto, bem como decisões sobre investimentos que resultam no adiamento ou interrupção de projetos podem ser indícios da necessidade de realização de testes de impairment.

Impostos a recuperar e diferidos – A Companhia exerce julgamento para mensurar e reconhecer os valores de tributos diferidos em suas demonstrações financeiras. Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Provisão de abandono - A estimativa dos gastos com obrigações de desmantelamento das áreas é elaborado para atendimento aos critérios estabelecidos pela ANP/SPE. Considerando que os gastos estimados são ajustados por taxa de desconto adequada e estão diretamente sujeitos às reservas de gás naturais, a Administração revisa a estimativa periodicamente, considerando que as variáveis podem gerar impactos significativos nos montantes de provisão. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de desmantelamento e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

Provisão para contingências - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres, avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, jurisprudências disponíveis e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- (a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos).**
- (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que no período de três meses encerrado em 31 de março de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não manteve quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante ou mudanças, presente ou futuras em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

(b) natureza e propósito da operação.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Os Diretores da Companhia informam que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios da Companhia

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não tem atualmente em seu portfólio projetos relevantes em construção, salvo pelos projetos abaixo listados:

Empreendimentos em fase de Manutenção e Extensão

Pecém II Geração de Energia ("Pecém II"): Pecém II é uma usina termelétrica movida a carvão mineral localizada no município de São Gonçalo do Amarante, Ceará, no Complexo Industrial do Pecém. O escoamento do carvão mineral utilizado na termelétrica é realizado através de uma correia transportadora de 13 km ("Correia"),. Além do trecho sob responsabilidade de Pecém II e Porto do Pecém Energia S.A. ("Pecém I"), o trecho da correia que se inicia no Porto do Pecém e se estende por 7 km pertence ao Governo do Ceará e está recebendo investimentos de todas as usufruintes (Pecém II, Companhia Siderúrgica do Pecém e Pecém I), as quais arcam proporcionalmente a sua parcela de utilização no sistema com os custos incorridos.

O objetivo dos investimentos realizados na Correia é diminuir a média de dias necessários para descarregamento dos navios no Porto do Pecém para 5 dias e, por consequência, diminuir o *demurrage* (custo pelo atraso no descarregamento do navio pago ao armador) incorrido por cada empresa usufruinte do Porto de Pecém e abolir de forma definitiva o uso eventual de caminhões para descarregamento do carvão.

Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"): Itaqui é uma usina termelétrica movida a carvão mineral localizada no município de São Luís, Maranhão. O escoamento do carvão mineral utilizado na termelétrica é realizado através de correia transportadora própria que foi integralmente substituída em 2018.

O objetivo do investimento realizados na Correia é aumentar a disponibilidade da esteira e, por consequência, diminuir o *demurrage* (custo pelo atraso no descarregamento do navio pago ao armador) e abolir de forma definitiva o uso eventual de caminhões para descarregamento do carvão.

A usina realizou manutenção programada de sua turbina e gerador para revisão em 2021 no montante de R\$26,7 milhões.

Em atendimento a Norma Regulamentadora 13 do Ministério do Trabalho, a planta realizará manutenção programada.

Parnaíba I: Parnaíba I é uma usina termelétrica movida a gás natural localizada no município de Santo Antônio dos Lopes, Maranhão, no Complexo do Parnaíba, com capacidade instalada de 676MW. Duas das quatro turbinas da usina entraram em manutenção programada para sua revisão de 32.000 hrs de operação ("overhaul") em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A usina realizou manutenção programada de sua turbina e gerador para revisão em 2020 no montante de R\$32,4 milhões.

Parnaíba II Geração de Energia S.A ("Parnaíba II"): Parnaíba II é uma usina termelétrica de ciclo combinado com turbinas movidas a gás natural e vapor, localizada no município de Santo Antônio dos Lopes, Maranhão, no Complexo do Parnaíba, com capacidade instalada de 751MW.

A usina realizou manutenção programada de seu imobilizado (turbina e gerador) para revisão em 2022 no montante de R\$12,0 milhões.

Empreendimento em Construção

Em 18 de fevereiro de 2019, teve início a implantação da UTE Parnaíba V com capacidade instalada pretendida de 385 MW, a ser instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, estado do Maranhão. O prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) é de 31 meses. O investimento estimado para a implantação do projeto é de R\$1,2 bilhão.

A UTE Parnaíba V sagrou-se vitoriosa no leilão ANEEL de energia nova A-6 de 2018, assegurando um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024.

Em 18 de outubro de 2019, a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (Parnaíba III), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW (Parnaíba VI), sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6 de 2019 da ANEEL, assegurando um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2025. A ENEVA estima iniciar a construção da Expansão em 2022. O investimento estimado para a implantação do projeto é de R\$470 milhões.

O projeto em construção Parnaíba V sofreu desvios em seu cronograma inicial por efeitos da pandemia, principalmente gerados por atrasos no fornecimento de materiais e peças de origem internacional, redução temporária de força de trabalho e, consequente, paralisação das obras. Parnaíba V está prevista para iniciar sua operação no segundo semestre de 2022. O andamento das obras está de acordo com o novo cronograma aprovado pela ANEEL.

O projeto solar Futura I, com 870 MWp de capacidade, está em fase avançada de construção, apresentando avanços na cravação de estacas, montagem dos trackers, instalação dos módulos, montagem de string inverter e rede de transmissão de média tensão, com conclusão prevista para o terceiro trimestre de 2022. Adicionalmente, o projeto compreenderá ainda as etapas de comissionamento a frio e comissionamento a quente, com início da operação comercial das UFVs previsto para o quarto trimestre de 2022.

Projetos em Estudo e Desenvolvimento para Expansão do Parque de Geração Térmica a Gás

Ainda, a Companhia possui projetos em estudo e desenvolvimento para ampliação do seu parque de geração, cuja construção não foi iniciada. Os mais relevantes são detalhados abaixo, sendo importante destacar que os mesmos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ainda não possuem contratos de fornecimento de energia e ainda dependem de outorga da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"):

- **Geração Térmica a Gás Bacia do Parnaíba:** As subsidiárias da Companhia possuem licença de instalação para gerar 1.729 MW adicionais no Complexo Parnaíba, os quais poderão ser comercializados desde que a Companhia:

(i) seja vencedora de futuros leilões de venda de energia da ANEEL, ou adquira contratos de venda de energia disponíveis no mercado, ou celebre novos contratos de fornecimento de energia no mercado livre.

(ii) avance na campanha exploratória nas áreas sob concessão para exploração e produção de gás natural na Bacia do Parnaíba, por meio da identificação de novas acumulações comercialmente viáveis para a produção de gás natural, como verificado no Plano de Avaliação de Descoberta dos Poços 10GX119MA e 10GX120MA ("PAD Araguaína"), localizado a 114km ao sul do Complexo Parnaíba, o que poderá permitir a construção de novos empreendimentos de geração térmica e a consequente comercialização de energia. Em 2017, a Companhia executou campanha sísmica para levantamento de dados sísmicos 2D na Bacia do Parnaíba em uma extensão de 1.450km.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de empréstimos e financiamentos. Para os investimentos a serem realizados, a Companhia buscará, em ocasião oportuna, a melhor estrutura de capital para financiamento dos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia colocou disponível para venda a totalidade de sua participação na coligada Seival Sul Mineração (30%) e o terreno de propriedade da controlada indireta Seival Geração de Energia (custo de R\$2.730).

Em 15 de abril de 2020, foi concluída a alienação da totalidade da participação detida pela Eneva, equivalente a 30% do total de ações, na Seival Sul Mineração S.A. à Copelmi Participações Ltda.

A Companhia informa que não há previsão de outros desinvestimentos relevantes em andamento no exercício social de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Arremate de seis blocos na Oferta Permanente de Licitações da ANP: A Companhia informou ao mercado em 10 de setembro de 2019 que adquiriu 6 blocos em terra no primeiro ciclo da Oferta Permanente, realizada em 10 de setembro de 2019 pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Companhia adquiriu 100% de participação dos blocos PN-T-47, PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-68, PNT-102A, na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, e ofertou Programa Exploratório Mínimo ("PEM") de 8.811 Unidades de Trabalho ("UT"), a ser executado ao longo de 6 anos, na área total arrematada de 13.779,74 Km².

Arremate de sete blocos e um campo na Oferta Permanente de Licitações da ANP: A Companhia informou ao mercado em 04 de dezembro de 2020 a aquisição de 7 blocos exploratórios nas bacias terrestres do Amazonas e Paraná, e o campo de Juruá na bacia do Solimões, no segundo ciclo da Oferta Permanente realizado no dia 04 de dezembro de 2020 pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme detalhamento abaixo:

- (i) Na bacia do Amazonas, no Estado do Amazonas, a Companhia adquiriu 100% de participação nos blocos AMT-62, AM-T-84 e AM-T-85, tendo ofertado um Programa Exploratório Mínimo ("PEM") total de 11.414 Unidades de Trabalho ("UT"), a ser executado ao longo de 8 anos, na área total arrematada de 7.224 km², que está situada nas adjacências do campo de Azulão, já operado pela Eneva.
- (ii) Na bacia do Paraná, a Eneva adquiriu 70% de participação nos blocos PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86, PART-99, em consórcio com a Enauta Energia S.A., com participação de 30%, contudo, o consórcio será operado pela Eneva. O PEM ofertado para 100% dos blocos na bacia do Paraná foi de 7.548 UTs, a ser executado em até 6 anos. Os blocos da Bacia do Paraná estão localizados nos Estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, com área de aproximadamente 11.544 km².
- (iii) Na bacia do Solimões, a Companhia adquiriu 100% de participação no campo de Juruá, situado nos municípios de Tefé e Carauari, a 725 km a sudoeste da Cidade de Manaus, Estado do Amazonas. De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Juruá, elaborado pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e aprovado pela ANP em 2012, o volume in place de gás não-associado de Juruá é de 25,9 bilhões de metros cúbicos.

Salvo pelo acima descrito, os Diretores da Companhia informam que não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(c) Novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que não foram lançados novos produtos e serviços no período de três meses encerrado em 31 de março de 2022 nos últimos três exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia busca desenvolver todos os seus projetos de forma sustentável, visando otimizar a eficiência energética e operacional a custos baixos, mantendo, em paralelo, proteção ao meio ambiente. Desse modo, a

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Companhia atua continuamente na pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, através do estado da arte de métodos e tecnologias e projetos ambientalmente sustentáveis.

Em 2022, a Companhia firmou parceria de investimento em projeto de pesquisa e desenvolvimento com a UFPE e Hytron, que tem como objetivo desenvolver uma planta piloto para produção de hidrogênio verde.

No período, a Companhia realizou investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento com instituições de ensino - Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), PUC-RJ, e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) -, e com outros parceiros – Entech, Venturus, Mirow e ACE -, dentre eles as Startups4Vants, Fohat, Clubewatt e Hytron. Essas pesquisas englobam temas de diferentes áreas, tais como: saúde estrutural de componentes de motores, mobilidade elétrica, uso de drones e inteligência artificial para inspeção automatizada de faixas de servidão, balcão organizado de comercialização de energia, sistema computacional para detecção de acúmulos de gás, sistema para gestão de microgrids e produção de hidrogênio verde

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Aneel, no período de três meses de 2022, a Companhia investiu R\$2,1 milhões.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia investiu R\$11,7 milhões, R\$15,8 milhões e R\$6,2 milhões, respectivamente.

Conforme Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANP, ainda não foi realizado investimento em 2022. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia investiu R\$0,8 milhão, R\$0,5 milhão e R\$1,0 milhão, respectivamente.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Abaixo, a Companhia lista os projetos em desenvolvimento no período de três meses findo em 31 de março de 2022:

- Saúde Estrutural de Componentes de Indústrias Termoeletricas, com a PUC-RJ, iniciado em 15 de setembro de 2017, com duração de 59 meses;
- Projeto Estratégico Viabilizando mobilidade elétrica no Brasil: identificação de modelos de negócios vencedores e desenvolvimento de plataforma digital conectando consumidores e geradores/distribuidores, com a Entech, a Venturus e a Mirow, iniciado em 18 de novembro de 2019, com duração de 24 meses;
- Projeto de Gestão 2020-2022, que tem por finalidade a administração dos projetos em andamento e a avaliação de oportunidades de investimento, portanto, liderado por colaboradores internos, iniciado em 1º de abril de 2020, com duração de 24 meses;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Software para operação de contratos *blockchain* de energia e gestão automatizada de backoffice, com a Fohat e ACE, iniciado em 1º de junho de 2020, com duração de 27 meses;
- Sistema integrado de inspeção e monitoramento por drones para suporte das inspeções das faixas de servidão de gasodutos utilizando modelos de inteligência artificial, com a 4Vants e ACE, iniciado em 1º de junho de 2020, com duração de 26 meses;
- Projeto "Plataforma de software para gestão de Micro grids, usando os conceitos de Home Energy Management (HEM) em condomínios", iniciado em 1º de março de 2021, com a Clubewatt, com duração de 13 meses.
- Projeto "Implicações do magmatismo na Bacia do Parnaíba: geração, migração e trapeamento de hidrocarbonetos", com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, iniciado em 28 de novembro de 2018, com duração de 42 meses;
- Projeto "Produção de Hidrogênio Verde para aplicação na geração de energia em usinas termelétricas", com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Hytron Energia e Gases Industriais, iniciado em 1º de março de 2022, com duração de 30 meses.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia ainda não incorreu em gastos relativos ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços, além daqueles já descritos neste item 10.8(c) (ii) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes captadas pela Companhia após 31/03/2022:

- (i) Em 30 de junho de 2021, a SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. celebrou o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular Nº 31.2021.546.4708 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com vencimento em 15 de julho de 2045, carência de juros e principal até 15 de fevereiro de 2023 e custo de IPCA+2,0431%a.a., considerando bônus de adimplência contratual;
- (ii) Em 30 de junho de 2021, a SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. celebrou o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular Nº 31.2021.563.4709 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 15 de julho de 2045, carência de juros e principal até 15 de fevereiro de 2023 e custo de IPCA+2,0431%a.a., considerando bônus de adimplência contratual; e
- (iii) A SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. celebrou o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular Nº 31.2021.564.4710 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com vencimento em 15 de julho de 2045, carência de juros e principal até 15 de fevereiro de 2023 e custo de IPCA+2,0431%a.a., considerando bônus de adimplência contratual.

A captação dos valores dos três Contratos de Financiamento mencionados acima ocorreu em maio de 2022.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Comparação dos resultados consolidados da CELSEPAR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

<i>em R\$ milhões, exceto percentuais</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Análise Vertical 2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Análise Vertical 2020	Variação 2021/2020
Receita operacional líquida	3.623,7	100,0%	1.733,0	100,0%	109,1%
Custo operacionais	(2.618,4)	-72,3%	(1.288,6)	-74,4%	103,2%
Lucro bruto	1.005,3	27,7%	444,4	25,6%	126,2%
Despesas gerais e administrativas	(63,4)	-1,7%	(57,1)	-3,3%	11,0%
Outras Receitas / Despesas	98,6	2,7%	(16,7)	-1,0%	-690,4%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	1.040,4	28,7%	370,6	21,4%	180,8%
Receitas financeiras	92,2	2,5%	206,0	11,9%	-55,2%
Despesas financeiras	(1.579,0)	-43,6%	(1.009,6)	-58,3%	56,4%
Despesas financeiras líquidas	(1.486,8)	-41,0%	(803,6)	-46,4%	85,0%
Resultado antes dos impostos	(446,4)	-12,3%	(433,0)	-25,0%	3,1%
Imposto de renda e contribuição social	(14,5)	-0,4%	0,00	0,0%	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	112,0	3,4%	85,0	4,9%	31,8%
Prejuízo do exercício	(348,8)	-9,3%	(347,9)	-20,1%	0,3%

A conciliação entre a receita bruta e a receita de venda de bens e/ou serviços para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim se apresenta:

Receita bruta	2021	2020
Disponibilidade (ACR)	1.716,9	1.256,4
Disponibilidade (ACR) – Resolução 595	-	488,1
Vendas de energia (ACR) – Ordem de mérito	1.125,4	40,9
Vendas de energia (ACL) – Contrato Bilateral	-	25,4
Vendas de energia (ACL) – Segurança Energética	922,8	-
Vendas de energia (ACL)	62,3	117,2
Vendas de gás natural liquefeito (GNL)	184,1	-
	4.011,5	1.928,0
Dedução da receita		
Impostos sobre vendas	(354,0)	(178,3)
P&D	(33,8)	(16,7)
Total da receita líquida	3.623,7	1.733,0

Receita operacional

A receita operacional líquida da CELSEPAR passou de R\$1.733,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

dezembro de 2020 para R\$3.623,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 109,1% e teve como principal fator o despacho, demandado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, por ordem de mérito (ACR) e por segurança energética (ACL) durante 26 semanas consecutivas em 2021 contra, apenas, 1 semana em 2020, o que gerou um aumento na receita operacional líquida de R\$ 1.890,7 milhões quando comparado ao ano de 2020.

Custos operacionais

Os custos operacionais passaram de R\$1.288,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.618,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 103,2%. Tal variação refere-se, principalmente, ao incremento no custo com consumo de gás, no montante de R\$ 1.220,1 milhões, em decorrência da maior geração de energia pela usina no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, visando atender ao despacho demandado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, no Ambiente de Contratação Regulado e para garantia de segurança energética.

Outras Receitas/Despesas

As Outras Receitas/Despesas passaram de uma despesa de R\$16,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma receita de R\$98,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento em outras receitas de 690,4%. Esse aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento de ressarcimento pelo fornecedor General Electrics que reconheceu sua responsabilidade parcial na falha de uma turbina a gás.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras passaram de R\$206,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$92,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 55,2%, principalmente em decorrência da diminuição dos efeitos de variação cambial de arrendamento, referente aos passivos com o FSRU Golar Nanook.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$1.009,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.579,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 56,4%, principalmente em decorrência do aumento da variação cambial.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$85,0 milhões no exercício de 2020 para R\$112,0 milhões no exercício de 2021, representando um aumento de 31,8%. Essa variação deve-se principalmente ao incremento dos montantes de prejuízo fiscal e base negativa e dos efeitos de diferença temporária sobre arrendamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Prejuízo do exercício**

Em decorrência dos principais fatores acima descritos, o prejuízo passou de R\$347,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo de R\$348,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de 0,3%.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Endividamento e principais características das dívidas da CELSEPAR

Em 31 de dezembro de 2021, a composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures da CELSEPAR e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021

Em R\$ milhões

CELSE	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação + Deságio a apropriar	Principal	Juros	Total
Debêntures 12.431	N/A	R\$	9,85%aa	13,67%aa	15/04/2032	(678)	3.113	64	2.499
IFC Loan Agreement	IFC	R\$	IPCA+9,79%aa	12,72%aa	15/04/2032	(29)	899	18	888
IDB Loan Agreement	IDB	R\$	IPCA+9,69%aa	12,59%aa	15/04/2032	(27)	744	14	731
IDB Invest	IDB	USD	ΔUS\$ + 5,40%aa + Libor	11,75%aa	15/04/2032	(5)	199	2	196
China Fund	China Fund	USD	ΔUS\$ + 5,40%aa + Libor	11,75%aa	15/04/2032	(6)	262	3	259
ECG	Bradesco	Real	CDI+3,5%aa	10,86%aa	29/04/2022	-	451	9	460
GE Capital	GE Capital	USD	ΔUS\$ + 11,40%aa + Libor	22,07%aa	30/11/2024	(6)	782	54	830

Por fim, seguem abaixo informações adicionais sobre os principais financiamentos e empréstimos da CELSE em aberto em 31 de dezembro de 2021:

1. Debêntures 12.431

Em 19 de abril de 2018 a CELSE realizou a sua 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 3.370 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados para o desenvolvimento do projeto da Usina Termoelétrica Porto de Sergipe I ("Debêntures CELSE").

As Debêntures CELSE possuem prazo de vencimento de 168 meses contados da respectiva data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15/04/2032, com a remuneração de 9,85% ao ano. As Debêntures CELSE serão amortizadas em 24 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 15/10/2020, e, o último, na respectiva data de vencimento. Os juros remuneratórios são pagos pela CELSE semestralmente, a partir da data de emissão, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento de juros remuneratórios das Debêntures CELSE ocorreu em 15/10/2018 e o último ocorrerá na data de vencimento.

As Debêntures CELSE são garantidas por:

- (i) Totalidade das ações de emissão da CELSE detidas pela CELSEPAR;
- (ii) Máquinas, terrenos, propriedades, equipamentos e ativos móveis;

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- (iii) Direitos atuais e futuros decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no ambiente Regulado ou a eles relacionados, bem como todo e qualquer direito decorrente de autorização da ANEEL;
- (iv) Contas bancárias em relação a todos os direitos de crédito de cada uma das respectivas contas bancárias;
- (v) Documentos do Projeto Brasileiro inseridos pela CELSE com relação ao Projeto - Porto de Sergipe I;
- (vi) Apólices de seguro e resseguro; e
- (vii) Todos os ativos tangíveis e intangíveis.

Dentre outras obrigações da emissão, a CELSE se obriga a manter, a partir de abril de 2021, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR) para o período de 12 meses, imediatamente anterior à data de cálculo, superior a 1,10. O DSCR é uma medida do fluxo de caixa disponível de uma empresa para pagar as obrigações de dívida atuais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente as Debêntures CELSE era de R\$ 2.499,3 milhões .

2. IFC Loan Agreement

Em 19 de abril de 2018, a CELSE contratou um empréstimo direto (loan agreement) com o International Finance Corporation – IFC (“IFC”), no valor total agregado equivalente a R\$ 803 milhões (“IFC Loan Agreement”). O *IFC Loan Agreement* possui prazo de vencimento de 168 meses contados da respectiva data de assinatura, vencendo-se, portanto, em 15/04/2032, com a remuneração média ponderada de IPCA + 9,79%. O *IFC Loan Agreement* será pago em 24 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 15/10/2020, e, o último, na respectiva data de vencimento. Os juros remuneratórios são pagos pela CELSE semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento de juros remuneratórios do *IFC Loan Agreement* ocorreu em 15/10/2018 e o último ocorrerá na data de vencimento.

O *IFC Loan Agreement* é garantido pelas Garantias CELSE, as quais são compartilhadas com as Debêntures CELSE e com os demais *Loan Agreements CELSE*.

Dentre outras obrigações da emissão, a CELSE se obriga a manter, a partir de abril de 2021, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR) para o período de 12 meses, imediatamente anterior à data de cálculo, superior a 1,10. O DSCR é uma medida do fluxo de caixa disponível de uma empresa para pagar as obrigações de dívida atuais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente ao *IFC Loan Agreement* era de R\$ 888,1 milhões e a CELSE estava cumprindo todos as obrigações e índices financeiros previstos no *IFC Loan Agreement*.

3. IDB Loan Agreement

Em 19 de abril de 2018, a CELSE contratou um empréstimo direto (loan agreement) com o International Development Bank - IDB (“IDB”), no valor total agregado de R\$ 664 milhões (“IDB Loan Agreement”). O *IDB Loan Agreement* possui prazo de vencimento de 168 meses contados da respectiva data de assinatura, vencendo-se, portanto, em 15/04/2032, com a remuneração de média ponderada de IPCA + 9,69%. O *IDB Loan Agreement* será pago em 24 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 15/10/2020, e, o último, na respectiva

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

data de vencimento. Os juros remuneratórios são pagos pela CELSE semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento de juros remuneratórios do *IDB Loan Agreement* ocorreu em 15/10/2018 e o último ocorrerá na data de vencimento.

O *IDB Loan Agreement* é garantido pelas Garantias CELSE, as quais são compartilhadas com as Debêntures CELSE e com os demais *Loan Agreements CELSE*.

Dentre outras obrigações da emissão, a CELSE se obriga a manter, a partir de abril de 2021, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR) para o período de 12 meses, imediatamente anterior à data de cálculo, superior a 1,10. O DSCR é uma medida do fluxo de caixa disponível de uma empresa para pagar as obrigações de dívida atuais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente ao *IDB Loan Agreement* era de R\$ 730,8 milhões e a CELSE estava cumprindo todos as obrigações e índices financeiros previstos no *IDB Loan Agreement*.

4. IDB Invest Loan Agreement

Em 19 de abril de 2018, a CELSE contratou um empréstimo direto (loan agreement) com o Inter-American Investment Corporation – IDB Invest (“IDB Invest”). O *IDB Invest Loan Agreement* possui prazo de vencimento de 168 meses contados da respectiva data de assinatura, vencendo-se, portanto, em 15/04/2032, com a remuneração média ponderada de LIBOR + 5,40%. O *IDB Invest Loan Agreement* será pago em 24 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 15/10/2020, e, o último, na respectiva data de vencimento. Os juros remuneratórios são pagos pela CELSE semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento de juros remuneratórios do *IDB Invest Loan Agreement* ocorreu em 15/10/2018 e o último ocorrerá na data de vencimento.

O *IDB Invest Loan Agreement* é garantido pelas Garantias CELSE, as quais são compartilhadas com as Debêntures CELSE e com os demais *Loan Agreements CELSE*.

Dentre outras obrigações da emissão, a CELSE se obriga a manter, a partir de abril de 2021, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR) para o período de 12 meses, imediatamente anterior à data de cálculo, superior a 1,10. O DSCR é uma medida do fluxo de caixa disponível de uma empresa para pagar as obrigações de dívida atuais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente ao *IDB Invest Loan Agreement* era de R\$ 196,4 milhões e a CELSE estava cumprindo todos as obrigações e índices financeiros previstos no *IDB Invest Loan Agreement*.

5. China Fund Loan Agreement

Em 19 de abril de 2018, a CELSE contratou um empréstimo direto (loan agreement) com o China Co-Financing Fund (“China Fund”), em conjunto com o IFC Loan Agreement, o IDB Loan Agreement e o IDB Invest Loan Agreement, “*Loan Agreements CELSE*”). O *China Fund Loan Agreement* possui prazo de vencimento de 168 meses contados da respectiva data de assinatura, vencendo-se, portanto, em 15/04/2032, com a remuneração média

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

ponderada de LIBOR + 5,40%. O *China Fund Loan Agreement* será pago em 24 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 15/10/2020, e, o último, na respectiva data de vencimento. Os juros remuneratórios são pagos pela CELSE semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento de juros remuneratórios do *China Fund Loan Agreement* ocorreu em 15/10/2018 e o último ocorrerá na data de vencimento.

O *China Fund Loan Agreement* é garantido pelas Garantias CELSE, as quais são compartilhadas com as Debêntures CELSE e com os demais *Loan Agreements CELSE*.

Dentre outras obrigações da emissão, a CELSE se obriga a manter, a partir de abril de 2021, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR) para o período de 12 meses, imediatamente anterior à data de cálculo, superior a 1,10. O DSCR é uma medida do fluxo de caixa disponível de uma empresa para pagar as obrigações de dívida atuais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente ao *China Fund Loan Agreement* era de R\$ 258,5 milhões e a CELSE estava cumprindo todos as obrigações e índices financeiros previstos no *China Fund Loan Agreement*.

6. Empréstimo de capital de giro

Em julho de 2021, a CELSE contratou junto ao Banco Bradesco uma linha de Capital de Giro de até R\$ 837.075 mil para cobrir eventuais necessidades de caixa nas compras de cargas de gás natural para geração de energia da UTE. Em setembro de 2021, considerando a continuidade dos despachos da UTE e a consequente necessidade de cargas de gás adicionais, a CELSE e o Banco Bradesco celebraram um aditivo ao contrato da linha de Capital de Giro, aumentando o limite de crédito disponível. A CELSE captou um total de R\$ 460.473 mil até 31 de dezembro de 2021.

7. GE Capital Loan

Em abril de 2018, a CELSEPAR assinou o *Standby Guarantee and Credit Facility Agreement* com a GE Capital EFS Financing, INC. ("GE Capital") para cobrir eventuais necessidades de equity contingente para o projeto da UTE Porto de Sergipe I através de Standby Letter of Credit ("SBLC"). Em janeiro e março de 2020, a CELSEPAR excetuou a SBLC convertendo os valores desembolsados uma nova uma dívida com a GE Capital (GE Capital Loan), com vencimento em 30/11/2024 e uma remuneração de LIBOR + 11,40% ao ano. O GE Capital Loan pode ser pago em 07 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 30/05/2021 e o último na respectiva data de vencimento. Os juros remuneratórios podem ser pagos pela CELSEPAR semestralmente, nos meses de maio e novembro de cada ano. As parcelas tanto de principal quanto de juros podem ser roladas para data de pagamento subsequente, sendo que o valor em aberto do GE Capital Loan deve ser pago integral e impreterivelmente na data de seu vencimento, ou seja, 30/11/2024.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente ao GE Capital Loan era de R\$ 830,3 milhões e a CELSEPAR estava cumprindo todos as obrigações previstas no GE Capital Loan.

Alguns contratos de empréstimos e debêntures possuem cláusulas que determinam que a CELSEPAR deve cumprir determinados indicies financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, a CELSEPAR estava adimplente com tais cláusulas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Na data deste Formulário de Referência, no melhor conhecimento da CELSEPAR, de acordo com as informações e documentos disponibilizados, a CELSE continua a operar no curso normal dos negócios e não incorreu em nenhum novo endividamento material ou teve uma mudança material em seu patrimônio desde 31 de dezembro de 2021, data das últimas informações financeiras da CELSE incluídas neste Formulário de Referência.